An aerial photograph of a public square in São Paulo, Brazil. The square is paved with a light-colored cobblestone pattern. Several people are visible: a man in a blue and red shirt walking towards the center, a person in a blue shirt and jeans walking away, a person in a red shirt and black pants running, and a person in a black shirt and dark pants walking. A large, dark, rectangular object, possibly a piece of art or a structure, is in the lower left. A series of colorful ribbons (yellow, green, blue, red, purple) are stretched across the square, held by people. The ribbons are long and thin, creating a dynamic pattern across the square. The overall scene suggests a public event or performance.

LILIAN DAZZI BRAGA RUPF

**Lugares públicos:
a dimensão cotidiana no centro de São Paulo**

São Paulo
2015

LILIAN DAZZI BRAGA RUPF

Lugares públicos:
a dimensão cotidiana no centro de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente
Orientador: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL DA AUTORA: lilian_dazzi@yahoo.com.br

Rupf, Lilian Dazzi Braga
R945L Lugares públicos: a dimensão cotidiana no centro de São Paulo /
Lilian Dazzi Braga Rupf. -- São Paulo, 2015.
283 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Paisagem e
Ambiente) - FAUUSP.

Orientador: Eugenio Fernandes Queiroga

1.Espaço público – São Paulo (SP) 2.Morfologia urbana - São
Paulo (SP) 3.Vida cotidiana – São Paulo (SP) 4. Centros históricos –
São Paulo (SP) I.Título

CDU 712.25(816.11)

Nome: RUPF, Lilian Dazzi Braga

Título: Lugares públicos: a dimensão cotidiana no centro de São Paulo

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao Eugenio Fernandes Queiroga, pelo acolhimento e orientação, por sua disponibilidade e questionamentos sempre instigantes.

À Marta Vieira Bogéa, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação. Ao Decio Amadio por suas também valiosas contribuições na Qualificação e pela disponibilização de materiais de seu acervo pessoal.

À CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Às bibliotecas da FAU-USP, Mário de Andrade e da SP Urbanismo.

Ao CPC pela oportunidade de realizar o curso de difusão sobre a construção do centro de São Paulo.

À Sônia, da Galeria Nova Barão, pela disponibilidade de materiais sobre o edifício.

Aos professores e colegas de classe que fizeram parte desse processo, com quem pude trocar aprendizados e expectativas, e de alguma maneira

contribuíram também para esse trabalho. Em especial aos professores da área de concentração Paisagem e Ambiente, que pude acompanhar nos estágios PAE. E ainda mais de perto aos professores Catharina Lima, Eugenio Queiroga e Fabio Gonçalves.

Ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, aos professores e colegas que foram base de minha formação, e ao Núcleo de Arquitetura e Urbanismo pela oportunidade de início das pesquisas na área da paisagem.

À Gabriella e ao Rodrigo, pelo apoio e aprendizado. Aos colegas que fiz em São Paulo que de algum modo acompanharam esse percurso.

À minha família, sem a qual não estaria aqui.

Ao Karlos, pela paciência, cumplicidade e todo suporte, sem o qual muito não seria possível.

A todos que fizeram parte desses anos de pesquisa, pelo apoio, compreensão, contribuições e críticas que também se refletem nesta dissertação.

O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares.

Milton Santos

RESUMO

O presente estudo propõe a investigação dos lugares públicos - entendidos como a dimensão espacial da cotidianidade e *locus* da esfera de vida pública - buscando compreender relações entre os processos de apropriação do espaço urbano e a forma urbana contemporânea. O centro da cidade de São Paulo foi definido como objeto empírico para um ensaio a fim de apreender relações entre o espaço produzido e suas vivências. A escolha de uma área de importante significado simbólico e histórico, assim como, de intensa dinâmica de atividades e pessoas é devido à sua diversidade e potencial ao encontro público, propiciando uma leitura e interpretação sobre uma base empírica que estimula a reflexão proposta. Ao contrário de alguns discursos não há redução de sua vida pública, o que há é uma mudança nesta que adquire maior complexidade, novos usos e dinâmicas ocupam e recriam seus espaços em constante processo de transformação. O centro tem como herança um rico e ativo sistema de lugares públicos, protagonistas de grandes momentos da vida pública paulistana, palco de encontros, de trocas, de convergências, de conflitos e de manifestações.

Palavras chave: lugar público, forma urbana, cotidiano, espaço público, centros históricos.

ABSTRACT

This research proposes the investigation of public places - understood as the spatial dimension of daily life and *locus* of the public life sphere - trying to understand relationships between the urban space appropriation processes and the contemporary urban form. The center of the city of São Paulo was defined as empirical object to an essay in order to understand relations between his produced space and their experiences. The choice of an area of important symbolic and historical significance, as well as the intense dynamics of activities and people is because of its diversity and potential to the public meeting, providing a reading and interpretation on an empirical basis that encourages the reflection proposal. Unlike some speeches there no is a reduction of his public life, there is a change in this getting more complex, new uses and dynamics occupy and recreate their spaces in a constant process of transformation. The city center has as heritage a rich and active system of public places, protagonists of the great moments of São Paulo's public life, socializing stage, of exchanges, convergences, conflicts and events.

Keywords: public place, urban form, everyday, public space, historic centers.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Calçadão de pedestres, Rua Barão de Itapetininga, São Paulo. Foto da autora, 2014. **p. 22**
- Figura 2.** Rua 15 de Novembro. Foto da autora, 2014. **p. 24**
- Figura 3.** Canteiro central da Avenida Ipiranga no horário de almoço. Foto da autora, 2014. **p. 27**
- Figura 4.** Área externa da Biblioteca Mário de Andrade. Foto da autora, 2013. **p. 30**
- Figura 5.** Calçadão de pedestres, Rua Barão de Itapetininga, São Paulo. Foto da autora, 2014. **p. 32**
- Figura 6.** Protesto contra aumento da tarifa de transporte público, Praça Ramos de Azevedo. Foto de Leandro Moraes/UOL, 2013. **p. 37**
- Figura 7.** Acampamento em frente à Prefeitura Municipal de São Paulo, Manifestação do Movimento Luta por Moradia Digna (LMD), ao fundo Viaduto do Chá e Teatro Municipal. Foto da autora, 2014. **p. 38**
- Figura 8.** Exposição “Da Vincis do Povo” de Cai Guo-Qiang no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB-SP). Foto da autora, 2013. **p. 41**
- Figura 9.** Praça da Sé. Foto da autora, 2013. **p. 42**
- Figura 10.** Escadarias do Teatro Municipal, Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2013. **p. 44**
- Figura 11.** Festival de Direitos Humanos “Cidadania nas Ruas” 2014, Praça do Patriarca. Foto da autora, 2014. **p. 50**
- Figura 12.** Viaduto do Chá. Foto da autora, 2013. **p. 54**
- Figura 13.** Praça do Patriarca, abertura visual para o Viaduto do Chá. Foto da autora, 2014. **p. 57**

- Figura 14.** Mapa Político-administrativo do Município de São Paulo. Intervenção sobre mapa para destaque da Região Centro e Subprefeitura da Sé, em laranja. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). **p. 59**
- Figura 15.** Ampliação, Mapa Político-administrativo do Município de São Paulo. Intervenção sobre mapa para destaque da Subprefeitura da Sé, em laranja. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, PMSP. **p. 59**
- Figura 16.** Recorte territorial proposto para área de estudo. Em amarelo, primeira delimitação que compreende os distritos Sé e República, em vermelho, segunda delimitação compreendendo o recorte de trabalho de campo. Fonte: Elaboração da autora sobre base do Google Earth, 2014. **p. 61**
- Figura 17.** Núcleo primitivo delimitado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Primeira planta da imperial cidade de São Paulo, pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa, 1810. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, PMSP. **p. 63**
- Figura 18.** Vista da cidade de São Paulo, de Jean-Baptiste Debret, 1827. Disponível em: <<http://www.arvoresdesaopaulo.wordpress.com>>. Acesso em: 09 out. 2013. **p. 63**
- Figura 19.** Viaduto do Chá, Vale do Anhangabaú em 1900. Fonte: PONTES, 2003. **p. 64**
- Figura 20.** Planta da Cidade de São Paulo com Identificação dos Primeiros Edifícios Públicos, 1893. Fonte: Acervo cartográfico digitalizado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). **p. 65**
- Figura 21.** Mulheres passeiam na esquina da Rua 15 de Novembro com a Travessa do Comércio, 1906. Fonte: Arquivo do Jornal O Estado de S. Paulo. **p. 66**
- Figura 22.** Viaduto do Chá e Teatro Municipal, ao fundo Rua Barão de Itapetininga, 1912. Disponível em: <<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em: 13 jan. 2015. **p. 66**
- Figura 23.** Cartão Postal Edifício Malusardi, Praça Antônio Prado, c. 1930. Fonte: TOLEDO, 2007. **p. 66**
- Figura 24.** Topografia da área central da cidade de São Paulo segundo Nice Lecocq Muller, Walter Faustini e Aziz Ab'Saber. Fonte: AB'SABER, 2007. **p. 67**
- Figura 25.** Planta da Cidade de São Paulo, 1929. Fonte: Acervo cartográfico digitalizado da Biblioteca Nacional, BNDigital. **p. 69**
- Figura 26.** Esquema Teórico para São Paulo no Plano de Avenidas, 1930. Fonte: TOLEDO, 1996. **p. 70**
- Figura 27.** Planta Geral dos Melhoramentos Centrais, 1945. Fonte: TOLEDO, 1996. **p. 71**
- Figura 28.** Representação do Vale do Anhangabaú no Plano de Avenidas, 1930. Fonte: TOLEDO, 2007. **p. 71**
- Figura 29.** Avenida Ipiranga, com intervenção do Plano de Avenidas, 1953. Foto de Fotolabor. **p. 71**
- Figura 30.** Avenida Ipiranga. Fonte: TOLEDO, 1996. **p. 72**
- Figura 31.** Cinelândia, como era conhecida a Avenida São João, que chegou a concentrar 25 salas de cinema, 1970. Disponível em: <<http://www.cbre.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2012 **p. 72**
- Figura 32.** Anúncios de jornal, décadas de 1940, 1950 e 1960. Disponível em: <<http://www.acervos.estadão.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2015. **p. 73**

Figura 33. Inauguração da Via Elevada Presidente Costa e Silva, ao fundo Praça Roosevelt, 1971. Fonte: Acervo Arquivo Histórico de São Paulo. Disponível em: <[http:// www.arquiamigos.org.br](http://www.arquiamigos.org.br)>. Acesso em: 18 jan. 2015. **p. 75**

Figura 34. Complexo Viário Parque D. Pedro II, 1971. Disponível em: <<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em: 18 jan. 2015. **p. 75**

Figura 35. Início das obras na Estação Sé em 1972. Disponível em: <<http://www.saopaulominhasmemorias.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2013. **p. 77**

Figura 36. Construção da Estação São Bento, década de 1970. Disponível em: <<http://www.spempretoebranco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2015. **p. 77**

Figura 37. Proposta de Revitalização da Área Central, 1976. Fonte: ABRAHÃO, 2008. **p. 79**

Figura 38. Representação dos calçadões de pedestres, perspectiva Rua Barão de Itapetininga, 1976. Fonte: Acervo Biblioteca SP Urbanismo. **p. 79**

Figura 39. Calçadão de pedestres, Rua Barão de Itapetininga, 197-. Fonte: PMSP, 1979. **p. 79**

Figura 40. Novo Parque do Anhangabaú, 1991. Disponível em: <<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em 24 jan. 2015. **p. 81**

Figura 41. Representação do Bulevar São João, 199-. Fonte: Acervo biblioteca SP Urbanismo. **p. 81**

Figura 42. Área piloto Eixo Sé-Arouche. Fonte: PMSP, 1992. **p. 84**

Figura 43. Representação de regulação de anúncios. Fonte: PMSP, 1992. **p. 84**

Figura 44. Rua São Bento antes e depois da intervenção. Fonte: PMSP, 1992. **p. 85**

Figura 45. Largo do Arouche após intervenção, 1993. Fonte: Acervo de Decio Amadio. **p. 86**

Figura 46. Conjunto arquitetônico após regulamentação, 1993. Fonte: Acervo de Decio Amadio. **p. 86**

Figura 47. Calçadões ocupados por comércio informal. Fonte: Revista URBS N° 24, 2001. **p. 87**

Figura 48. Estação e Parque da Luz. Fonte: ARTIGAS, 2006. **p.89**

Figura 49. Mapa com limite da Operação Urbana Centro. Fonte: Cartilha da Área Central, SP Urbanismo, 2010. **p. 89**

Figura 50. Administração Regional da Sé (área de abrangência do Reconstruir o Centro) e distritos República e Sé (área de abrangência do Ação Centro). Fonte: MONTISUKE, 2008. **p. 92**

Figura 51. Representação do Projeto Corredor Cultural. Fonte: PINTO; GALVANESE, 2006. **p. 92**

Figura 52. Representação do perímetro do Projeto Urbanístico Específico da Nova Luz. Fonte: Projeto Urbanístico Específico (PUE), Prefeitura Municipal de São Paulo e Consórcio Nova Luz, 2011. **p. 94**

Figura 53. Vista aérea ilustrativa do Complexo Cultural Luz. Disponível em: <<http://www.piniweb.pini.com.br>>. Acesso 27 jan. 2015. **p. 94**

Figura 54. Projetos-piloto do Centro, Diálogo Aberto. Disponível em: <<http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015. **p. 95**

Figura 55. Projetos-piloto Praça Ouvidor Pacheco e Silva. Disponível em: < http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br >. Acesso em: 31 jan. 2015.	p. 95	Figura 65. Indicação do percurso realizado. Fonte: Elaboração de Karlos Rupf, 2014.	p. 113
Figura 56. Projetos-piloto Largo do Paissandú. Disponível em: < http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br >. Acesso em: 31 jan. 2015.	p. 95	Figura 66, 67, 68. Praça da Sé. Fotos da autora, 2013.	p. 114
Figura 57. Áreas especializadas de comércio e serviços (intervenção sobre cores originais da imagem). Fonte: VIVA O CENTRO, 2000.		Figura 69, 70, 71. Praça da Sé. Fotos da autora, 2013.	p. 115
Figura 58. Taxa geométrica de crescimento anual. Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SMDU/ Departamento de Estatística e Produção de Informação – DIPRO.	p. 98	Figura 72. Palco de luta livre na Virada Cultural, Praça da Sé. Foto da autora, 2013.	p. 115
Figura 59. Ampliação do Mapa do Uso do Solo predominante no Município de São Paulo. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/ Departamento de Arrecadação e Cobranças – TCPL 2013 .	p. 100	Figura 73, 75. Rua Direita. Fotos da autora, 2013.	p. 116
Figura 60. Bens tombados pelo COMPRESP e CONDEPHAAT em cor alaranjada. Edifícios de interesse histórico e cultural em azul. Fonte: Associação Viva o Centro, 2006. Disponível em: < http://www.vivaocentro.org.br >. Acesso em: 03 nov. 2013.	p. 104	Figura 74. Largo da Misericórdia. Foto da autora, 2013.	p. 116
Figura 61. Passagens e galerias comerciais existentes. Fonte: Elaboração de Karlos Rupf tendo como base VARGAS (1998) e COSTA (2010).	p. 105	Figura 76. Campanha eleitoral, Praça do Patriarca. Foto da autora, 2014.	p. 117
Figura 62. Comércio na Rua General Carneiro. Foto da autora, 2014.	p. 108	Figura 77, 78. Praça do Patriarca. Fotos da autora, 2014.	p. 117
Figura 63. Imagem de satélite, Google Earth, 2014.	p. 111	Figura 79, 80. Rua São Bento. Fotos da autora, 2013 e 2014.	p.118
Figura 64. Ocupação no edifício do antigo Othon Palace. Foto da autora, 2014.	p. 112	Figura 81. Largo do Café. Foto da autora, 2013.	p. 119
		Figura 82. Rua São Bento. Foto da autora, 2014.	p. 119
		Figura 83. Praça Antônio Prado. Foto da autora, 2013.	p. 119
		Figura 84. Largo de São Bento. Foto da autora, 2013.	p. 119
		Figura 85. Viaduto do Chá, à esquerda edifício do Shopping Light. Foto da autora, 2013.	p. 120
		Figura 86. Vale do Anhangabaú. Foto da autora, 2013.	p. 120
		Figura 87. Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2013.	p. 120
		Figura 88. Virada Cultural, Vale do Anhangabaú. Foto da autora, 2013.	p. 121
		Figura 89. Vale do Anhangabaú. Foto da autora, 2013.	p. 121
		Figura 90, 91. Viaduto do Chá. Fotos da autora, 2014.	p. 121
		Figura 92. Marquise de edifício, Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2014.	p. 122
		Figura 93, 94. Vendedores ambulantes e anunciantes na Rua Barão de Itapetininga. Fotos da autora, 2014.	p. 122

Figura 95. Acesso à Galeria Nova Barão na Rua Barão de Itapetininga. Foto da autora, 2014. **p. 123**

Figura 96, 97. Artista de rua e anunciantes na Rua Barão de Itapetininga. Fotos da autora, 2014. **p. 123**

Figura 98, 99, 100. Praça da República e seus subespaços. Fotos da autora, 2013 e 2014. **p. 124**

Figura 101, 103. Avenida Vieira de Carvalho. Foto da autora, 2014. **p. 125**

Figura 102. Largo do Arouche. Foto da autora, 2014. **p. 125**

Figura 104. Mapa com percurso realizado e localização dos estudos de caso. Escala 1:10.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 130**

Figura 105. Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo levantada pelo engenheiro militar Rufino José Felizardo da Costa, datada de 1807/1810. Fonte: CAMPOS, 2009. **p. 131**

Figura 106. Largo do Café (1843-1928). Fonte: CAMPOS, 2009. **p. 133**

Figura 107. Vista do Largo do Café em 1936. Fonte: PMSF, 2012. **p. 132**

Figura 108. Largo do Café em 1954. Disponível em: <
<http://www.ontemsaopaulo.tumblr.com>>. Acesso em: 08 nov. 2014. **p. 133**

Figura 109. Largo do Café. Foto da autora, 2014. **p. 133**

Figura 110. Contexto geral, Largo do Café. Sem escala. **p. 134**

Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth, 2014.

Figura 111. Mapa Contexto, Largo do Café. Escala: 1/5.000. **p. 135**

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Figura 112. Uso do solo, Largo do Café. Escala: 1/2.000. **p. 137**

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Figura 113. Gabaritos, Largo do Café. Escala: 1/2.000. **p. 139**

Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 141**

Figura 114. Diagrama de fluxos, Largo do Café. Escala: 1/1.000. **p. 143**

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Figura 115. Cortes das Ruas São Bento, do Comércio e Álvares Penteado. Escala 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 145**

Figura 116. Apropriação dos restaurantes do espaço do largo. Foto da autora, 2014. **p. 146**

Figura 117. Representação esquemática, proporção de altura dos edifícios e largura do largo. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 146**

Figura 118. Conformação do sistema de objetos, Largo do Café. Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 147**

Figura 119. Cortes longitudinal e transversal do Largo do Café. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 149**

Figura 120, 121. Largo do Café. Foto da autora, 2014. **p. 150**

Figura 122. Rua São Bento, acesso ao largo. Foto da autora, 2014. **p. 151**

Figura 123, 126. Largo do Café. Foto da autora, 2014. **p. 151**

Figura 124. Rua Dr. Miguel Couto, acesso ao largo. Foto da autora, 2014. **p. 151**

Figura 125. Rua Álvares Penteado, acesso ao largo. Foto da autora, 2014. **p. 151**

Figura 127. Rua do Comércio, acesso ao largo. Foto da autora, 2014. **p. 151**

Figura 128. Uso noturno, Largo do Café. Foto da autora, 2014. **p. 152**

Figura 129. Conformação do sistema de ações, Largo do Café. Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 153**

Figura 130. Permanências no espaço conformado por banca de revistas. Foto da autora, 2014. **p. 154**

Figura 131, 132. Permanências, Largo do Café. Foto da autora, 2014. **p. 155**

Figura 133. Comércio ambulante, Largo do Café. Foto da autora, 2014.	p. 156
Figura 134. Evento SP na Rua, Largo do Café. Foto da autora, 2014.	p. 156
Figura 135. Evento SP na Rua, Largo do Café. Foto da autora, 2014.	p. 157
Figura 136. Representação da área em que é implantado o Teatro Municipal e Praça Ramos de Azevedo: Imagem acima no período de 1892-1910, quando havia apenas o Teatro São José (em azul); imagem abaixo no período de 1911- 1937, já com o teatro e sua esplanada. Fonte: ICI, 1994.	p. 159
Figura 137. Representação da área em que é implantado o Teatro Municipal e Praça Ramos de Azevedo: Imagem acima anos de 1938-1977, com o novo viaduto e desenho da Esplanada alterado; imagem abaixo anos de 1978-1992, com calçadas de pedestre e último projeto implantado no vale. Fonte: ICI, 1994.	p. 160
Figura 138. Teatro Municipal com mesas do café do teatro na lateral do edifício, de frente para sua esplanada, 1920. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.	p. 161
Figura 139. Esplanada do Teatro após a implantação do projeto do Parque Anhangabaú de Joseph Bouvard. Destacam-se o Teatro Municipal e o Hotel Esplanada. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.	p. 161
Figura 140. Café do Teatro Municipal voltado para o Vale do Anhangabaú, antes da instalação do Monumento à Carlos Gomes. Fonte: CHAMIE, 1981.	p. 161
Figura 141. Praça Ramos de Azevedo. Foto de Roger H. Sassaki.	p. 162
Figura 142. Contexto geral, Praça Ramos de Azevedo. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.	p.163
Figura 143. Mapa Contexto, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/5.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 165
Figura 144. Uso do solo, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 167
Figura 145. Gabaritos, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 169
Figura 146. Diagrama de fluxos, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/1.000. Fonte: Autora, 2014.	p. 171
Figura 147. Jardim da Esplanada do Teatro. Foto da autora, 2014.	p. 172
Figura 148. Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2014.	p. 173
Figura 149. Representação esquemática dos limites visuais do espaço. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 174
Figura 150. Conformação do sistema de objetos, Praça Ramos de Azevedo. Escala: indicada. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p.175
Figura 151. Representação esquemática subespaços da Praça Ramos de Azevedo. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 176
Figura 152. Subespaço 01, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: Foto e elaboração da autora, 2014.	p. 176
Figura 153, 154, 155. Subespaço 02, 03, 04, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: Foto e elaboração da autora, 2014.	p. 177
Figura 156. Escadaria do teatro, Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2014.	p. 179
Figura 157. Corte subespaço 03, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: elaboração da autora, 2014.	p. 180
Figura 158. Corte subespaço 01, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: elaboração da autora, 2014.	p. 181
Figura 159. Conformação do sistema de ações, Praça Ramos de Azevedo. Escala: indicada. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 183

Figura 160, 161. Permanências nas escadarias do teatro. Fotos da autora, 2014.	p. 184
Figura 162, 163. Permanências, artistas de rua. Fotos da autora, 2014.	p. 185
Figura 164, 165, 166, 167,168, 169, 170. Pausas e permanências. Fotos da autora, 2013 e 2014.	p. 186
Figura 171. Bordas “sentáveis” do teatro. Foto da autora, 2014.	p. 187
Figura 172. Escadaria lateral do teatro, uso de skatistas. Foto da autora, 2014.	p. 188
Figura 173, 177. Vendedores ambulantes. Fotos da autora, 2014.	p. 189
Figura 174, 175. Moradores de rua. Fotos da autora, 2014.	p. 189
Figura 176. Skatistas, lateral do teatro. Foto da autora, 2014.	p.189
Figura 178. Exposição Cultura Racional. Foto da autora, 2014.	p.189
Figura 179, 180. Feira Gastronômica e Virada Cultural na Praça Ramos de Azevedo. Fotos da autora, 2014.	p. 190
Figura 181. “Peruada”, festa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foto da autora, 2014.	p. 191
Figura 182. Protesto contra aumento de tarifas do transporte público. Foto Eduardo Enomoto, portal R7, 2013.	p. 191
Figura 183. Folder de lançamento do empreendimento Rua Nova Barão. Disponível em: < http://www.novabarao.blogspot.com >. Acesso em: 05 nov. 2014.	p. 193
Figura 184. Fachada e Corte longitudinal do Edifício Nova Barão. Sem escala. Fonte: Acervo do Condomínio Nova Barão.	p.195
Figura 185. Acesso Galeria Nova Barão na Rua 7 de Abril. Foto da autora, 2014.	p. 196
Figura 186. Contexto geral, Nova Barão. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.	p. 197

Figura 187. Mapa Contexto, Nova Barão. Escala: 1/5.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 199
Figura 188. Uso do solo, Nova Barão. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 201
Figura 189. Gabaritos, Nova Barão. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 203
Figura 190. Diagrama de fluxos, Nova Barão. Escala: 1/1.000. Fonte: Autora, 2014.	p. 205
Figura 191. Acesso à Galeria Nova Barão na Rua Barão de Itapetininga. Foto da autora, 2014.	p. 206
Figura 192. “Rua” da Galeria Nova Barão. Foto da autora, 2014.	p. 207
Figura 193. Cortes Transversais da Nova Barão. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 209
Figura 194. Conformação do sistema de objetos, Nova Barão. Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 210
Figura 195. Vista da “Rua elevada”, alargamento que conforma espaço de permanência, Nova Barão. Foto da autora, 2014.	p. 213
Figura 196. Vista da “Rua elevada”, Nova Barão. Foto da autora, 2014.	p. 213
Figura 197. Conformação do sistema de ações, Nova Barão. Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 214
Figura 198. Permanências, lojas de vinis no pavimento superior. Foto da autora, 2014.	p. 216
Figura 199, 200, 202. Permanências, lojas e mobiliário do pavimento térreo. Fotos da autora, 2014.	p. 217
Figura 201. Acesso ao conjunto residencial no pavimento térreo ocupa espaço da modulação de uma loja. Foto da autora, 2014.	p. 217

Figura 203. Aviso em escada rolante no piso superior, Nova Barão. Foto da autora, 2014.	p. 218	Figura 217. Diagrama de fluxos, Praça da República. Escala: 1/1.500. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 233
Figura 204. Obra do 33º Panorama da Arte Brasileira do Museu de Arte Moderna (MAM), Nova Barão. Foto de Karlos Rupf, 2013.	p. 219	Figura 218. Corte Avenida Ipiranga. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 234
Figura 205. Anúncio das touradas na praça. Fonte: KLIASS (1993).	p. 221	Figura 219. Corte Avenida São Luís. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 235
Figura 206. Imagem da praça por volta de 1890. Fonte: ICI, 1995.	p. 221	Figura 220. Corte Rua Praça da República. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 236
Figura 207. Praça da República com remodelação de 1905. Fonte: Acervo iconográfico digitalizado do Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.	p. 222	Figura 221. Horário de início das aulas, Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI). Foto da autora, 2013.	p. 237
Figura 208. Escola Normal Caetano de Campos por volta de 1950. Fonte: ICI, 1995.	p. 222	Figura 222. Fotomontagem e representações dos subespaços da praça. Fonte: Elaboração e fotos da autora, 2014.	p. 239
Figura 209. Praça da República na planta da cidade atribuída a Carlos Rath (1868) e a Jules Martin (1877). Fonte: KLIASS (1993).	p. 223	Figura 223. Representação bordas de canteiros “sentáveis”. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 241
Figura 210. Praça da República na planta da cidade SARA Brasil (1930) e VASP (1952-1957). Fonte: KLIASS (1993).	p. 223	Figura 224. Conformação do sistema de objetos, Praça da República. Escala 1/1.125. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 241
Figura 211. Inserção urbana da Praça da República. Foto de Karlos Rupf, 2013.	p. 224	Figura 225. Corte em frente ao Edifício Caetano Campos. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 242
Figura 212. Contexto geral, Praça da República. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.	p. 225	Figura 226. Corte espelho d’água. Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 243
Figura 213. Mapa Contexto, Praça da República. Escala: 1/5.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 227	Figura 227, 228, 229. Subespaço marcado pela presença de grande piso livre. Fotos da autora, 2013.	p. 244/ p. 245
Figura 214. Uso do solo, Praça da República. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 229	Figura 230, 231, 232. Subespaço marcado pela praça de influências românticas. Fotos da autora, 2013.	p. 244/ p. 245
Figura 215. Gabaritos, Praça da República. Escala: 1/2.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 230	Figura 233. Conformação do sistema de ações, Praça da República. Escala: 1/1.125. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 247
Figura 216. Representação esquemática permeabilidades. Fonte: Elaboração da autora, 2014.	p. 232		

Figura 234, 235, 236. Pausas e permanências, Praça da República. Fotos da autora, 2013. **p. 248**

Figura 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243. Pausas e permanências, Praça da República. Fotos da autora, 2013. **p. 249**

Figura 244. Crianças brincando no espelho d'água da praça. Foto da autora, 2013. **p. 250**

Figura 245, 246, 247. Moradores de rua ocupam coreto e canteiros. Intervenção da prefeitura com placas para evitar uso do coreto. Fotos da autora, 2013. **p. 251**

Figura 248, 249, 250. Na sequência: cartomante, unidade móvel com Cursos de Panificação e Açougue e CAT Móvel (Centro de Apoio ao Trabalho). Fotos da autora, 2013 e 2014. **p. 251**

Figura 251. Feira de artesanato aos fins de semana. Foto da autora, 2013. **p. 252**

Figura 252. Apresentação musical na festa de comemoração do aniversário da cidade. Foto da autora, 2013. **p. 252**

Figura 253, 254. Setores da feira de fim de semana, alimentação e quadros. Fotos da autora, 2013. **p. 253**

Figura 255, 256. Apropriações em dias festivos, comemoração do aniversário da cidade. Fotos da autora, 2013. **p. 253**

Figura 257. Praça Dom José Gaspar. Foto da autora, 2014. **p. 254**

Figura 258, 259, 260. Térreo do Edifício Copan e rua interna. Fotos da autora, 2014. **p. 256**

Figura 261, 262, 263. Passagem por baixo dos edifícios com acesso a Avenida São Luís e Praça Dom José Gaspar. Fotos da autora, 2014. **p. 257**

Figura 264, 265. Permanências, escadaria do Teatro Municipal. Fotos da autora, 2014. **p. 258**

Figura 266. Pausa, Praça Ramos de Azevedo. Foto da autora, 2014. **p. 259**

Figura 267. Permanência, Rua Barão de Itapetininga. Foto da autora, 2012. **p. 259**

Figura 268. Permanência, Largo de São Bento. Foto da autora, 2013. **p. 259**

Figura 269. Pausa, Rua Líbero Badaró. Foto da autora, 2013. **p. 259**

Figura 270. Permanências, Praça Roosevelt. Foto da autora, 2012. **p. 259**

Figura 271. Pausa, Avenida São Luís. Foto da autora, 2013. **p. 259**

Figura 272. Permanência, Avenida Ipiranga. Foto da autora, 2014. **p. 259**

Figura 273. Manifestação de professores, Praça da República, 2011. Disponível em: < <http://www.educacao.uol.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2015. **p. 239**

Figura 274. Manifestação contra tarifas de transporte público, Viaduto do Chá, 2015. Foto de Avenier Prado - Folhapress, 2015. **p. 260**

Figura 275. Manifestação contra tarifas de transporte público, Praça da Sé, 2013. Foto de Futura Press, 2013. **p. 260**

Figura 276. Manifestação contra despejos de ocupações no Grajaú. Foto da autora, 2014. **p. 261**

Figura 277. Representação esquemática, acessibilidade condicionada pelo espaço. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 262**

Figura 278. Projeto-piloto implantado na Praça Ouvidor Pacheco e Silva. Foto da autora, 2014. **p. 263**

Figura 279. Representação esquemática, banca de revista incorporada aos edifícios. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 265**

Figura 280. Subespaço dos fundos do Teatro Municipal. Foto da autora, 2014. **p. 266**

Figura 281. Ensaio, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: Elaboração da autora, 2014. **p. 267**

Figura 282. Representação esquemática, Galeria Nova Barão.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

p. 268

Figura 283. Jardim de Infância anexo ao Edifício Caetano de Campos, 1919. Disponível em: <www.iecc.com.br>. Acesso em: 04 fev. 2015.

p. 269

Figura 284. Alunos do Jardim de Infância em frente ao Caetano de Campos, 1958. Disponível em: <<http://www.ieccmemorias.wordpress.com>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

p. 269

Figura 285. Mobiliário móvel em parque de Viena, Áustria. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

p. 270

Figura 286. Praça Ouvidor Pacheco e Silva no centro de São Paulo, implantação de projeto-piloto com mobiliário móvel. Foto da Autora, 2014.

p. 270

Figura 287. Ensaio, Praça da República. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

p. 271

Figura 288. Edifício ocupado por movimento de luta por moradia, Rua Marconi. Foto da autora, 2014.

p. 273

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População recenseada. Fonte: IBGE - Censos demográficos 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

p. 99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Crescimento populacional nos distritos Sé e República. Fonte: IBGE - Censos demográficos 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

p. 99

Gráfico 02. População em situação de rua. Fonte: SMADS e SMDU / Deinfo, censos anos 2009 e 2011.

p. 100

Gráfico 03 e 04. Área de Terreno por Tipologia de Uso, Distrito República e Sé. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/ Sempla/ Dipro. Dados do TPCL - Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza.

p. 101

Gráfico 05 e 06. Empregos Formais em 2010, não incluem os empregos da Administração Pública no Município. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

p. 102

Gráfico 07. Viagens atraídas por motivo, Zona República. Fonte: Pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo – METRÔ- em 2007.

p. 103

Gráfico 08. Viagens atraídas por motivo, Zona Sé. Fonte: Pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo – METRÔ- em 2007.

p. 103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 23
1. A ESFERA DE VIDA PÚBLICA E A DIMENSÃO COTIDIANA	p. 29
1.1. Sobre a cidade, o urbano e a esfera de vida pública	p. 31
1.2. A esfera de vida pública contemporânea: novas formas e complexidades	p. 32
1.3. A dimensão do lugar público	p. 39
1.4. A forma urbana	p. 43
2. CONTEXTO - O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO	p. 53
2.1. Centro Histórico de São Paulo: delimitações territoriais	p. 58
2.2. O presente como espessura que remete ao passado	p. 62
2.2.1. Transformações e reconstruções do centro	p. 62
2.2.2. Políticas de revalorização da área central	p. 76
2.3. Presente como espessura que remete ao futuro	p. 96
3. LEITURA URBANA: LUGARES PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO	p. 107
3.1. A forma urbana do centro de São Paulo	p. 110
3.2. Um percurso	p. 112
3.3. Leituras urbanas	p. 126
3.3.1. Largo do Café	p. 130
3.3.2. Praça Ramos de Azevedo	p. 158
3.3.3. Galeria Nova Barão	p. 192
3.3.4. Praça da República	p. 220
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 255
4.1. Passagens, permanências e manifestações	p. 256
4.2. Quatro leituras	p. 264
4.3. Lugares públicos no centro de São Paulo	p. 272
REFERÊNCIAS	p. 276

INTRODUÇÃO

Esse trabalho surge de questões acerca da experiência do urbano, das relações dinâmicas entre espaço urbano produzido e suas vivências, com destaque para a dimensão cotidiana da vida pública.

A esfera de vida pública contemporânea passa por mudanças fundamentais, adquirindo uma maior complexidade e novas formas de expressão, onde o limite entre o público e o privado ganha novos valores. Em constante transformação e adaptação, a dimensão pública se coloca como importante local da possibilidade de transformações, do contato entre diferentes classes sociais e do exercício da alteridade; nela ocorrem as manifestações de caráter político e cultural de uma sociedade.

Propõe-se a investigação dos “lugares públicos”, entendendo-os como a dimensão espacial da cotidianidade e *locus* da esfera de vida pública, espaços de coexistências, lugares onde a vida coletiva se desenvolve. Tendo como principais referências para construção do referencial teórico a formulação conceitual de Milton Santos (2012a, 2012b, 2007) e de Eugenio Queiroga (2002, 2012) acerca do espaço humano e das dimensões públicas do espaço contemporâneo.

Com o presente estudo, busca-se compreender relações entre os processos sócio-espaciais de apropriação do espaço urbano e a forma urbana contemporânea. Investigando de que modo o planejamento, o projeto e a produção desses lugares podem contribuir para espaços mais democráticos que favoreçam a inclusão e o encontro público.

Pretende-se levantar também questões sobre a importância da integração dos espaços de uso público, de modo a contribuir com um sistema de lugares públicos com relações multiescalares, a fim de propi-

ÁREA DE PEDESTRES

CARGA E DESCARGA PERMITIDA - PBT até 7 T

COM PEDÁGIO
2ª a 6ª 20 - 07 h

SEM PEDÁGIO
Sábado após 14 h
Domingo

PEDESTRE

- ← Pátio do Colégio
- ← Solar da Marquesa
- ↑ Praça da Sé
- ↑ Caixa Cultural

ciar qualidade ambiental, atratividade e diversidade no deslocar-se pela cidade e na vivência do ambiente urbano.

A qualidade da vida pública vai muito além de espaços bem projetados, sendo diversos os exemplos de bons projetos que em seu contexto e vivência social não funcionam. Acredita-se que o gesto do projeto não condiciona, mas sim possibilita novas vivências, assim como, pode inibir ou coibir a atividade pública.

A fim de estruturar a discussão foi definido como objeto empírico o Centro Histórico de São Paulo. Além de centralidade funcional esse possui uma alta carga simbólica e histórica. Sendo repleto de multiplicidades, sobreposições e coexistências; nele se somam as memórias partilhadas de uma metrópole que cresceu a passos largos.

O trabalho de campo tem como principais referências os estudos de Lucrécia Ferrara (1993, 2000) de leitura do ambiente urbano e procedimentos de método de Sun Alex (2004) utilizando o desenho como ferramenta de investigação.

A leitura urbana de lugares públicos do centro de São Paulo possibilita uma reflexão sobre as relações de localização, acessibilidade, permeabilidade, visibilidade, diversidade de usos e atratividade dos mesmos. Condições estas que agregam pessoas nos espaços públicos, longe de serem esvaziados pelo advento de espaços privados que acolhem a vida coletiva.

Busca-se contribuir de forma direta para os estudos urbanísticos contemporâneos do centro de São Paulo, notadamente para a compreensão dos processos de apropriação de seus lugares e de sua forma urbana, colaborando para a análise dos seus lugares públicos, reconhecendo seu caráter singular e sistêmico.

Diante da multiplicidade urbana e da complexidade da esfera de

vida pública atual, pretende-se contribuir com parte de um conhecimento mais abrangente a ser construído acerca do olhar do arquiteto-urbanista sobre a esfera de vida pública brasileira, buscando a compreensão de uma categoria do espaço importante, o lugar público.

A condição de pesquisadora-moradora

O trabalho tem como condição e oportunidade a visão de uma pesquisadora-moradora-“estrangeira” do centro de São Paulo, vir de outra cidade proporciona um olhar de fora, de quem não carrega a memória desse espaço simbólico que é o centro histórico de uma cidade. O que oportuniza o olhar de estranhamento, reconhecimento e surpresa com o novo. Mas os anos de desenvolvimento dessa pesquisa também ocorreram na condição de moradora do centro de São Paulo, um olhar de dentro do seu cotidiano de moradia, trabalho e eventos; diante de sua incrível diversidade que pulsa em encontros, conflitos, copresenças e espessura de tempos, com muito ainda para se explorar.

Estrutura da dissertação

A dissertação se estrutura em quatro tópicos:

O **primeiro capítulo** apresenta os fundamentos teóricos que irão permear a pesquisa, formando base conceitual para a investigação proposta. Com aspectos conceituais sobre a esfera de vida pública, a dimensão do lugar público e a forma urbana.

O **segundo capítulo** apresenta o objeto empírico de pesquisa e realiza uma contextualização das questões e dinâmicas que permearam sua evolução urbana, com breve apresentação histórica do centro de São Paulo, suas propostas urbanísticas mais recentes e o levantamento de dados atuais sobre a área objeto de estudo.

Dá-se destaque ao período entre os anos de 1975 a 2012, diante da constituição de uma imagem de degradação, popularização e “decadência” pela (discutível) perda da posição de principal centralidade econômica da cidade. Em 1975 se iniciam as políticas de intervenção para a revalorização e reestruturação do centro, presentes até as ações da última gestão municipal. Em 2012, encerra-se a última gestão pública passível de análise até o momento de redação dessa dissertação.

O **terceiro capítulo** continua com o reconhecimento do objeto empírico, consistindo no trabalho de campo, buscando compreender e refletir sobre os materiais gerados pelas leituras e percursos em campo. Apresenta a seleção de casos representativos para estudos mais aprofundados: o Largo do Café, a Praça Ramos de Azevedo, a Galeria Nova Barão e a Praça da República.

Desse modo foi possível sistematizar as práticas cotidianas dos pedestres, seus sistemas de ações, os atores habituais e não habituais, os modos como se realizam as circulações de quem apenas passa pelo lugar

e suas permanências. Foram identificadas as áreas de convergência e os pontos atrativos que geram distintas formas de territorializações momentâneas, assim como, seu sistema de objetos, aspectos morfológicos e elementos contextuais que aceleram ou diminuem a ação socioespacial.

Destaca-se como um dispositivo metodológico importante para análise de campo o registro fotográfico. Através da fotografia foi possível documentar os usos e apropriações do espaço em diferentes fragmentos de tempo.

Kohler (2010, p.317) indica que a fotografia tem a vantagem de “revelar o que os sujeitos investigados estão realmente fazendo (ao invés do que eles afirmam estar fazendo)”, outra vantagem é o registro do comportamento social em seu contexto real, não separado dele. Além do registro fotográfico foram utilizados outros tipos complementares de leitura do espaço como a confecção de mapas, desenhos e croquis, de modo a facilitar a sua interpretação e o exame de individualidades, correlações, contradições e conflitos.

O último tópico apresenta as **considerações finais**, retomando as discussões dos três capítulos anteriores. Aqui se conjugam as relações apreendidas na área objeto de estudo e se realizam breves ensaios sobre os quatro lugares estudados. A análise empírica se valida e se complementa a partir do embate crítico de seus resultados com as discussões teóricas e com a pesquisa contextual sobre o centro de São Paulo.

03

Figura 3. Canteiro central da Avenida Ipiranga no horário de almoço. Foto da autora, 2014.

CAPÍTULO 1

A ESFERA DE VIDA PÚBLICA E A DIMENSÃO COTIDIANA

Existem elos (ir) relevantes entre cotidiano, lugar, indivíduo e pessoa. Através desses elos, tudo acontece e adquire sentido, permitindo a individuação e o pertencimento, e também nada importa ou tem significado, já que cada gesto pode ser envolto em enredos da cotidianidade alienada e na indiferença. Essas ondulações da tessitura do social, inscritas no chão de historicidade, construído por influências institucionais, como esclarece Alain Touraine (1984), formam as condições espaço-temporais da ação social. É nessas condições que a sociabilidade pode ser alimentada ou destruída por uma atitude, um gesto, uma palavra, um sorriso ou um olhar (RIBEIRO, 2005).

1.1. SOBRE A CIDADE, O URBANO E A ESFERA DE VIDA PÚBLICA

As cidades trazem historicamente sua função como lugar de trocas, de convergências, de concentração e de confrontos. No século XXI essas funções se elevam em complexidade, o espaço urbano reúne diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos atrelados a uma rica diversidade socioespacial.

Milton Santos (2012a) descreve o papel da proximidade de indivíduos diversos coexistindo nos espaços da cidade. Em que, apesar de mediadas pelas estruturas de poder, o território compartilhado da cidade e suas intensas inter-relações propiciam a coexistência da diversidade e de múltiplas formas de comunicação. "A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. A anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é ainda mais intensa" (SANTOS, 2012a, p.319).

A experiência do urbano relaciona dinamicamente a sociedade e a materialidade da cidade. A forma física da cidade, seu tecido urbano, volume edificado e áreas livres mediam essa experiência no espaço e no tempo. Netto (2012) propõe se referir as possibilidades dadas pelo urbano - do exercício da alteridade e integração social - como urbanidade.

Traços dessa urbanidade plena nos cercam, bem como os ruídos das dissociações e das degradações do humano. Atos de urbanidade são amalgamados, impressos no espaço. São projeções materiais de urbanidades passadas. Esses traços históricos de urbanidade seriam materializados tanto na diversidade de espaços urbanos quanto em um impulso à associação

e à comunicação que nos caracteriza como sociedade e tem garantido historicamente nossa continuidade, a despeito de toda tensão de diferenciação. Tais configurações da cidade seguem “pulsando urbanidade;” espacialidades do passado seguem oferecendo condições materiais para as interações das quais consiste a urbanidade (NETTO, 2012, p. 56).

Desse modo, a urbe é condição de convívio, interação, e processos comunicativos. E é na esfera de vida pública que ocorrem essas relações em sua potencialidade máxima.

A esfera de vida pública, neste trabalho, é entendida não apenas como o espaço da ação política de Hannah Arendt (2004), mas também, da ação comunicativa de Jürgen Habermas (1990)¹ própria do cotidiano, de interlocução e interação entre indivíduos e grupos sociais, também de confrontos e coexistências entre lógicas hegemônicas e espontaneidades, espaço do trato comunicativo.

Neste sentido, Queiroga (2012, p. 49) propõe denominar de “*esfera pública geral*” uma esfera de vida ampla, que abarca toda a vida “em público”, seja de caráter político e intelectual, da ação comunicativa ou de qualquer outro tipo que se compartilhe “em público”, reconhecendo qualidades nas ações cotidianas como um passeio em família por um parque ou no simples andar pela cidade entre compromissos habituais.

---

¹ Sobre as discussões acerca das esferas de vida pública, privada, social, comunitária e cotidiana, assim como, das conceituações de Hannah Arendt e Jürgen Habermas Cf. QUEIROGA, 2012, p. 36 – 50.

(...) O convívio público, voluntário ou involuntário, possui um grau de civilidade que, em harmonia ou em conflito, já se constitui parte da vida pública, integrante da esfera pública geral. A vida em público é já um importante elemento para a consciência da alteridade, base potencial para a ação (política) arendtiana, ou comunicativa habermasiana. Nesse sentido, a esfera pública política – **esfera pública *stricto sensu*** - seria como a ponta de um iceberg, cuja totalidade inclui compreender toda a vida em público, a esfera pública geral - **esfera pública *lato sensu*** (QUEIROGA, 2012, p.49).

1.2. A ESFERA DE VIDA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: NOVAS FORMAS E COMPLEXIDADES

No quadro contemporâneo temos as grandes cidades imersas em distintos graus de processos de globalização, em meio aos avanços técnicos, científicos, informacionais e comunicacionais. Este atual período caracterizado por rápidas mudanças, fluidez e incertezas teve início nas décadas de 1970 e 1980 com a passagem do sistema industrial fordista para o sistema de acumulação flexível de capital. Harvey (1992) mostra que esse novo modo de produção capitalista se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos, padrões de consumo e na “compressão do espaço-tempo” com o avanço tecnológico e redução de custos da comunicação e mobilidade.

Brandão Lopes (1995) assinala mudanças socioeconômicas, sobretudo no nível produtivo, como a internacionalização das economias nacionais adicionando aos padrões competitivos - além do preço - a qualidade e a diversidade de produtos. São características dessas formas

flexíveis: produção em massa e enxuta, automação e microeletrônica, externalização, descentralização e especialização de partes da produção, diminuição de níveis hierárquicos e desemprego duradouro.

O aumento da segmentação do mercado de trabalho gera uma polarização da estrutura social, com trabalhadores de alto nível escolar e profissional (empregados nas grandes empresas) e grande parte dos trabalhadores em subcontratadas. No final do século XX, com uma economia mundial desenvolvida pela geração de desigualdades crescentes, Hobsbawm (1995, p.556) coloca que a maior causa de tensão no novo milênio é o abismo em expansão entre ricos e pobres no mundo: “à medida que aumentava o fosso entre ricos e pobres, parecia que aumentaria o espaço para o exercício desse poder global”.

Os meios de circulação e distribuição se tornam cada vez mais independentes de condições propriamente locais, sendo característica desse momento a rapidez da difusão e da inovação pela evolução das técnicas e, sobretudo, dos sistemas de informação, torna-se possível então uma ação unificada na escala global, em tempo real.

Junto com a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização, que alcança um novo patamar. Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, em que cada uma sustenta, arrasta, ajuda a impor a outra, merece o nome de globalização (SANTOS, 2012a, p.204).

Mas a fluidez e velocidade não são universais e acessíveis a todos como anunciadas, apenas alguns tem a possibilidade de utilizá-las. A acirrada competitividade em busca de capital no mundo globalizado gera uma maior compartimentação e fragmentação do território, e o aumento das desigualdades. Deste modo, Milton Santos (2012a) irá dizer que não há um tempo global único, mas apenas um relógio mundial, não há também um espaço global, mas apenas espaços da globalização, espaços que por suas condições adequadas se mundializam.

A nova vida moderna, em sua sociabilidade, tem o utilitarismo como regra, o consumo desenfreado de modas fugazes, uma cultura popular de massa, do espetáculo, o imediatismo e a ética individualista.

Contudo, espaço dos fluxos e de atores hegemônicos não é capaz de eliminar o espaço banal², do cotidiano, em constante transformação. A experiência local não é dissolvida, o lugar de um lado acolhe os vetores da ordem global e de outro produz uma contra-ordem em situações de vivências, das pessoas, no cotidiano vivido por todos, uma resistência da cultura preexistente aos atores hegemônicos globais.

As mudanças nas dinâmicas socioeconômicas mundiais estão intrinsecamente relacionadas às mudanças nas dinâmicas do espaço urbano que adquire formas cada vez mais complexas. Novas dinâmicas espaciais são produzidas num processo ampliado de urbanização gerador de grandes aglomerações em metrópoles.

Diferente das relações estabelecidas na era industrial, a cidade da “era dos serviços” conta em certa medida com uma flexibilização das

---

² Milton Santos define “espaço banal” em oposição ao espaço econômico, como o espaço de todos: empresas, instituições, pessoas; o espaço das vivências. Em: **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 108.

jornadas de trabalho, o que gera novas relações de trabalho e “tempo livre” - com a possibilidade de incorporar funções de trabalho e de lazer ao ambiente privado da habitação -, uma crescente individualização da produção e do consumo, como também, uma maior “autonomia” no ritmo de vida do indivíduo. Os horizontes da vida cotidiana foram expandidos (BENFATTI; QUEIROGA; SILVA, 2010).

A popularização do automóvel e a abrangência dos sistemas de transporte público permitiram, em parte, maior deslocamento espacial e novas relações de proximidade e afastamento. As possibilidades de deslocamento espacial aumentam as distâncias em relação a habitação e o emprego.

A urbanização decorrente desse momento acontece em muitos casos na forma de uma expansão fragmentada sobre o território. Macedo et al. (2012, p.14), demonstra que a década de 1990 no Brasil foi marcada por “discussões que apontavam para o recuo do espaço público na cultura urbana contemporânea”. Surgem espaços privatizados como os *Shoppings Centers* e os condomínios fechados que se tornam novos locais de relações sociais em detrimento dos espaços públicos.

O aumento da desigualdade social e da violência urbana criaram um ambiente propício ao discurso da insegurança e do medo disseminado na realidade e imaginário não apenas das grandes cidades, mas também, das médias e até pequenas cidades. Proliferam-se condomínios e loteamentos fechados e locais voltados à diversão em ambientes privados e controlados. Teresa Caldeira³ denominou de “enclaves fortificados” esses espaços privatizados, de acesso controlado, destinados

---

³ CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.

a habitação, trabalho, lazer e consumo. Onde a heterogeneidade social não é desejada e que mesmo tendo uso coletivo, transformam o caráter da esfera pública (MENDONÇA, 2007).

Por outro lado, estes espaços chegam em diversos casos a abrigar atividades que vão além da ordem imposta, táticas⁴ de um cotidiano compartilhado diante de novos padrões socioeconômicos. À esfera de vida pública se adicionam novas formas de expressão e complexidade: articulando o local e o global, as relações públicas e privadas, as novas dinâmicas espaciais às já existentes.

Neste cenário as relações entre público e privado vão além de uma separação de propriedade. Novos espaços além das ruas, praças e parques se tornam lugares de socialização. Surgem espaços privados que acolhem a vida coletiva como mercados, centros de compras, lugares atrelados ao transporte público, instituições religiosas, locais voltados às práticas esportivas e de entretenimento são novos espaços que permeiam a vida cotidiana contemporânea.

Solà-Morales (2001, p.106) destaca a importância dos espaços em que a vida coletiva se desenvolva independente da propriedade pú-

---

⁴ Expressão utilizada por Michel de Certeau para designar as práticas cotidianas dos indivíduos (entendidos em sua pluralidade) supostamente entregues à passividade e disciplina de um sistema de atores hegemônicos. “Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. (...) Do fundo dos oceanos até as ruas das megalópoles, as táticas apresentam continuidades e permanências (...)” (CERTEAU, 1998, p.47).

blica ou privada, chamando de espaços coletivos os espaços interdiários, de interesse comum, que não podem ser deixados somente à publicidade e ao lucro. Para ele, “a boa cidade é aquela que consegue dar valor público ao privado”.

As novas tecnologias de informação e comunicação, com grande destaque para a popularização da internet, alteraram profundamente as dinâmicas da sociedade contemporânea e também as relações socioespaciais da esfera de vida pública. Esses novos meios modificam em parte as relações de lazer e de encontros que se limitam cada vez mais a ações individuais e em ambientes privados.

Muito se especula sobre as implicações que essas mudanças provocadas pela crescente evolução das telecomunicações podem causar sobre a esfera de vida pública. A diminuição dos deslocamentos e dos encontros face-a-face gerariam sociedades cada vez mais reclusas e em comunicação por meios virtuais, causando uma implosão das relações sociais (ASCHER, 2001). Essa super valorização da esfera privada se assemelharia ao que Richard Sennett⁵ na década de 1970 chamou de declínio do homem público.

François Ascher (2001, p.65) coloca através da perspectiva histórica que raciocínios semelhantes ocorreram no início do século XX com o advento do telefone, quando se imaginava que iriam substituir os deslocamentos. Ao contrário, o uso do telefone em conjunto com o desenvolvimento dos transportes respondiam as necessidades do desenvolvimento urbano e de ampliação da comunicação, "embora substituíssem parte dos deslocamentos, participaram sobretudo do de-

envolvimento geral das mudanças e da recomposição do conjunto."

Do mesmo modo ocorreria com o atual desenvolvimento da telemática, acompanhado do fortalecimento da concentração metropolitana. As telecomunicações não substituem o deslocamento de bens, e acabam por valorizar em alguns casos o contato direto, como em grandes empresas que pagam mais caro pelo contato face a face, transformado em diferencial para concorrências. Pode-se observar também certa valorização de atividades desvinculadas à televisão, ao computador e celulares, com atividades de lazer que envolvam práticas esportivas, utilização de parques, ou outras estruturas de cultura e lazer.

(...) em nossa sociedade fortemente internacionalizada, na qual a divisão do trabalho se aprofunda, as necessidades de trocas físicas e informacionais aumentam exponencialmente. Há portanto lugar não apenas para as telecomunicações e para os transportes, mas ao aumentar as trocas, as telecomunicações aceleram tanto desenvolvimento como a divisão do trabalho e a internacionalização. Além disso, as telecomunicações suscitam todo tipo de deslocamentos suplementares. É um fenômeno que os pesquisadores conhecem bem: mais eles têm trocas via internet, mais eles têm razões e ocasiões de viajar para participar de seminários e colóquios (ASCHER, 2001, p.66).

Está disseminado por diferentes classes sociais o acesso à televisão, computador e telefone móvel com internet, neste se registram e compartilham ações do cotidiano, localizações, eventos de caráter cultural e político, opiniões e denúncias. Em *Por uma outra globalização*,

---

⁵ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade (1974). Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Milton Santos mostra que as novas técnicas informacionais e comunicacionais utilizadas pelos atores hegemônicos são também possibilitadoras de novos arranjos, adaptáveis a todos os meios e culturas, através delas, a difusão do novo deixa de ser concentrada e passa cada vez mais ao domínio de um maior número de pessoas.

Milton Santos (2007) afirma que são os menos inseridos no contexto da globalização (pobres, minoritários, migrantes, etc.) que por sua situação de luta, de vida ativa, possibilitam uma tomada de consciência, uma descoberta de um novo saber, uma política dos *de baixo*, baseada no cotidiano vivido por todos e alimentada pela necessidade de continuar existindo, dos homens do tempo lento. Esta tomada de consciência seria através de um processo vagaroso, mas silenciosamente iniciado no cotidiano, pelo meio do entendimento sistemático das situações e das manifestações de inconformidade e insatisfação com o vigente.

Uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem. Sem dúvida, essa desejada mudança apenas ocorrerá no fim do processo, durante o qual reajustamentos sucessivos se imporão (SANTOS, 2007, p.147).

A internet se mostrou nos últimos anos como importante ferramenta de difusão de ideais e mobilização social, principalmente através das redes sociais e mídias alternativas às de grande massa que são veiculadas nos jornais e televisão. E essas mobilizações repercutem e se espacializam nos espaços públicos.

Em 2011 diversas nações observaram uma eclosão de movimentos sociais de protestos e reivindicações locais, mas com um caráter de

consciência de solidariedade mútua em dimensões globais. As mobilizações ocorreram no norte da África contra ditaduras, na Espanha e Grécia por trabalho, nos subúrbios de Londres por direitos civis, no Chile por educação pública, EUA com ocupações em Wall Street contra a economia. Todas as manifestações ocorreram em espaços públicos e utilizaram das redes de comunicação alternativas oferecidas pela internet para se articular e questionar as ordens vigentes (CARNEIRO, 2012). Segundo Harvey (2012) “o poder dos corpos coletivos no espaço público continua sendo instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” e mais do que a repercussão e mobilização provocadas nas redes sociais são os corpos nas ruas e praças que realmente importam. No momento em que os movimentos políticos se apropriam dos espaços públicos, adquirem visibilidade e maior força para a luta pelo direito à cidade.

Em julho de 2013, eclodiram por cidades de todo o Brasil manifestações de massa, em um movimento - por muitos inesperado - multidões foram às ruas questionando os modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política. As manifestações aqui também foram fomentadas na internet através de redes sociais como meio de dispersão. Em pauta estavam o aumento de passagens e qualidade de transporte público, os gastos e implicações dos megaeventos (Copa e Olimpíadas) levantando uma grande diversidade de temas e problemas. Segundo Raquel Rolnik (2013, p.19) as multidões na rua formavam “um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira.”

Conforme buscamos evidenciar, a esfera de vida pública contemporânea adquire novas dimensões em constantes mudanças, adap-

tando-se à crescente valorização da esfera privada, espaços urbanos fragmentados, aumento da segregação socioespacial e violência urbana. Para Queiroga (2012, p.25), diferente de discursos correntes, o período atual da urbanização brasileira apresenta um potencial aumento da esfera de vida pública.

O crescimento da urbanização, da metropolização e da megalopolização dá aos brasileiros melhores condições para participar da esfera de vida pública do que há cinquenta anos, quando o país era majoritariamente rural (QUEIROGA 2012, p.25).

Com isso tem-se um maior uso de parques, ruas de bairros periféricos, de médio e de alto padrão, em cidades de diferentes tamanhos, que apresentam forte vida pública.

Além disso, iniciou-se neste século uma diminuição histórica da pobreza no país, permitindo a um maior número de brasileiros ocuparem-se de ações não apenas voltadas à sobrevivência. Ex-pobres, trazendo a memória e a experiência da escassez, são portadores do novo e apresentam potencialidade para enriquecer a esfera pública (QUEIROGA, 2012, p.26).

Essa nova condição urbana brasileira gera grandes possibilidades para a esfera de vida pública; sendo que a ascensão social das classes e o acesso a novos meios de comunicação e consumo dão condições para reivindicação de espaços e equipamentos públicos que qualifiquem a vida pública.

1.3. A DIMENSÃO DO LUGAR PÚBLICO

Tendo como referência os estudos do geógrafo Milton Santos foi adotada sua definição de espaço como uma instância social, em intrínseca relação com as demais instâncias: econômica, político-institucional e cultural-ideológica; deste modo, o espaço contém e é contido pelas demais instâncias. De essência social, o espaço é definido como o conjunto de objetos geográficos mais a sociedade, suas ações e processos. Todos os processos (sejam econômicos, ideológicos ou institucionais) incluem o espaço, e adquirem uma expressão territorial (SANTOS, 2012b).

O espaço se conforma como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, que interagem dialeticamente. Os objetos condicionam a forma como se dão as ações, do mesmo modo, as ações se realizam sobre objetos preexistentes ou levam à criação de novos objetos. Nem um (forma), nem outro (vida), tem existência autônoma. (SANTOS, 2012a).

Santos nos apresenta - para o fim de análises e práticas metodológicas - o espaço como uma *totalidade* de intrincadas relações (espaço total) composto por categorias internas (subespaços). Definindo como categorias internas ao espaço: o território, a paisagem e o lugar.

O lugar é próprio da dimensão espacial da cotidianidade, dimensão do espaço total (em constante alteração) onde se experiencia, e se apreendem as relações da materialidade, do movimento social e do tempo, é o espaço da copresença, base dos acontecimentos da vida pública.

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada

qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2012a, p.322).

A ordem global busca uma homogeneização empobrecedora e limitada, enquanto o universo cotidiano é dinâmico e espontâneo, complexo e heterogêneo. Portanto, é no lugar que se dá efetivamente o embate entre as diferentes ações, globais e locais, e suas intenções, nele ocorre dialeticamente o contato com as racionalidades econômicas, com as ordens do sistema e encontro com o outro. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2012a, p. 339).

Tem-se, portanto, o lugar como possibilidade de transformação, por ser a dimensão em que ocorre a existência do mundo, é através do lugar que o mundo é percebido empiricamente. Dentro desta reflexão, adota-se o conceito - baseado nos estudos de Milton Santos e de Jürgen Habermas - de Eugenio Queiroga (2012, p. 215) de “**lugar público**” definido como o *locus* da esfera de vida pública: “todo aquele em que se estabelece a esfera pública”.

Deste modo, os lugares públicos não são restritamente de propriedade pública, se estabelecem com frequência na combinação de espaços tanto de propriedade privada como pública, lugares de caráter

urbano e público, onde a vida coletiva se desenvolve. Como descreve Solà-Morales, podem ser locais de caráter intermediário: nem públicos, nem privados.

O bar da esquina, a escola dos filhos, a banca de jornal ou a estação de metrô são um tecido de direitos e obrigações, que, como espaços públicos, mas também coletivos, configuram os itinerários mestres da vida do cidadão (SOLÀ-MORALES, 2001, p.105).

O conceito busca evitar a confusão com a expressão “espaço público”, que deste modo fica restrito à definição de espaço de propriedade pública. Os *espacios públicos* nem sempre se prestam às ações da esfera de vida pública, ocorrendo espaços de uso especial como penitenciárias e estações de tratamento de águas, de propriedade pública mas com uso restrito. Já os *lugares públicos* podem se constituir como espaços híbridos, se prestando ao uso coletivo sem atingir o direito de propriedade.

Se o lugar é o espaço da copresença, o lugar público se constitui enquanto espacialidade da esfera pública em situação copresencial. Se o lugar é espaço da resistência às ordens globais (SANTOS, 1996, p. 206), os lugares públicos são, por sua potencialidade política e visibilidade/publicidade, os subespaços em que tais resistências mais claramente se manifestam. Não se pode, entretanto, imaginar compreendê-los apenas a partir de sua apreensão visual; é necessário ter em consideração a natureza híbrida, complexa e sistêmica que impõe considerá-los em processos dialéticos socioespaciais, como propõe a teoria miltoniana (...) (QUEIROGA, 2002, p.177).

Nos lugares públicos temos a sociedade em sua dinâmica, co-existências e conflitos. Seus usuários estão em constante atividade na cidade: pessoas em horário de almoço, de passagem, casais enamorados, idosos, crianças ou trabalhadores; em usos corriqueiros como tomar um sorvete, ler um jornal, fumar um cigarro, falar ao telefone, a pausa para o descanso, uma conversa ou simplesmente um instante para contemplar algo, toda e qualquer apropriação espontânea.

Em diversas áreas do conhecimento (como a geografia, as ciências sociais, a arquitetura e o urbanismo), recoloca-se a importância da *questão do lugar*. Ana Clara Ribeiro, em seu artigo *Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana* coloca que nas ciências sociais há o retorno a temas clássicos como: modo de vida, sociabilidade e tecido social.

Valorizam-se o cotidiano e o lugar, o senso comum e o espaço herdado, num real anseio por sinais que renovem a crença num futuro melhor, ou que garantam que a sociabilidade continua sendo possível (RIBEIRO, 2005, p. 412).

Coloca-se do ponto de vista do planejamento e intervenção no território a importância de uma análise do espaço multiescalar, que possibilite a apreensão e compreensão desde aspectos estruturais macro-escalares às questões de apropriação do espaço na dimensão da vivência do ambiente urbano. Para Milton Santos:

(...) é a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as noções de mundo e de lugar, permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo (SANTOS, 2007, p.169).

Pretende-se chamar a atenção para a importância de ir além de um urbanismo de questões infraestruturais, para a dimensão do lugar, onde é possível a abordagem na escala do indivíduo e a adequação do projeto ao mesmo.

No dado momento em que as relações se dão cada vez mais por meios virtuais, e diante de processos de alienação não apenas no domínio do trabalho, mas também do ócio e do lazer programados, a dimensão pública (os lugares públicos) se mostram essenciais como locais da possibilidade e de busca de alternativas ao modo de globalização em curso.

Nos lugares públicos se dá o “embate” com o outro mesmo que muitas vezes inconsciente, no contato entre diferentes classes, interesses e objetivos, nas mais diversas situações como no deslocar-se das calça-

das, no mercado, na biblioteca ou praça.

Embora crescente, o discurso do esvaziamento dos lugares de uso público ainda está distante de ser regra em nossa realidade. A dimensão pública é lugar de manifestações políticas, de festas populares e das mais diversas apropriações em uma sociedade cada vez mais complexa e em constante processo de transformação.

Faz-se necessário compreender, diante dessa complexa dialética espacial, como esses espaços projetados ou não, geram contextos dentro de suas conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais, que possibilitem a manifestação da vida pública de forma plena.

1.4. A FORMA URBANA

A cidade tem a sua forma urbana como fundo ativo, a materialidade constitutiva do espaço não é apenas suporte, mas também é a mediação de suas sociabilidades e de suas ações. Para Aguiar (2012) a urbanidade - entendida como qualidade de acolhimento e civilidade da cidade - está nas relações espaço/corpo.

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a “existência” do espaço não é ser “geodeterminista”, como na crítica de Werlen (p. 6). Pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher (SANTOS, 2012a, p.86).

As intrincadas relações entre a forma física e a ação social se revelam no conceito de *forma-conteúdo* de Santos (2012b; 2012a): em movimento dialético, as formas físicas estão em constante alteração de acordo com o movimento social em um dado momento.

Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao se encaixar na forma. A *ação*, que é inerente à *função*, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados (SANTOS, 2012b, p. 13).

A definição de forma urbana aqui adotada tem referência no conceito de forma-conteúdo de Santos (2012b; 2012a), híbrido do físico e da sociedade, da materialidade e dos eventos (ações humanas), em constante transformação.

O entendimento da forma como mero suporte físico é uma visão de realidade parcial e limitada, a forma urbana é um conjunto de fatores que se relacionam. A qualidade ambiental do espaço urbano não é uma propriedade do ambiente nem do homem, vem da experiência, da relação entre os dois. Deste modo, não faz sentido serem separados, o ambiente não é autônomo, está em constante alteração pela sua vivência.

(...) há uma especificidade, um detalhamento no desdobramento do espaço na forma urbana, uma riqueza material que parece canalizar e amparar temporariamente, mas o tempo todo, o fluxo da prática e do vivido. Em ambiente urbano, somos sempre mediados em nossos atos pela materialidade particular das cidades (NETTO, 2012, p.35).

Questionamentos acerca do papel da forma urbana na segunda metade do século XX

Na arquitetura e no urbanismo, ao final da década de 1950, diferentes autores realizaram críticas ao urbanismo moderno racionalista-funcionalista. Retomando a importância do lugar e do contexto como bases para o trabalho do arquiteto e do urbanista, numa busca pela função significativa, com base na história das cidades e pela multiplicidade dos espaços criados. São representantes desse período, entre tantos outros, Kevin Lynch (1960)⁶, Gordon Cullen (1961)⁷, Jane Jacobs (1961)⁸ e Aldo Rossi (1966)⁹.

A jornalista Jane Jacobs lança seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades Americanas* na década de 1960, em consonância a outros críticos da época destaca o valor social dos espaços de caráter público, a publicação virou referência para a defesa da diversidade de usos como fonte da vitalidade urbana. A autora defende as ruas e suas calçadas como os principais locais públicos de uma cidade, reflexos de suas qualidades ou de seus problemas. Afirma que uma complexidade de usos nas calçadas traz a presença constante de pessoas que garantem a sensação de segurança, de estar vigiado pelos “olhos da rua”. Já as ruas de bairros monofuncionais, tornam-se desertas e inseguras.

⁶ LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade** (1960). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

⁷ CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana** (1961). Lisboa: Edições 70, 2009.

⁸ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades* (1961). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

⁹ ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade** (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

(...) Seja de que espécie for, a diversidade gerada pelas cidades repousa no fato de que nelas muitas pessoas estão bastante próximas e elas manifestam os mais diferentes gostos, habilidades, necessidades, carências e obsessões. (JACOBS, 2011, p.161)

Deste modo, Jacobs (2011) defende quatro condições indispensáveis para geração e favorecimento de diversidade urbana: 1) o bairro deve atender a mais de um tipo de função principal, movimentando diferentes tipos de usos e de pessoas; 2) as quadras devem ser em sua maioria curtas, gerando maior número de ruas e esquinas; 3) combinação de edificações antigas e novas, atendendo a classes econômicas diversas; 4) alta densidade e concentração de moradias.

Os estudos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel, na década de 1980, chegam a conclusões semelhantes em uma pesquisa que buscava através da observação do comportamento cotidiano de duas áreas distintas da cidade do Rio de Janeiro (o bairro do Catumbi e o Conjunto Selva de Pedra), um conhecimento sobre as apropriações dos espaços de uso coletivo relacionadas ao lazer.

Carlos Nelson constata que o que confere significado social à materialidade é o conjunto de sistemas, inter-relacionados à casa, à rua, ao quintal e à calçada. Destacando as ruas como principal elemento de contraposição a um planejamento racionalista-progressista que produz a fragmentação e segregação do território. Destaca-se a sua busca por espaços públicos como lugares de reivindicação de direitos e da rua como meio fundamental para a elaboração da cidadania e civilidade (ABRAHÃO, 2008).

Santos e Vogel (1985, p.142) defendem um planejamento urbano

que não gere áreas especializadas, atendendo a apenas uma função principal, “quanto menos especializado é um espaço mais possibilidades ele apresenta, quanto mais complexo e diversificado, mais plenamente pode ser apropriado”.

As atividades como que “escolhem” seus espaços, apropriando-se deles, conformando-os, e sendo conformadas de volta. A distinção entre forma e fundo perde o seu sentido, pois existem conjugações de espaços e atividades em que os primeiros não são apenas formas que abrigam um conteúdo eventual na medida em que contribuem para a sua realização. Da mesma maneira, o que acontece em um local não constitui somente a essência que, vertida num receptáculo vazio, toma a sua forma, pois contribui decisivamente para moldar e qualificar os ambientes. Em resumo, diríamos que um espaço é sempre o espaço de alguma coisa, assim como as coisas só podem ter lugar em algum espaço (...) (SANTOS; VOGEL, 1985, p.49).

Kevin Lynch (2007) também na década de 1980 adota a seguinte perspectiva sobre a forma dos aglomerados urbanos:

(...) é a disposição espacial das pessoas a desenvolverem atividades, os fluxos espaciais resultantes de pessoas, produtos e informações, e as características físicas que modificam o espaço de modo significativo para essas ações, incluindo recintos, superfícies, canais, ambiências, e objetos. Além disso, a descrição inclui as mudanças cíclicas e seculares nessas

distribuições espaciais, o controle do espaço e a percepção dele (LYNCH, 2007, p.52).

Para o autor, a forma física não é a variável fundamental cuja manipulação deverá provocar uma grande mudança. A forma urbana é resultado direto do gênero de sociedade em que vivemos, quando se altera a sociedade o ambiente é alterado, sendo ao contrário, pode-se alterar o ambiente e não se alterar nada. Segundo Lynch (2007, p.101): “os padrões sociais e físicos são dotados de inércia e agem uns sobre os outros durante um período de tempo, e através de uma variável de intervenção, isto é, através das ações e das atitudes das pessoas.” Deste modo, os impactos da forma física sobre os indivíduos ocorrem em diversas escalas, independente de uma importante mudança social, como o impacto de uma nova praça ou parque, que propiciem pequenas mudanças de hábitos e agregam qualidade ambiental à vida cotidiana de certos indivíduos na sua área de influência.

Lynch (2007) elege dimensões que chama “dimensões de execução” a serem estudadas sobre a forma urbana, características identificáveis da execução das cidades, que se devem prioritariamente a propriedades espaciais mensuráveis que interferem na qualidade¹⁰ de um lugar, de modo que não se criem modelos ou soluções físicas particulares.

Seriam cinco as dimensões básicas, sendo que nenhuma delas é uma dimensão única, todas funcionam como um conjunto de qualidades: 1) *Vitalidade* – grau em que a forma do aglomerado urbano suporta as funções vitais, protege a sobrevivência da espécie, envolve questões de saúde e funcionamento biológico; 2) *Sentido* – união entre a forma

---

¹⁰ Lynch indica que para serem gerais, como pretendidas, essas dimensões a serem analisadas têm de ser qualidades importantes para a maioria das pessoas e culturas (LYNCH, 2007, p. 111).

do ambiente e os processos humanos de percepção e cognição, refere-se à clareza com que a forma urbana pode ser apreendida e identificada, e à facilidade de uma representação mental que ligue seus elementos à conceitos e valores não espaciais, são aspectos do sentido que podem ser analisados: a identidade, a estrutura formal, a congruência, a transparência e a legibilidade; 3) *Adequação* – se refere à correspondência entre a ação social e a forma física nos seus cenários comportamentais, à adequação comportamental, pode ser alcançada através da modificação do local, do comportamento ou de ambos; 4) *Acesso* – relacionado a capacidade de alcançar, outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, está relacionado aos transportes e comunicações; 5) *Controle* – se refere ao grau em que a utilização e o acesso a espaços são controlados, se relacionam com o direito de propriedade, direito de presença, de uso e da ação, da apropriação e de modificação.

São acrescentados dois meta-critérios, estes estão envolvidos em cada uma das cinco dimensões básicas, como subdimensões: *Eficiência* – critério de equilíbrio de ganhos entre diferentes valores, relacionada aos custos e benefícios de criação e manutenção nos aglomerados populacionais; e *Justiça* – modo como os custos e benefícios ambientais estão distribuídos pelas pessoas seguindo princípios como igualdade, necessidade, esforço despendido, contribuição potencial ou poder.

Desse modo, Lynch (2007) busca uma alternativa às teorias normativas¹¹ até então existentes, afirmando que uma análise da forma ur-

---

¹¹ O autor identifica três ramos teóricos que buscam explicar a cidade como fenômeno espacial: 1) teoria do planejamento/teoria da decisão; 2) teoria funcional; 3) teoria normativa; Cf. LYNCH, 2007, p.43.

Sendo que o estudo de Lynch se encontra no terceiro ramo, das *teorias normativas*. Estas se referem a um “conjunto coerente de ideias acerca da forma

urbana restrita às dimensões propostas é limitada, mas busca ser genérica o tanto quanto possível, em vez de estipular padrões universais. Essas dimensões são interdependentes e se alteram de acordo com a valorização das mesmas em diferentes culturas, possuem aspectos que podem ser estabelecidos nos processos públicos de decisões políticas, além de possibilitarem a inclusão de novos aspectos.

Afirmando ainda que as questões não podem ser apenas colocadas de modo abstrato, essa, como as demais teorias têm de ser testadas e revistas na prática, através da observação de locais reais com pessoas os vivenciando. Para o autor, a qualidade de uma cidade vai muito além de sua forma, e não se pode desenvolver um único índice do que é bom em uma cidade.

Joseph Maria Lamas (2004) afirma que após as críticas da segunda metade do século XX, ao funcionalismo do urbanismo moderno, tem-se uma dicotomia entre a morfologia urbana da cidade tradicional (dos contínuos construídos e da relação estreita do espaço livre público com os edifícios) e a morfologia da cidade moderna (de edifícios soltos no terreno e extensos espaços livres públicos). Ocorrendo a abertura de uma terceira vertente, uma via eclética, marcada por diversas influências vindas do amadurecimento da utilização das formas urbanas da cidade tradicional e moderna.

Para o autor é desafio da arquitetura e do urbanismo contribuir

---

adequada da cidade e das suas razões”, existindo diversas dessas teorias que possuem metáforas acerca do que é uma cidade e de como ela funciona. Seu trabalho busca uma alternativa às normas dogmáticas que habitualmente orientam as discussões sobre o que é bom nas cidades. (LYNCH, 2007, p. 75; p.107).

para a forma urbana da cidade indo para além do seu funcionamento, junto aos demais fatores que a compõem (fatores econômicos, sociais e culturais) para criar ambientes humanamente válidos através da expressão estética do espaço urbano. Desenhar e intervir na cidade contemporânea significa também compreender a cidade antiga e a cidade moderna, suas morfologias e processos de formação.

Lamas (2004) define escalas ou dimensões para o estudo da morfologia urbana, que devem ser vistos como uma totalidade, devendo se fazer a leitura da cidade de modo simultâneo em diferentes escalas: 1) *dimensão setorial* – escala da rua, é a menor unidade, sendo representada pela rua ou praça, e para sua apreensão é necessário pouco movimento; de um ponto se consegue abarcar a unidade espacial do seu conjunto. É a escala em que se apreende a relação entre a rua ou praça e as edificações que a delimitam e estruturam; 2) *dimensão urbana* – escala do bairro, pressupõe a estrutura de ruas, praças e outras espacialidades, formando uma unidade identificável como um bairro, ou uma vila, e para a sua apreensão são necessários vários percursos; 3) *dimensão territorial* – escala da cidade, corresponde à articulação de diferentes conjuntos de forma da dimensão urbana, define-se pelo seu sistema de espaços livres, e o conjunto edificado, centralidades, zonas de usos diferenciados articulados entre si e com o suporte geográfico.

Outra contribuição a ser destacada acerca da dimensão que se propõe estudar neste trabalho é a de Willian Whyte, com uma pesquisa realizada na década de 1970, sobre como alguns espaços urbanos “funcionam” para as pessoas e alguns “não funcionam”, permanecendo vazios, baseada na observação do comportamento das pessoas em seus cotidianos nas ruas da cidade de Nova Iorque.

Em 1980, Whyte publica *The Social Life in Small Urban Spaces*,

descrevendo suas descobertas e recomendações após observações sistemáticas de pequenos espaços urbanos no Centro de Negócios de Nova Iorque. O autor parte da constatação de que o centro, altamente utilizado por pessoas diariamente, possui grande desequilíbrio nos usos de seus espaços. Grande parte das aglomerações se encontra em pontos de estrangulamento como as estações de metrô, mas a maior parte de seus espaços permanecem vazios sendo utilizados apenas como passagem.

O estudo ocorreu em praças e pequenos parques, com câmeras de vídeo registrando diariamente padrões de uso, onde houveram conversas com usuários, e, em sua maior parte, através da observação de como as pessoas se comportavam.

Segundo Whyte (2001), as praças mais utilizadas são espaços sociáveis: com alta proporção de casais, mais pessoas em grupo, uma boa proporção entre homens e mulheres - sendo que mulheres seriam mais seletivas -, e mais pessoas conhecendo pessoas ou trocando despedidas.

O ritmo das praças variam de acordo com o período do dia, estações do ano e com o clima, mas os modos como as pessoas se colocam no espaço são recorrentes, com áreas mais utilizadas. E o que mais atrai pessoas, ao que parece, são outras pessoas. Apesar de afirmarem em questionários que preferem refúgios da multidão, seu comportamento mostra o oposto, permanecendo aonde há fluxo com certa predileção por degraus para se sentar e comer.

Whyte (2001) conclui que a pesquisa em Nova Iorque tem suas particularidades, mas a partir da comparação de estudos realizados em outras cidades, há também semelhanças, dependendo do tamanho da cidade. Tendo os elementos básicos dos centros de cidades grandes – como alto volume de pedestres, concentração e mistura de atividades

– pessoas de um lugar tendem a agir de modo semelhante às pessoas em outros lugares.

As praças mais utilizadas têm consideravelmente mais espaços de sentar em relação às não utilizadas. Além de bancos e cadeiras, são importantes bordas e escadas “sentáveis”, preferencialmente com opções de localização que gerem possibilidades (no sol, sombra, próximo ao movimento, mais afastados e etc.). Segundo suas observações, circular e sentar não são opostos, mas complementares. Pessoas preferem sentar junto ao fluxo.

Também a presença do sol, de vento, árvores e água agregam qualidades ao espaço. Principalmente quando há opções: sentar no sol em dias mais frios, ou à sombra de uma árvore em dias quentes, espaços por quais passam ventos em dias quentes bem como protegidos de fortes correntes de ar em dias frios.

Whyte (2001) sugere o incentivo a espaços urbanos que sejam ao ar livre, mas que tenham também áreas protegidas, espaços fechados, para serem utilizados mesmo no mal tempo, principalmente em cidades muito chuvosas. Outro atrativo dos espaços urbanos é a presença de comidas, vendedores ambulantes com carrinhos de comida sempre aparecem em locais estratégicos, aonde há fluxo de pessoas, e acabam por atrair mais pessoas e mais vendedores.

Boas praças estão em locais que já são movimentados e recebem bom fluxo de pessoas, articulam-se com as ruas que a cercam com bordas sentáveis, acessíveis e permeáveis. As edificações do seu entorno possuem térreos com comércio, serviços e outros atrativos que garantem o movimento.

Whyte (2001) atribui à falta de espaços urbanos que sejam mais generosos e com qualidade para atração de pessoas o medo de atrair

também “indesejáveis”.

Ao analisar o caso do centro de Nova Iorque em que houve um incentivo à criação de praças com gestão privada (em troca de aumento da área edificável), afirma que muitos investidores têm medo de atrair “indesejáveis” – bêbados e moradores de rua, dependendo do espaço também são indesejáveis vendedores ambulantes, pessoas que ajam estranhamente em público, cantores de rua, adolescentes e idosos. Deste modo não propiciam espaços para comer e sentar, bancos são feitos de modo que não se possa dormir, as bordas são providas de pontas que não permitem sentar. Esses espaços não atrativos ironicamente são locais mais prováveis de se encontrar bêbados e moradores de rua, eles serão encontrados em todos os lugares, mas os locais mais vazios são preferidos.

No caso de Nova Iorque, como alternativa à construção de praças, há a possibilidade de criar espaços internos nos térreos das edificações (átrios, galerias, pátios, etc.) com amenidades em troca de construção de áreas de pavimento extra. Segundo o autor esses espaços internos não podem diluir a atratividade das ruas. Os espaços que surgem pela lei de incentivo, apesar de serem privados, devem ser convidativos e abertos às ruas, permeáveis visualmente, da rua para ele e dele para a rua.

Situação diferente são as edificações fortificadas do tipo *Shopping Centers* feitos para uma classe social permanecer “protegida” do que ocorre nas ruas. Whyte chama de megaestruturas essas edificações que se intitulam autossuficientes, que além de lojas, agregam conveniências, hotéis, restaurantes e atividades esportivas dentre outras.

O último fator agregador de qualidade mencionado pelo autor é a *triangulação*. Processo pelo qual algum estímulo externo fornece uma ligação entre pessoas estranhas para conversarem, sendo que normal-

mente elas não conversariam. O estímulo pode ser um objeto físico ou uma ação. Através da presença de artistas de rua, “entretenedores”, artes urbanas (principalmente aquelas que propiciam interação) e até mesmo uma bela vista de um lugar. Uma das virtudes destas ações na rua é serem inesperadas e propiciarem momentos de entretenimento.

Na revisão do código de zoneamento de Nova Iorque em 1975, a Comissão de Planejamento da Cidade incorporou recomendações dos estudos de William Whyte para o novo código da *open-space zoning*¹².

¹² Em 1961, Nova Iorque promulgou uma resolução de zoneamento dando aos investidores imobiliários áreas de pavimento comercial extra em troca do provimento de praças em zonas de incentivo. A exigência para as praças é que elas fossem acessíveis para o público a qualquer hora. Para cada 1m² de praça o construtor ganha permissão para 10 m² adicionais em área de pavimento comercial. (WHYTE, 2001)

Além das praças serem de livre acesso, o novo código previu que também sejam aprazíveis para o público, de acordo com orientações específicas baseadas nesses estudos. Segundo o autor, houve uma salutar melhora no desenho dos novos espaços e rejuvenescimento dos antigos, mas enfatiza ser essencial o desenvolvimento de bons projetos para cada lugar.

Um ensaio sobre a forma urbana no centro de São Paulo

As práticas da esfera de vida pública têm lugar nas mais diversas espacialidades, no sistema de espaços livres (tradicionalmente nas ruas, praças, parques, etc.) mas também nos espaços edificados de propriedade pública ou não, desde que apresentem caráter público, um convívio social.

As condições de acesso são fundamentais para o caráter público de um espaço, para seu uso e apropriação. Alex (2004), baseado no estudo de Stephen Carr¹³, apresenta três tipos de acesso: 1) *Físico* – quando há ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas, refere-se à localização das aberturas, condições de travessia das ruas e qualidade ambiental dos trajetos. 2) *Visual* - qualidade do primeiro contato, mesmo que à distancia, do usuário com o lugar. Uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa sobre o local. 3) *Simbólico ou social* – o acesso pode ser restringido pela presença de sinais sutis ou ostensivos que sugerem quem é e quem não é bem vindo ao lugar.

Deste modo, as oportunidades de acesso estão intimamente relacionadas ao desenho do espaço e sua forma. Essas e outras relações entre a forma urbana (como expressão da materialidade constitutiva do espaço) e suas vivências cotidianas (ações constitutivas do espaço) devem ser estudadas de modo a reconhecer atributos que contribuam para espaços mais democráticos, que favoreçam a inclusão e o encontro público.

O Centro Histórico da cidade de São Paulo foi definido como objeto empírico para um ensaio a fim de apreender relações entre seu espaço urbano produzido e suas vivências cotidianas. A escolha de uma área de importante significado simbólico e histórico, e de intensa dinâmica de atividades e pessoas é devido à rica diversidade e potencial ao encontro público, propiciando uma leitura e interpretação sobre uma base empírica que estimula a reflexão sobre o tema proposto nessa dissertação.

---

¹³ CARR, Stephen et al. **Public Space**. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

CAPÍTULO 2

CONTEXTO - O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

Conforme discussão do primeiro capítulo, a vida pública se desenvolve a partir do convívio social nas mais diversas espacialidades, desde as ações triviais cotidianas em bairros multifuncionais, ou mesmo residenciais, aos eventos de caráter excepcional.

Os centros urbanos são lugares em que esse convívio é potencializado já que congregam espaços de certa complexidade com uma multiplicidade de agentes e ações que atuam direta e indiretamente sobre eles. Dá-se destaque aqui entre os tipos de centralidades urbanas possíveis (econômica, funcional, regional e local, entre outras) ao centro chamado “Tradicional” ou conhecido também por “Centro Histórico” (aquele que abrigou o núcleo original de fundação da cidade, sendo que toda centralidade possui sua relevância histórica a ser considerada) este é por excelência agregador de diversidades.

O Centro Tradicional foi historicamente eleito para a localização do núcleo agregador da futura cidade e é desde então reconhecido como lugar mais dinâmico da vida urbana, de grande fluxo de pessoas, transportes e mercadorias. Nele foram instaladas as primeiras e mais antigas instituições públicas e religiosas. Desse modo se tornou ponto de convergência de trajetos, encontros e trocas; de concentração de empregos, atividades administrativas, políticas, financeiras, culturais, religiosas e de lazer. Frequentemente se encontram exemplos do trajeto histórico da cidade através de sua arquitetura e de seus espaços livres de circulação e de convívio.

O Centro Histórico é referencial simbólico da cidade, de sua identidade, tanto para seus cidadãos como para seus visitantes. Além dos espaços destinados ao trabalho e ao consumo nele estão lugares

destinados ao encontro, à manifestação coletiva e à sociabilidade. Em geral, pela variedade de atividades que abriga e pela sua alta acessibilidade, tem-se um caráter singular ao centro urbano tradicional: a tolerância à diversidade.

Ruth Cardoso (2001, p. 41-42) evidencia que o centro da cidade de São Paulo abriga grandes diferenças de modo de vida e de renda. Seu atual caráter, predominantemente comercial e de serviços, o esvazia à noite permitindo que grupos marginalizados o utilizem. Essa tolerância dificilmente ocorreria em bairros notadamente residenciais. Os espaços públicos do centro, e destacadamente suas ruas, possuem pertencimento coletivo para a maioria dos que o frequentam e retornam aos seus bairros e para aqueles que ali encontram abrigo.

Com a expansão territorial das grandes cidades e metrópoles, criaram-se novos centros e subcentros. Essas novas centralidades estão em grande parte associadas às mudanças de interesses políticos e econômicos, assim como, ao deslocamento das classes altas e de suas atividades mais “nobres”. Esse “abandono” implica na criação de uma imagem de deterioração e degradação dos centros urbanos históricos, que passam a atender às classes de menor poder aquisitivo.

A visão hierárquica dos espaços das atividades urbanas na ideia de centro principal econômico, muitas vezes passa para as novas centralidades (no caso de São Paulo como as Avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, entre outros centros de negócios e subcentros comerciais), inclusive com novos valores simbólicos dentro de uma linguagem do consumo (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Segundo os estudos de Flavio Villaça (2001), os centros tradicio-

nais das metrópoles brasileiras passaram por transformações e redução no seu ritmo de crescimento nas décadas de 1950 e 1960 em função da saída das camadas de alta renda, estas deixam de utilizar o centro como local de compras, serviços e empregos. As elites das metrópoles brasileiras levam o centro a se deslocar em sua direção “mesmo quando se afastam dele, esse afastamento seja em parte neutralizado pelo deslocamento do próprio centro na direção delas” (VILLAÇA, 2001, p. 249).

Surgem desse modo, a partir da década de 1960 no Brasil, “novos centros” acompanhando os bairros residenciais das camadas de maior poder aquisitivo, do mesmo modo, novos subcentros voltados para os bairros populares e demais demandas da cidade. Em alguns casos, o Estado também abandona o centro, ao transferir instituições públicas para longe do Centro Tradicional. A década de 1970 marca a consolidação dos centros novos em grande parte das metrópoles e cidades médias.

O processo popularmente chamado de “decadência” ou deterioração do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares. Esse abandono apresenta várias manifestações com diferentes graus de intensidade nas várias metrópoles: abandono do centro principal como local de emprego das camadas de mais alta renda; abandono de diversão, lazer e atividades culturais; como local de compras e moradia (VILLAÇA, 2001, p. 277).

Ainda segundo o autor, não é por suas deficiências ou envelhecimento que os centros tradicionais são abandonados pela elite. Não havia uma forte vinculação do centro com as classes altas, no Brasil a ruptura

foi facilitada com as novas condições de locomoção, aumento da mobilidade espacial (associada à difusão do automóvel), e articulada com interesses imobiliários de renovação de estoque construído (VILLAÇA, 2001, p.279). Os edifícios do centro histórico perderam valor imobiliário, sendo deixados sem manutenção à deterioração física. Essas áreas passam a ser ocupadas por comércios e serviços voltados às camadas populares que ascendiam como consumidores.

Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão-somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. Nessas condições, sendo o centro realmente da maioria, ele é centro da cidade (VILLAÇA, 2001, p.283).

Durante o século XX, o Centro Tradicional da cidade de São Paulo foi protagonista como espaço símbolo da Capital do Café e da Metrópole Industrial. Com o processo de crescimento urbano, houve expansão territorial e surgimento de novas centralidades em áreas de investimento imobiliário, deixando o centro de ser protagonista e de receber significativos investimentos tanto públicos quanto privados. De espaço símbolo da vanguarda de uma época passa à imagem de degradação e abandono, sendo “tomado” pela popularização e por políticas públicas que buscam sua revalorização física e simbólica de centro principal também destinado às classes econômicas dominantes.

Para acompanhar as mudanças econômicas e sociais a forma urbana da cidade passou por intensas transformações: da cidade de taipa,

colonial e delimitada em área pela colina primitiva à cidade que busca ares europeus com a remodelação de seus edifícios, novas praças e bulevares. Em constante adequação ao seu crescente *status* econômico - a cidade de São Paulo se torna a maior metrópole latino americana - com seus arranha-céus e grandes avenidas para o intenso fluxo de automóveis.

Essas mudanças têm lugar em um mesmo território, ao custo de demolições, sobreposições e grandes intervenções sobre o antigo tecido urbano existente na premência de se “renovar” e “readequar” aos novos tempos.

2.1. CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO: DELIMITAÇÕES TERRITORIAIS

O Município de São Paulo está dividido administrativamente desde 2002 em 31 subprefeituras, e estas subdivididas em distritos. A chamada Região Centro abarca a Subprefeitura da Sé, e esta se subdivide em 8 distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. Em um território de 26,2 km² e uma população residente de aproximadamente 431.000 habitantes¹⁴.

Ao longo dos anos, diferentes denominações foram dadas ao que consiste o centro de São Paulo levando em consideração a sua demarcação territorial, esta se encolhe e se dilata em sua abrangência de acordo com interesses e princípios urbanísticos correntes.

(...) restringir à Sé e República ou incluir oito ou seis distritos que os envolvem como território a ser objeto de uma política urbana específica pressupõe diferentes interpretações do Centro, diferentes direções para essa política, diferentes atores e, necessariamente, processos de implementação diversos (FELDMAN, 2004, p.40).

Segundo análise de Kazuo Nakano, Candido Malta Campos e Raquel Rolnik (2004, p. 124) poderia se definir a área central paulistana

---

¹⁴ Subprefeitura Sé é instituída a partir da Lei 13.399 de 2002. Dados de área e população segundo site da Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, baseados no Censo demográfico do IBGE de 2010. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 15 jan 2015.

em três escalas territoriais no conjunto da metrópole:

- 1) **Núcleo histórico** – conformado pelos distritos Sé e República, com aproximadamente 4,4 km²;
- 2) **Anel central** - conformado por dez distritos centrais (Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação) com aproximadamente 32,6 km², incluindo além dos distritos da Subprefeitura da Sé os distritos Pari e Brás, antes incluídos na antiga Administração Regional da Sé, hoje pertencem à Subprefeitura da Mooca;
- 3) **Centro expandido** – definido como “imensa área abrigando atividades terciárias de caráter central” de complexa e difícil delimitação territorial é definida pelos autores como “praticamente toda a área contida no mini-anel viário, das marginais ao rio Tietê à calha do rio Pinheiros até Santo Amaro, e também ao longo dos principais eixos radiais que ultrapassam esse anel.” Desse fazem parte os “novos centros” localizados no quadrante sudoeste, “espaços centrais de maior peso econômico, de comércio e de serviços dirigidos às camadas de mais alta renda ao terciário avançado” (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, p.125).

14

Figura 14. Mapa Político-administrativo do Município de São Paulo. Intervenção sobre mapa para destaque da Região Centro e Subprefeitura da Sé em laranja. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, PMSP.

15

Figura 15. Ampliação, Mapa Político-administrativo do Município de São Paulo. Intervenção sobre mapa para destaque da Subprefeitura da Sé em laranja. Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, PMSP.

Para efeitos desse estudo, definiu-se um recorte territorial que abrange o Centro Histórico de formação da cidade: conhecidos como Centro Velho (primeiro núcleo de ocupação) e Centro Novo (primeira expansão urbana), contidos nos distritos administrativos da Sé e República.

A escolha do Centro Tradicional é justificada por questões de facilidade de abrangência territorial, em termos de uma pesquisa de campo, e complexidade encontrada tipicamente em centralidades históricas antes já descritas. Pelo seu importante significado simbólico e histórico, e, sobretudo por sua intensa dinâmica de atividades e pessoas, diversidade social e espacial, e potencial ao encontro público propício à leitura e análise dentro da temática proposta.

O Centro Histórico e os seus dois distritos administrativos fazem parte da etapa de contextualização da pesquisa. São base para a compreensão de sua evolução histórica, da conformação de sua forma urbana, bem como do quadro mais recente de suas características socioeconômicas e culturais.

Ao partir para as observações empíricas e estudos em campo, um recorte mais restrito foi realizado. O recorte não abrange todo o distrito da Sé e da República, foi delimitado de acordo com os percursos realizados a pé, a fim de obter uma área representativa para o estudo proposto. Esse segundo recorte abrange as imediações da Praça da Sé, percorrendo quase que linearmente uma diversidade de lugares públicos: desde largos, ruas de pedestres, praças, Vale do Anhangabaú, galerias comerciais até a Praça da República e o Largo do Arouche, no Centro Novo.

Buscou-se identificar além das particularidades, áreas que apresentem certa conectividade no cotidiano de seus usuários, ressaltando que de modo algum se restringe a conectividade do Centro Histórico à

área destacada; esta representa apenas um recorte para fins metodológicos do trabalho empírico.

Desse modo, evitou-se abranger áreas como as da Santa Ifigênia e da Luz que passam por um longo processo de discussão de intervenção urbana que vão muito além da intervenção projetual, em que problemas sociais têm um alto peso no cotidiano de seus lugares públicos. Estas áreas nos levariam a outras discussões, igualmente pertinentes, mas não alvo desse estudo.

Figura 16. Recorte territorial proposto para área de estudo. Em amarelo, primeira delimitação que compreende os distritos Sé e República, em vermelho, segunda delimitação compreendendo o recorte de trabalho de campo.

Fonte: Elaboração da autora sobre base do Google Earth, 2012.

2.2 O PRESENTE COMO ESPESSURA QUE REMETE AO PASSADO

O caminhar pelo Centro Tradicional revela em parte sua evolução urbana e os legados de diversas intervenções em sua forma urbana. Pretende-se mostrar um breve panorama destas mudanças sem ter a pretensão de abarcar todo o complexo processo econômico, social, cultural e político-administrativo que incidiu sobre o espaço físico do centro de São Paulo, mas sobretudo, um quadro da constituição e transformação dos seus espaços de uso público, atentando para as ações do poder público sobre a área central.

É dado destaque para o período entre 1975 e 2012. Em 1975, durante a gestão de Olavo Setúbal, iniciaram-se as políticas de revalorização da área central. Em 2012 completou-se a última gestão municipal (2009-2012) passível de análise integral pela pesquisa.

2.2.1. Transformações e reconstruções do centro

Em 1554 foi fundada a ocupação primitiva da Cidade de São Paulo, estabelecida no alto de uma pequena colina triangular quase plana, de altitudes entre 750 e 760 metros, circundada em cerca de 30 metros de desnível em relação à colina pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú (TOLEDO, 2007). Por muito tempo a cidade se resumia ao então núcleo jesuíta, delimitada pelo conhecido “triângulo histórico”. As edificações religiosas, Convento de São Francisco, do Carmo e o Mosteiro de São Bento correspondiam aos três vértices do triângulo, ao seu redor estava também a primeira edificação do núcleo histórico: o colégio dos jesuítas (atual Pátio do Colégio).

Durante os três primeiros séculos houve pouco crescimento na pequena cidade, que pela sua localização geográfica estratégica se torna ponto de convergência, entroncamento e distribuição para regiões interiores à Serra do Mar. A cidade absorve funções políticas, de comércio e culturais mas ainda se mantinha periodicamente isolada pelas cheias dos rios Tamanduateí e pela várzea do Carmo.

Somente na segunda metade do século XIX, com a inauguração das obras da ferrovia São Paulo Railway, de Santos a Jundiaí, em 1867, ocorrem amplas e aceleradas mudanças nas atividades produtivas, ligando a cidade ao mercado internacional. “Além das linhas de trem, com paradas no subúrbio, surgem as linhas de bondes de tração animal” (REIS, 2004, p. 116). A cidade se torna centro político-administrativo da cultura cafeeira, com a vinda dos fazendeiros do café para a cidade.

Já no final do século XIX, após a chegada da ferrovia, as antigas chácaras ao redor do triângulo histórico passam a ser loteadas em grande número para receber as novas demandas da capital que cresce com a economia cafeeira (TOLEDO, 2007).

As áreas de baixada e mais acidentadas foram sendo caracterizadas como bairros populares e industriais. Enquanto as altas e planas, com preços mais elevados, eram procuradas para a construção de residências das camadas mais ricas (REIS, 2004, p. 124).

17 **Figura 17.** Núcleo primitivo delimitado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Primeira planta da imperial cidade de São Paulo, pelo Capitão de Engenheiros Rufino J. Felizardo e Costa, 1810. Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, PMSP.

18 **Figura 18.** Vista da cidade de São Paulo, de Jean-Baptiste Debret, 1827. Disponível em: <<http://www.arvoresdesaopaulo.wordpress.com>>.

Em 1892 é inaugurado o Viaduto do Chá, e com a superação do Vale do Anhangabaú é incorporada a nova área para expansão da cidade (TOLEDO, 2007). Entre 1890 e 1914 houve uma intensa imigração europeia, segundo Toledo (2007, p.181) “com os imigrantes vieram novas técnicas de construir e a cidade foi reconstruída integralmente, disso resultando uma nova imagem: a metrópole do café”. Com a construção do edifício da Estação da Luz (1867) a entrada da cidade deixa de ser pelo leste, este passa a ser visto como “fundos” e se torna eixo dos bairros operários.

As primeiras grandes transformações urbanas ocorrem na administração de João Teodoro (1872-1875), com obras que reforçavam o valor simbólico de espaços da Capital, estímulo ao capital imobiliário e facilidades de acessibilidade aos novos bairros em formação. Foram executadas obras de lazer público na Várzea do Carmo criando a Ilha dos Amores, o replanejamento do Jardim da Luz e arborização de alamedas, o verde se inseria na cidade; há melhorias no calçamento das ruas do Triângulo, Largos do Rosário e da Sé e na iluminação pública (TOLEDO, 2007; REIS, 2004).

Até então a área desenvolvida em torno do triângulo histórico constituía-se como local de consumo, comércio e negócio das elites, mas apresentava também o novo setor médio (profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes) e o setor popular (imigrantes operários de fábricas, ex-escravos, carregadores, vendedores ambulantes). Já os investimentos privados seguem o vetor noroeste da cidade, buscando áreas mais altas, fugindo das enchentes e áreas insalubres, com loteamentos em Santa Ifigênia, Morro do Chá e Campos Elíseos.

A antiga cidade de barro se transforma, Antônio Prado, primeiro prefeito da cidade (1899-1910) e um dos maiores produtores de café

do estado, executou em sua administração um replanejamento urbanístico na área do triângulo histórico com a arborização e ajardinamento de praças como a República, o Jardim da Luz, assim como, reforma e ampliação da Praça da Sé, do Largo Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – que passa a se chamar Praça Antônio Prado, o Largo do Paissandú e aterro do Largo do Arouche. Apesar das reformulações urbanísticas a colina histórica apresentava áreas exíguas e já congestionadas, necessitando de ampliações (FRUGOLI JR, 2000).

Inauguram-se os bondes elétricos (1900) e bulevares arborizados, as ruas coloniais são realinhadas a fim de apagar o aspecto rural não condizente com seu crescente status; a cidade ganha ares europeus. Em 1911 se inaugura o Teatro Municipal no Centro Novo.

A cidade cresce, se embeleza, e bem na virada do século parecia um canteiro de obras. Em 1900, com cerca de 240 mil habitantes, a capital tinha 21 mil prédios; em 1910, cerca de 375 mil habitantes e 32 mil edifícios. Ruas, praças e becos eram remodelados ou desapareciam, numa cruzada em nome da civilização. A Avenida Angélica foi aberta; ruas e avenidas são arborizadas à maneira inglesa; o Jardim da Luz e a Praça da República são remodelados; o centro da cidade – o Triângulo – ganha ares europeus. No largo do Rosário, a igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos foi demolida em 1904 e transferida para o Paçandu – era melhor manter bem longe qualquer referência à escravidão. Não havia um planejamento urbano definido, mas o prefeito, imbuído em transformar a cidade numa urbis com aspecto europeu, deixava entrever, na cidade em obras, o que pretendia: veredas maravilhosas para moradia dos abastados (Higienópolis, Paulista e arredores); o centro e arredores para o comércio, negócios e lazer, e os bairros populares para os operários junto às fábricas. (COSTA; SCHWARCZ, 2000, P. 34-45)

19 **Figura 19.** Viaduto do Chá, Vale do Anhangabaú em 1900.
Fonte: PONTES, 2003.

20 **Figura 20.** Planta da Cidade de São Paulo com Identificação dos Primeiros Edifícios Públicos, 1893. Fonte: Acervo cartográfico digitalizado do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Intervenção sobre imagem para legenda: 1) Colina - Centro Velho; 2) Viaduto do Chá; 3) Centro Novo; 4) Bairros industriais junto à ferrovia.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

COM INDICAÇÃO DOS PRIMEIROS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Escala de 1:50.000

1893

EDITOR
UGO BONVICINI

REFERÊNCIAS

1. Palácio do Governo.	15. Santa Casa de Misericórdia.
2. Thronos de Família.	16. Templo da Luz.
3. Correto.	17. * * * Sorocabana.
4. Intendência Municipal.	18. * * * do Brasil.
5. Quartel Militar.	19. * * * Norte.
6. Casa de Correção.	20. * * * de Fuz.
7. Polícia.	21. * * * S. Joaquim.
8. Academia.	22. Emigração.
9. Observatório.	23. Gaúcho.
10. Teatro S. José.	24. Mercado velho.
11. Igreja de S. Francisco.	25. * * * Rio de Janeiro.
12. * * * S. Bento.	26. Mercado.
13. Seminário Episcopal.	27. Escola Normal.
	28. Jardim Público.

21

Figura 21. Mulheres passeiam na esquina da R.15 de Novembro com a Traversa do Comércio, 1906. Fonte: Arquivo do Jornal O Estado de S. Paulo.

Figura 22. Viaduto do Chá e Teatro Municipal, ao fundo Rua Barão de Itapetininga, 1912. Disponível em: <<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

Figura 23. Cartão Postal Edifício Malusardi, Praça Antônio Prado, c. 1930. Fonte: TOLEDO, 2007.

22

23

24

Figura 24. Topografia da área central da cidade de São Paulo segundo Nice Lecocq Muller, Walter Faustini e Aziz Ab'Saber. Fonte: AB'SABER, 2007.

A abertura do Viaduto do Chá facilitou o processo de mudança de atividades comerciais voltadas às camadas de mais alta renda para a região do “Centro Novo”. Voltando-se a sudoeste – na República com a Rua Barão de Itapetininga, suas transversas e a Rua do Arouche – abrigou-se o novo centro “refinado” e os usos culturais, dando acesso aos mais novos bairros de elite. O “Centro Velho” no entorno da Sé vem sendo ocupado por atividades menos nobres e de caráter popular desde a mudança das funções mais novas para além do Anhangabaú. (VILLAÇA, 2001)

Sábado e domingo era de rigor vir-se do bairro para o centro admirar as vitrines iluminadas da Barão de Itapetininga e depois fazer footing na São Bento. Isto é, percorrê-la de passo lento de uma ponta à outra, repetidas vezes, conversando com os amigos e trocando olhares cifrados com as garotas que, engajadas no mesmo ritual, transitavam em sentido oposto. Mais tarde se descia para a Cinelândia, a festa das luzes da São João com ramificações pela Dom José de Barros e pela Ipiranga. (PAES, 1991 apud FRUGOLI, 1995, P.27)

A gestão de Raymundo Duprat (1911-1914) dá continuidade às obras de Antônio Prado, contratando um plano para embelezamento da cidade ao arquiteto francês Joseph Antoine Bouvard. Dentro do discurso sanitaria ampliou-se vias, como a Rua São João eliminou-se cortiços e áreas de pobreza. Nas décadas de 1910-1920 se inauguram o Parque do Anhangabaú e o Parque Dom Pedro II projetados por Bouvard.

Na administração de José Pires do Rio (1926-1930) foram implantadas as primeiras linhas de ônibus em São Paulo. Foi rejeitada a

proposta da companhia Light para a implantação do metrô, iniciando as primeiras desapropriações para a implantação da Avenida Nove de Julho que fazia parte do Plano de Avenidas de Prestes Maia e Ulhôa Cintra (SOMEKH, 1997).

Eram diretrizes a valorização do espaço público, com uma nova ordenação das edificações privadas: nos setores centrais edificações sobre os alinhamentos, e nos setores dos novos bairros de renda alta e média recuos à frente dos terrenos e nas laterais, intercalando com o verde. A área central foi passando por uma crescente verticalização, nos bairros residenciais de maior renda as casas são isoladas no meio dos lotes, e nos bairros populares são pequenos lotes e casas construídas nos seus limites (REIS, 2004). Na década de 1920 o centro começa a se verticalizar, se especializar em atividades comerciais e perder sua função residencial (NOBRE, 2009).

Segundo Reis (2004, p. 141) em 1930 a cidade era centro de uma grande e rica região produtiva, a base de sua economia já não era apenas a produção agrícola, mas também, sua produção industrial: “a cidade impunha-se como um pólo de produção, de distribuição industrial e de comércio.” A necessidade de melhor infraestrutura, de transportes e de maior aproveitamento do solo no centro levou-o a se reconstruir novamente, dos bondes passam-se às primeiras linhas de ônibus. A área antiga mantinha certo caráter europeu e o Centro Novo já possuía características norte-americanas.

O Código de Obras Municipal de 1929 incorpora o controle de altura das edificações tendo como parâmetro a largura da rua. Na área central a altura chega a 2,5 vezes a largura da via. Como não havia a exigência de afastamentos laterais possibilitou a construção de quadras contínuas como blocos. (NOBRE, 2004)

25

Figura 25. Planta da Cidade de São Paulo, 1929. Autor: Prefeitura Municipal de São Paulo. Fonte: Acervo cartográfico digitalizado da Biblioteca Nacional, BNDigital.

Intervenção sobre imagem para legenda: 1) Praça da Sé; 2) Parque Dom Pedro II; 3) Parque do Anhangabaú; 4) Largo do Paissandú; 5) Praça da República; 6) Largo do Arouche; 7) Praça Marechal Deodoro; 8) Praça Princesa Isabel; 9) Largo do Coração de Jesus; 10) Jardim da Luz; 11) Praça Buenos Aires; 12) Parque Paulista e Belvedere; 13) Largo da Liberdade.

7

9

10

8

6

5

4

11

3

2

1

13

12

O Plano de Avenidas é lançado em 1930, sendo o primeiro plano oficial para a cidade, visando organizar o crescimento e o dinamismo existente através do modelo teórico de anéis concêntricos e vias radiais, tendo centro como ponto nodal do sistema viário da cidade.

Priorizava-se o fluxo e a circulação tendo o centro como “coração” da metrópole, além de diretrizes para o embelezamento e arruamento, zoneamento, expansão urbana e legislação tributária (FRUGOLI JR, 2000). Seu perímetro de irradiação organiza o crescimento futuro da cidade sem limitá-lo, possibilitando a contínua expansão. A opção pelos modais sobre rodas – carros e ônibus – possibilitou uma maior abrangência no sistema de transporte em relação aos trilhos e o início do processo de periferização.

Na gestão de Fabio Prado (1934-1938) houve o início das obras das Avenidas Nove de Julho, Ipiranga e Rebouças, Ruas Marconi, São Luís e Praça Dom José Gaspar. Mas foi na gestão de Francisco Prestes Maia (1938-1945) que a execução do Plano de Avenidas tomou maior impulso, foram executadas obras do primeiro e segundo anéis perimetrais ao centro (sendo o segundo completado apenas na década de 1960) (REIS, 2004, p. 198). O plano anunciou a predominância das intervenções viárias, a priorização do fluxo e circulação de veículos automotivos nos posteriores planos de ordenação e crescimento da cidade.

O plano modernizador desenvolvido por Prestes Maia se identificava com a burguesia industrial emergente, mas foi implantado parcialmente e com adaptações. Villaça (2001) destaca que a parte do perímetro de irradiação executada, é a que está junto aos bairros de população de alta renda (Higienópolis, Vila Buarque e Santa Cecília) e articulavam importantes vias que atendiam o quadrante sudoeste (Rua da Consolação, Augusta e Brigadeiro Luiz Antônio).

27

Figura 27. Planta Geral dos Melhoramentos Centrais, 1945.

Fonte: TOLEDO, 1996.

Figura 28. Representação do Vale do Anhangabaú no Plano de Avenidas, 1930.

Fonte: TOLEDO, 2007.

Figura 29. Avenida Ipiranga, com intervenção do Plano de Avenidas, 1953.

Foto de Fotolabor.

28

29

São Paulo chega à metade do século XX como metrópole industrial, e por essa razão ocorrem os grandes fluxos de migrações internas no país em direção à cidade, aumentando-a perifericamente e dando início à formação de uma região metropolitana. Caracterizada como metrópole moderna, seu centro era marcado pela presença de arranha-céus, comércio variado, funções e serviços que não eram encontrados em outros bairros da cidade, e por intenso tráfego de veículos e pedestres.

A área central, com destaque para o chamado Centro Novo, pulsa como o mais importante espaço cultural e intelectual da cidade, com sua Cinelândia, diversificadas galerias comerciais e restaurantes. Para a consolidação da metrópole era necessário além da modernização industrial e desenvolvimento econômico, o desenvolvimento cultural e intelectual da cidade; são criadas instituições culturais como o Museu de Arte de São Paulo (1947), Museu de Arte Moderna (1948) Bienal de Artes Plásticas (1951) além dos existentes cinemas, teatros e rádios (AMADIO, 1998).

30

31

Esses empresários (cinematográficos) intuía que, existindo em toda verdadeira metrópole um setor urbano onde o sol nunca se punha, porque o néon o prolongava noite adentro, não bastaria plantar salas de projeção – seria preciso que o espetáculo começasse da rua, prosseguisse nas salas de espera e só então se consumasse na tela... Mais do que salas exibidoras, funcionava no eixo da São João a “usina” da suprema ilusão de participar de um mundo que não cessava de exibir imagens (...) de tal forma que cada (modesta) versão paulistana de arranha-céu... cada néon que se acendia eram saudados como personagens daquele mesmo universo de excitação, e magia que se tinha acesso via tela iluminada. (...) (Cinelândia Paulista, Associação Viva o Centro, 1995, apud AMADIO, 1998)

Figura 30. Avenida Ipiranga.

Fonte: TOLEDO, 1996.

Figura 31. Cinelândia, como era conhecida a Avenida São João, que chegou a concentrar 25 salas de cinema, 1970. Disponível em: <<http://www.cbre.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2012

Figura 32. . Anúncios de jornal, décadas de 1940, 1950 e 1960. Disponível em: <<http://www.acervos.estadão.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

Surgem nesta década também edifícios galerias comerciais na área do Centro Novo, tipologia amplamente adotada que possibilitou novas relações de publicidade com a rua, dentro do ideário modernista de grandes edifícios multifuncionais com comércios e usos culturais em seus térreos. As galerias permitiam a permeabilidade entre quadras se tornando extensões das ruas, lugares de permanência e passagem, além

Até a década de 1960, a cidade abrigava efetivamente um único centro, dividido entre o Centro Velho - colina histórica - e o Centro Novo - primeira expansão contígua, em direção à Praça da República. Segundo Villaça (2012) o centro principal passa por um novo processo de deslocamento, acompanhando as camadas de alta renda, diferente da expansão anterior essa é descontínua e pulverizada, indo para a região da Avenida Paulista e Rua Augusta, na década de 1970 para a Avenida

Faria Lima e depois Marginal Pinheiros e Avenida Berrini. Com a forma de uma grande e descontínua área central no que chama de Quadrante Sudoeste, entremeada por bairros residenciais de alta e média renda.

Dentro do processo de expansão urbana configuram-se novas centralidades econômicas, de comércio e serviços voltados para os novos interesses do grande capital imobiliário e aos novos modos de vida e consumo das classes médias e altas. Essas correspondem também a uma nova etapa da organização metropolitana na qual a auto-suficiência em relação às demais partes da cidade é a marca distintiva e valorativa deste novo setor. (MEYER, 1994, p.10). Parte dos serviços é levada também para os *Shoppings Centers* junto à população de média e alta renda.

Uma das mudanças mais emblemáticas dessa alteração do centro das elites foi a transferência da sede da prefeitura para o Parque do Ibirapuera e do governo estadual para o Morumbi, acompanhando o vetor sudoeste (SILVA, 2004). Segundo Castilho havia uma abordagem que identificava a concentração do centro como problema, e buscava justificativas como:

(...) a necessidade da criação de outros espaços para a expansão urbana devido à alta concentração de pessoas nas áreas centrais, ampliando o trânsito e dificultando a implantação de lançamentos imobiliários devido à inexistência de áreas livres.

(CASTILHO, 2008 p. 27)

A diminuição de investimentos no Centro Tradicional é justificada pela sua alta densidade, saturação, congestionamentos, poluição, envelhecimento arquitetônico e tecnológico. Essa mudança de área de investimento gera espaços ociosos e vagos, sem a devida manutenção.

Os espaços públicos e edifícios do centro passam a abrigar outros tipos de atividades econômicas, em sua maior parte populares. O que gerou uma imagem de área “degradada”.

Segundo Kara Jose (2007) os conceitos de degradação e decadência decorrem ideologicamente do processo de deslocamento das elites do centro para novos bairros – seguindo o desenvolvimento imobiliário - esse processo se inicia na década de 1930, com o deslocamento de funções ligadas a elite para o chamado Centro Novo nas imediações da República, e se agrava na década de 1960 com a transferência do centro de negócios para a região da Avenida Paulista.

CASTILHO (2008, p.26) aponta que na década de 1960 nos discursos e nos textos a área central emerge como problema “devidamente justificada, por um lado, pelo êxodo populacional e seu consequente esvaziamento e, por outro, pela alta concentração de atividades e pessoas”.

Ao mesmo tempo, são executadas grandes obras viárias a fim de facilitar a crescente circulação de veículos, a década de 1960 foram executadas obras do segundo anel perimetral ao centro, como a Avenida Amaral Gurgel, Praça Roosevelt, Radial Leste-Oeste, e conjunto de viadutos sobre o Parque Dom Pedro II (REIS, 2004).

Figura 33. Inauguração da Via Elevada Presidente Costa e Silva, ao fundo Praça Roosevelt, 1971. Fonte: Acervo Arquivo Histórico de São Paulo. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

Figura 34. Complexo Viário Parque D. Pedro II, 1971. Disponível em: <<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

33

34

2.2.2. Políticas de revalorização da área central

Uma série de políticas públicas buscaram a revalorização da área central, combatendo sua degradação física e mudanças de perfil econômico, e alteraram substancialmente sua configuração morfológica. Conforme mencionado, foram realizadas obras viárias de grande porte como o alargamento de vias, construção de viadutos, e a implantação do metrô, alterando os usos e funções dos espaços públicos do Centro Histórico e configurando uma nova paisagem. O centro se conforma como nó de articulação da acessibilidade em escala urbana e metropolitana, e ao mesmo tempo, abrem-se vias e se expande na direção sudoeste. (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004; SILVA, 2004)

Dentro de uma visão rodoviarista assumida pelas políticas públicas para a área central, intensificadas na década de 1960 com a vulgarização do automóvel, é lançado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) na gestão de Figueiredo Ferraz (1971-1973) com a perspectiva de ordenação e disciplina do desenvolvimento da cidade, o plano propôs um sistema de vias expressas em malha que não chegou a ser implantado.

Em 1972 foi instituída a Lei de Zoneamento, controlando os usos e ocupação do solo. Ainda em 1971 foi criada a Empresa Municipal de Planejamento Urbano (Emurb) e em 1972 a Coordenadoria Geral de Planejamento (Cogep). Ao mesmo tempo em que se executavam intervenções urbanas rodoviaristas, investiu-se na construção do metrô (iniciada em 1968), indo contra aos investimentos até então no transporte individual.

De acordo com Kara José (2007), com a Lei de Zoneamento, tem-se um “primeiro conjunto de normas voltadas para a preservação do

patrimônio histórico, colocadas em ação no momento da passagem do metrô pela área central.” Essas preocupações com as intervenções urbanas no patrimônio existente do centro coincidiam com preocupações e discussões internacionais sobre a atuação em centros urbanos considerando as questões do patrimônio.¹⁵

Como não havia um órgão municipal de proteção ao patrimônio foram delimitadas áreas especiais, a partir de um levantamento de bens arquitetônicos de interesse cultural e ambiental, com denominação Z8-200¹⁶, na legislação de uso e ocupação do solo do município (OLIVEIRA, 2009).

Essas zonas normatizavam o perímetro de concentração de bens significativos a receber “estudos específicos para orientar seu uso, ocupação e futuras intervenções”. A maior Zona Especial foi chamada, “Área da Luz”, na região do Bom Retiro, com alta concentração de edifícios de interesse cultural. (KARA JOSÉ, 2007, p. 32-34).

---

¹⁵ No Brasil se discutiam novas questões acerca do patrimônio, sob a influência da Carta de Veneza (1964) que atribuía valor de patrimônio histórico não apenas à arquitetura isolada, mas reconhece também o valor dos sítios e conjuntos urbanos. Essa nova abordagem ampliava os horizontes de possibilidades das cidades brasileiras que durante o século XX passaram pelo processo de expansão e renovação de suas áreas urbanas centrais e por intensas e consecutivas transformações de suas paisagens.

A nova abordagem da cidade como documento de cultura possibilitou a proteção de manchas urbanas e a mudança de postura nos processos e políticas de intervenção urbana.

¹⁶ Estabelece as Zonas de Preservação a Lei nº 8328 de 1975.

A partir da década de 1970 no Brasil, adota-se o conceito de revitalização urbana como forma de intervenção em áreas centrais com vínculos nas experiências européias. As primeiras intervenções em áreas centrais de cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro com o Projeto Corredor Cultural, tiveram como referência o conceito de Conservação Integrada (CI)¹⁷, prezando a recuperação do patrimônio histórico pelo Estado e o incentivo ao turismo. Já na década de 1980 “novos componentes foram sendo associados ao escopo das intervenções, como por exemplo as parcerias entre poder público e iniciativa privada, nos moldes como foram desenvolvidos nos Estados Unidos.” (KARA JOSÉ, 2007, p.47)

A gestão de Olavo Setúbal (1975-1979) marca o início de uma série de políticas que buscam a revalorização da área central. O plano de revitalização proposto pela sua gestão era composto de ações de intervenção espacial significativas com fins de atrair interesses imobiliários e econômicos para área central e minimizar os seus congestionamentos.

¹⁷ Conservação Integrada – metodologia de intervenção em áreas centrais – conceito que aparece na Declaração de Amsterdã 1975 – princípios para áreas com grande concentração de população de baixa renda, orientavam a recuperação da estrutura física, econômica e social das áreas de intervenção, associando a valorização do patrimônio existente à manutenção dos antigos habitantes nos edifícios recuperados (sendo a primeira grande tentativa de participação popular no processo decisório na Itália e na Espanha).

Figura 35. Início das obras na Estação Sé em 1972. Disponível em: < <http://www.saopaulominhasmemorias.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2013.

Figura 36. Construção da Estação São Bento, década de 1970. Disponível em: < <http://www.spempretoebianco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

35

36

Foram entregues a Estação de Metrô da Sé e a total reformulação da praça da catedral, como também, iniciadas as obras do metrô leste-oeste e implantado o sistema de calçadas de pedestres, proibindo o tráfego de veículos em suas vias.

Contudo haviam contradições dentro de suas ações, com novas abordagens que valorizavam a preservação como a recuperação e restauração do Viaduto Santa Ifigênia e do Edifício Martinelli, e, ao mesmo tempo, promovia a demolição de quarteirões inteiros no entorno da Praça da Sé, desconfigurando antigos lugares e gerando espaços de grandes proporções sob a justificativa da construção da estação de metrô e da nova praça. Também ocorreram obras de reforma das praças do Largo de São Bento e da República para receberem estações do metrô, além da reforma e reconstrução do Pátio do Colégio.

Com a implantação do metrô e o cruzamento das linhas norte-sul e leste-oeste na Praça da Sé (inaugurada em 1978), reforça-se a centralidade funcional e a acessibilidade do Centro Histórico pelo transporte coletivo. A adaptação do tecido urbano da área central para a construção das estações de passageiros gerou novas escalas e novos ambientes urbanos.

O centro já concentrava os pontos finais das linhas radiais de ônibus, o que contribuía para a popularização do Centro Velho já que a população de maior renda, através do automóvel, tornava-se independente do transporte público. A política de concentração e melhoria de redes e terminais de transporte no centro prosseguiu com a construção de grandes terminais e corredores de ônibus. A necessidade de integração entre os diversos modos de transporte coletivo que convergiam para o centro gerou um intenso fluxo de pedestres no torno e entre os terminais e estações (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK. 2004).

Abrahão (2008, p.36) destaca o papel do debate realizado no Seminário Internacional de Revitalização de Áreas Centrais em 1975, que teve como tema a humanização da cidade problematizando a “relação do homem com seu espaço público urbano.” O seminário restrito a técnicos da prefeitura, autoridades municipais e convidados internacionais, foi realizado pela Cogep e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) com fins de demonstrar a importância da transformação de vias do Centro Histórico em áreas exclusivas de pedestres, prática que seguia uma tendência internacional e seria protagonista para o processo de revitalização e humanização do centro.

Nesta perspectiva, as ruas foram valoradas como lugar de recreação, de ponto de encontro e de resgate dos valores tradicionais, e, conseqüentemente, como fundamental à retomada da escala humana das cidades. (ABRAHÃO, 2008, p. 39)

Quando foram inaugurados, os previstos dois quilômetros de vias pedestrianizadas, os efeitos foram animadores. “Os calçados tornaram-se o mais novo espaço de lazer paulistano: bares instalavam-se ao ar livre e as crianças podiam brincar nas horas de menos movimento.” (LEME; VENTURA, 2000 p.15)

Com a implantação dos calçados, estamos adequando esta área da cidade ao seu uso de hoje. Nos nossos dias, o centro tem um significado bastante diferente daquele que tinha para nossos pais e avós, quando percorriam o famoso triângulo das ruas Direita, 15 de Novembro e São Bento. Os tálburis desapareceram; os bondes da Praça da Sé deram lugar

ao Metrô; as casas de chá transformaram-se em lanchonetes... A época é outra e o centro da cidade que estava descompassado no tempo, atualizou-se. É um novo centro trazendo vida nova ao coração da cidade (Discurso do prefeito Olavo Setúbal de entrega dos calçadões do Centro Velho, 16/12/1976).

Em 1978 havia 60 mil m² de ruas pedestrianizadas na área central, através da Operação Centro. “O coração da cidade transformava-se assim num imenso passeio público, tendência reforçada com a chegada simultânea do metrô paulistano, ponta de lança do transporte público em nossa cidade” (ABRAHÃO, 2008, p. 40). Nos anos seguintes a dificuldade na micro-acessibilidade por automóveis com implantação dos calçadões de pedestres foi colocada pela Associação Viva o

Centro¹⁸ como um dos motivos para a perda de atratividade e competitividade locais, devido sua má gestão, grande extensão e pouca permeabilidade aos automóveis.

Desde sua implantação, na década de 1970, os calçadões tem sido alvo de diversas discussões e propostas. Em palestra proferida para o evento “O Calçadão em Questão - 20 Anos de Experiência do Calçadão Paulistano”, José Eduardo Lefèvre afirmou que a gestão centralizada para a implantação e operação dos calçadões durante a administração Setúbal garantiu a manutenção de sua qualidade ambiental. Nas administrações seguintes a ausência de fiscalização efetiva e de uma gestão condizente com os princípios da obra, conduziu a perda da coerência do conjunto de elementos dos calçadões.

O estudo do Calçadão em Questão (2000) concluiu que os pro-

¹⁸ Estudo realizado em 1998 pela Associação Viva o Centro e o Centro Universitário Belas Artes publicado como: O Calçadão em Questão - 20 Anos de Experiência do Calçadão Paulistano.

blemas das vias pedestrianizadas são fruto de uma gestão equivocada, que desconsidera sua singularidade, faltando uma gestão específica e adequada. Desde então é discutido o redimensionamento e redesenho dos calçadões, como resultado algumas ruas foram abertas ao tráfego de veículos sob o argumento de um melhor funcionamento da área.

Nas seguintes gestões as prioridades de investimento não estavam no centro tradicional da cidade. Na administração de Reinaldo de Barros (1979-1982) a principal medida em relação ao centro foi a realização de concurso para remodelação do Vale do Anhangabaú, ganhando o projeto de Jorge Wilhelm e Rosa Kliass, que transformava o eixo viário norte-sul em grande praça de lazer (FRUGOLI JR, 2000).

Já na gestão Mário Covas (1983-1985) os investimentos estavam nas periferias, com o Plano Habitacional do Município de São Paulo, além de investimentos públicos e imobiliários acompanhando bairros de alta renda nas novas centralidades.

De acordo com Kara José (2007) com a falta de recursos as iniciativas para a área central se concentraram basicamente em legislações e programas de recuperação do patrimônio com incentivo ao turismo. Desde então os temas relacionados ao patrimônio estão presentes com maior ou menor destaque nas políticas propostas para o centro. Em 1985 foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) responsável pela regulação municipal.

O Plano Diretor de 1985 propõe as Parcerias Público-Privadas, a fim de minimizar os gastos públicos, através das Operações Urbanas, esse instrumento urbanístico cria mecanismos de incentivos à participação da iniciativa privada em áreas onde se quisessem promover programas de melhorias urbanísticas.

A área da Luz é indicada para essa operação por sua localização e sua alta concentração de imóveis de valor cultural, com potencial a se tornar pólo cultural. O Plano Diretor não foi aprovado, mas o projeto denominado Luz Cultural foi implantado como instrumento de revitalização urbana da área. Foram estabelecidos roteiros turísticos e um guia de visitação de 63 pontos de interesse cultural, recuperações pontuais de imóveis e poucas obras de infraestrutura urbana, tendo como foco a valorização do patrimônio histórico – que desencadearia o processo de revitalização (KARA JOSE, 2007).

Seguindo tendências de modelos internacionais da época defendia-se, a revitalização urbana através da ativação e estímulo ao uso cultural da área. Apesar dos discursos e expectativas o projeto não atraiu novos usos e o interesse do mercado imobiliário, sendo interrompido na gestão seguinte.

A gestão de Janio Quadros (1986-1989) retomou e iniciou a execução do projeto ganhador do concurso para remodelação do Anhangabaú, com a construção de uma das duas passagens viárias subterrâneas propostas - o túnel norte-sul - retomando as iniciativas de grandes obras rodoviaristas na cidade e direcionando o adensamento a leste do centro.

Nas décadas de 1980 e 1990 os investimentos públicos e privados na construção de uma nova centralidade intensificaram o esvaziamento do centro tradicional, com um grande aumento de edifícios de escritórios com mais de 40 anos vagos na área central que não tinham competitividade frente aos novos empreendimentos do quadrante sudoeste (NOBRE, 2009).

A partir da década de 1990, as gestões voltam a ter como foco políticas públicas que buscam atração de investimentos privados com projetos imobiliários e contribuições no financiamento de obras que rea-

lizem melhorias ambientais na área central, através das parcerias público-privadas e da flexibilização da legislação urbanística.

A gestão de Luiza Erundina (1989 -1993), voltada para investimentos na população de menor renda da periferia, investiu também na área central que concentrava a maior parte dos empregos desta população que ali permanecia em grande parte de seu tempo (FRUGOLI JR, 2000). Nesta gestão, dá-se continuidade à urbanização do Parque do Anhangabaú e é implementada a primeira operação urbana, chamada Operação Urbana Anhangabaú. Esta tinha como propósito dinamizar a produção imobiliária no seu entorno, buscando parcerias privadas para dar continuidade ao processo de renovação iniciado, através da flexibilização da legislação urbanística, mas não houve a adesão e interesse da iniciativa privada como esperado.

40

Figura 40. Novo Parque do Anhangabaú, 1991. Disponível em:
< <http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em 24 jan. 2015.

Figura 41. Representação do Bulevar São João, 199-
Fonte: Acervo biblioteca SP Urbanismo.

41

Nessa administração também ocorreu a transferência – já discutida em gestões anteriores – da sede da prefeitura do Parque do Ibirapuera para o Palácio das Indústrias, com obras de restauração do mesmo e de reurbanização parcial do Parque Dom Pedro II. Esta mudança foi significativa e emblemática para o restabelecimento da centralidade simbólica do poder público presente no centro da cidade, próximo à população.

Também foi iniciado um programa de habitação de interesse social na área, com foco na questão dos cortiços, este formulou e iniciou o desenvolvimento de um programa habitacional específico para a área central baseado na autogestão – produção através do sistema de mutirão – sendo iniciado o Projeto-Piloto Celso Garcia. A pauta da habitação central foi abandonada nas gestões posteriores, sendo a questão retomada na reabilitação de edifícios abandonados, na gestão Martha Suplicy (2000-2004).

A gestão Luiza Erundina marca a inserção na pauta das políticas públicas para a área central de questões como a habitação de interesse social e a melhoria integrada da qualidade ambiental dos espaços de uso público no centro.

Entre os projetos até então desenvolvidos de revalorização da área central, destaca-se o Programa Piloto Eixo Sé-Arouche como marco de intervenções que tiveram a qualidade do ambiente urbano como ação principal, buscando a conservação de conjuntos urbanos e a requalificação de espaços públicos, princípios próximos aos discutidos nas propostas da gestão de Setúbal (1975-1979). O programa tem destaque por seu princípio de cogestão com usuários e interessados na manutenção da qualidade dos espaços públicos.

Segundo Aravecchia e Bonduki (2004) na gestão Erundina há no

governo um corpo técnico de formação semelhante com anseios de mudanças de posturas no planejamento, o que propicia uma conjuntura para o surgimento do projeto Eixo Sé-Arouche. Influenciados pelas experiências de intervenções em centros históricos em curso, como o Projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, e experiências internacionais em Barcelona e Berlim¹⁹, buscam um programa de ação que visava a melhoria da qualidade ambiental - não mais projetos isolados ou grandes intervenções desconectadas, mas um conjunto de ações articuladas, em cooperação com a sociedade organizada, que visassem a reabilitação da área central e potencializassem novos projetos.

Estava em andamento um conjunto de ações e projetos dentro dos investimentos de requalificação do centro: a reurbanização do Vale do Anhangabaú de acordo com projeto do concurso lançado em 1981, o restauro do Teatro Municipal, o projeto do Bulevar São João, reforma da Biblioteca Mário de Andrade, recuperação estrutural de viadutos, redimensionamento da limpeza pública, reforma da rede de iluminação pública, início de um programa habitacional na área de cortiços, o código visual e o projeto de lei dos Espaços Públicos, além da mudança da sede do governo municipal para o Palácio das Indústrias (PMSP, 1992). Esse conjunto possibilitava uma ação articulada visando o resgate da importância da área central para a metrópole.

As últimas décadas do século XX são marcadas também pelos anos de abertura política e expressão dos poderes locais com a presença de grupos representativos de diversos segmentos sociais. A participação desses grupos articulados da sociedade civil foi condicionante no pro-

---

¹⁹ Em Barcelona “Campanya Per A La Millora Del Paisatge Urbà” e em Berlim “Renovación Urbana Cautelosa em Berli-Kreuzberg” (AMADIO, 1998).

cesso de concepção e no desenvolvimento do projeto Eixo Sé-Arouche.

Com a existência das Administrações Regionais foi possível o surgimento, em 1991, do Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central Eixo Sé-Arouche que nasce dentro da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU), junto à Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo e do Núcleo Regional de Planejamento da Regional Sé, em uma ação conjunta de diversos órgãos da Prefeitura²⁰. Para viabilizar sua implantação foi definida uma área piloto inicial, concentrando recursos dos órgãos envolvidos, que seria posteriormente ampliada, expandindo os padrões de ordenação da paisagem para além da área piloto.

Um “eixo” de cerca de 3 km foi definido segundo critérios de valor histórico, arquitetônico e simbólico, tendo como base o Cadastro Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano da Cidade de São Paulo (IGEPAC). Ligando o Centro Velho ao Centro Novo com uma “sucessão de espaços lineares de circulação (ruas), entremeados por praças e largos” (PMSP, 199-) com início na Praça da Sé, cruzando o Vale do Anhangabaú em obras de reurbanização até a Praça Ramos de Azevedo potencializando as obras em curso.

Segundo Amadio (1998) o limite da área foi expandido até o Largo do Arouche devido ao engajamento da associação de comerciantes locais do Largo do Arouche interessados na revitalização da área. Foi incorporado então o eixo da Rua Barão de Itapetininga até o Largo do Arouche. Foi incorporada também a Rua São Bento, transversal ao eixo

- pelas suas características morfológicas – ligando o Largo de São Bento e o Largo de São Francisco. Sendo reunidos uma sucessão de espaços de valor arquitetônico e alto potencial simbólico da cidade.

Criou-se um Grupo Executivo formado por técnicos que em conjunto com lojistas e proprietários estabeleceriam um processo de cooperação, teriam também o papel de viabilizar técnica e administrativamente as propostas e promover junto à iniciativa privada formas de participação e cooperação para a implantação do programa (ABRAHÃO, 1999). O programa teve por princípio a apresentação de uma proposta técnica para a comunidade envolvida – empresas, comerciantes e associações - a fim do debate e incorporação de discussões.

A proposta apresentada tinha como enfoque a recuperação dos conjuntos históricos, “recuperar e “despoluir” a paisagem urbana e expor as linhas das fachadas antigas” (PMSP, 1992, p.3), buscando conscientizar da importância histórica e arquitetônica dos conjuntos urbanos para a cidade e dos problemas causados pela obstrução e desregulamentação de publicidades e mobiliários urbanos. Na mesma medida, a recuperação e qualificação de largos e praças, com ordenação de mobiliários e equipamentos; bem como, a regulação de publicidade, toldos, marquises e recobrimento de fachadas. Após a aprovação da proposta técnica e a definição dos padrões estes foram transformados em legislação específica.

---

²⁰ Além dos acima citados: Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPA), Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), Cadastro de Anúncios (CADAN). (TOMINAGA, 2006)

42 **Figura 42.** Área piloto Eixo Sé-Arouche. Fonte: PMSP, 1992.

43 **Figura 43.** Representação de regulação de anúncios. Fonte: PMSP, 1992.

O conjunto do eixo foi subdividido em trechos considerando as características comuns. Durante a fase de implantação das normas havia a assessoria e acompanhamento pela Equipe Técnica aos proprietários e comerciantes. Houve o engajamento de dois grupos ligados à área do Arouche: os Comerciantes da Rua do Arouche, interessados em recuperar a época áurea da região, e os empresários da área hoteleira e de restaurantes da Avenida Vieira de Carvalho que propuseram um projeto de embelezamento para a avenida e para o largo, este seria financiado pelos próprios empresários e assessorado e supervisionado pelos técnicos da prefeitura.

O programa foi transformado em lei através do Decreto 29.851 (em 21/06/1991), apoiado nas experiências obtidas na região do Arouche que foi estabelecida como área inicial do projeto, seguido por decretos para cada trecho implantado. No trecho da Rua do Arouche houve a regulação de anúncios e toldos, a restauração de imóveis de interesse histórico, nova iluminação, a racionalizada a sinalização de trânsito, novos pisos, calçadas e o plantio de árvores. O trecho da Avenida Vieira de Carvalho além da regulação de publicidade e toldos passou por remodelação paisagística, padronização de floreiras, calçadas e algumas fachadas. Já o Largo do Arouche recebeu reformulação paisagística, a retirada de terminal de ônibus, novos calçamentos, mobiliários urbanos, playground, iluminação e um novo padrão de vegetação (as espécies foram doadas pelos floristas e donos de restaurantes), foi restaurada (com recursos da iniciativa privada) e transferida para o local a Escultura Progresso, de Nicolas Vlavianos.

A regulação de anúncios ocorreu também na Rua Direita e Rua São Bento. Nestas ruas foram reparados os pisos, instaladas novas luminárias e na Praça Antonio Prado substituída a vegetação, além do res-

tauro de edifícios históricos. Também na Rua Barão de Itapetininga, Rua Conselheiro Crispiniano e Praça da República ocorreu a regulação de elementos das fachadas, na Praça da República foram readequados os pontos de ônibus, de táxi e o estacionamento de motos. Foram propostos também novos padrões de manutenção urbana e de limpeza pública, com a mecanização deste serviço.

Apesar dos princípios de participação da comunidade envolvida, em alguns casos como o da Rua São Bento e Direita não havia uma articulação entorno de uma associação específica da área, o que dificultou ou mesmo inviabilizou o engajamento pretendido, já que os interesses eram diversos e muitas vezes negativos às mudanças e regularizações propostas.

44

Figura 44. Rua São Bento antes e depois da intervenção.
Fonte: PMSP, 1992.

45 **Figura 45.** Largo do Arouche após intervenção, 1993.
Fonte: Acervo de Decio Amadio.

46 **Figura 46.** Conjunto arquitetônico após regulamentação, 1993.
Fonte: Acervo de Decio Amadio.

O projeto acabou sendo parcialmente implantado, o que não desmerece suas conquistas como a diminuição e a regulação da comunicação visual na região, trazendo consideráveis e efetivos benefícios à paisagem do eixo proposto. Estas ações deram margem à iniciativas posteriores em outras áreas da cidade, tais como a reforma da Rua José Paulino e a Lei Cidade Limpa, que de certo modo, foram respaldadas pelo sucesso da limpeza visual do projeto.

Com a nova administração municipal o programa foi interrompido, em seu lugar surge um novo programa, o ProCentro, que ao longo do tempo efetiva alguns itens preconizados no Sé-Arouche, como a reformulação da Praça do Patriarca e restauração do calçamento da região do Teatro Municipal (TOMINAGA, 2006).

Em 1991, ainda durante a gestão Erundina, é fundada a Associação Viva o Centro (AVC). Contando com empresários representantes de instituições interessadas no processo de requalificação do centro de São Paulo, recuperando sua crescente “desvalorização”. Entre outras instituições estavam: a Bolsa de Valores e a Bolsa de Mercadorias & Futuros, bancos nacionais e internacionais, Federação do Comércio, Federação das Indústrias, Rotary Club, Federação Brasileira das Associações dos Bancos (Febrabam) e Sindicato dos Bancários.

A associação sem fins lucrativos e apartidária, segundo sua própria descrição, é mantida por contribuições regulares de seus associados e mantenedores, pela venda de seus produtos e serviços e ainda por doações e outras contribuições. Tendo por finalidade “articular parcerias, formular estudos e diagnósticos, organizar seminários e discussões sobre a área central e exercer pressão legítima sobre os poderes públicos a favor da causa do Centro” (BARRETO, 1997).

Segundo Frugoli Jr. (2000) um dos fatores que impulsionam seu

surgimento foi um novo ciclo de evasão de empresas no início da década de 1990, momento em que se destaca a decisão de permanência das Bolsas de Valores e do Banco de Boston. Sua fundação é inspirada em modelos americanos e europeus onde associações eram formadas por proprietários de imóveis localizados em áreas urbanas que passam por processos de saída de instituições, deterioração e “decadência”.

A Viva o Centro nasce como uma iniciativa da sociedade civil – com associados de base nitidamente empresarial, incluindo proprietários, e depois ampliando-se com o apoio de outras instituições -, com uma crescente capacidade de mobilização. Situada numa área marcada por forte diversidade social, a Associação incorpora em si certa heterogeneidade, ainda que não possa abarcar um conjunto tão plural de demandas nem pretenda priorizar as necessidades mais ligadas às camadas populares. (...) Uma de suas principais tarefas é pressionar o poder público – buscando manter autonomia com relação a este – para a realização de um conjunto de ações pela requalificação do Centro (FRUGOLI JR, 2000, p.216).

Nas Gestões de Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000) os investimentos são voltados para outras áreas da cidade, mas a presença e atuação da recém-criada Associação Viva o Centro coloca o centro nas pautas da mídia.

Com a falta de investimentos da gestão Maluf, interessada na valorização do vetor sudoeste, houve uma “queda abrupta na qualidade dos serviços de limpeza e manutenção dos espaços públicos, a indisciplina no trânsito, assim como a ausência de apoio às atividades voltadas

ao amparo dos moradores de rua.” (KARA JOSE, 2007, p. 100). Houve também por decorrência o aumento do comércio informal nos calçadões de pedestres, seus percursos muitas vezes eram desertos e inseguros ou demasiadamente cheios e congestionados pelo comércio informal. (LEME; VENTURA, 2000 p.16).

47 **Figura 47.** Calçadões ocupados por comércio informal.
Fonte: Revista URBS Nº 24, 2001.

A Associação contrata de seus consultores uma série de estudos e diagnósticos sobre a situação do Centro na década de 1990 e com estes resultados passa a pressionar as gestões municipais para os solucionar. Tendo como diagnóstico:

O Centro não está decadente. Ele simplesmente se desenvolve numa direção errada. Não necessita ser revitalizado, porque ele é extremamente vital. Deve, isto sim, ser requalificado – reordenado, refuncionalizado (BARRETO, 1997).

Sob a pressão de iniciativas para área central a gestão Maluf em 1993 cria o ProCentro (Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo) tendo seu perímetro de atuação delimitado pelos distritos Sé e República. O programa previa ações realizadas em conjunto com empresas privadas, encaminhando varias demandas elaboradas pela Viva o Centro (FRUGOLI JR, 2000). Tinha por princípio a recuperação da paisagem do centro e de seus espaços públicos, a realização de obras de restauro e recuperação com incentivos fiscais aos proprietários, acessibilidade de automóveis e pedestres, projetos de iluminação e segurança.

O programa promoveu a reabertura de algumas ruas de pedestres para veículos, realizou a reforma do Viaduto Santa Ifigênia e Viaduto do Chá e ampliou linhas de trólebus unindo os terminais de ônibus (CASTILHO, 2008). Levou também adiante o projeto encomendado em 1992 pela Viva o Centro ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha para a reforma da Praça do Patriarca com a reorganização do fluxo dos ônibus e melhoria do acesso à Galeria Prestes Maia (mas as obras só serão iniciadas na gestão seguinte).

A fim de debater o papel do centro e da centralidade na metrópole terciária, inserindo São Paulo na perspectiva de se tornar uma das cidades globais do Século XXI, em 1995 a AVC promove o Seminário Internacional Centro XXI. Aberto a todos os interessados o seminário teve apoio da Fundação para Pesquisa Ambiental da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FUPAM) e da United Nations Centre for Human Settlements (Habitat). O evento contou com a presença de representantes das mais notórias intervenções urbanas européias, tendo destaque o Plano de Barcelona, que na década de 1990 se torna referência para intervenções que dão protagonismo aos espaços públicos (ABRAHÃO, 2008).

De acordo com Abrahão (2008) a questão da deterioração da área central e de seus espaços públicos permanecia no foco das preocupações. As discussões afirmavam “a conveniência da fusão do governo com a sociedade através de parcerias público-privadas, e as propostas de intervenções pontuais nos espaços públicos urbanos como pólos sinérgicos e irradiadores de transformações”, de acordo com os modelos trazidos pelos convidados espanhóis.

Ao mesmo tempo, seria tarefa da administração pública controlar essas parcerias, os excessos de publicidade e outros traços de privatização dos espaços públicos, garantindo assim qualidade e atratividade aos mesmos. A Viva o Centro promove também o Concurso Nacional de Ideias para um Novo Centro de São Paulo e o Concurso para o Centro Cultural dos Correios (ambos em 1996).

Kara Jose (2007, p.102) aponta que se inicia uma nova fase de projetos, “cada vez mais ligados à ideia de transformação de São Paulo em cidade mundial, pólo atrativo de capital e turismo internacional”, idéias que seriam incorporadas pela administração estadual de Mario

Covas. São iniciadas uma sequência de recuperações de edifícios de interesse histórico para a instalação de centros culturais como promotores de requalificação urbana, tais como: o edifício dos Correios, a filial do MASP Centro na Galeria Prestes Maia e o Centro Cultural Banco do Brasil no edifício da primeira agência do banco em São Paulo.

São Paulo passa a adotar uma abordagem baseada nas parcerias público-privadas, “na expansão do terciário e no *image marketing*” – influenciada pelos ideais do Planejamento Estratégico catalão - buscando seu posto de cidade global introduz o tema da cultura nos discursos e projetos de requalificação urbana. (KARA JOSE, 2007).

Em 1995, na gestão de Mario Covas no governo estadual, foi implantado o projeto Pólo Cultural Luz, tendo como âncora a cultura com fins de requalificação urbana. Ainda segundo Kara José (2007, p.198) era defendido pelo Governo e Associação Viva o Centro a nova abordagem que no fim perpetua os objetivos de valorização fundiária, “trata-se da quebra de uma tradição nos projetos de requalificação urbana em São Paulo, com a substituição dos projetos viários pelos culturais”.

Dentro do contexto de estímulo à participação da iniciativa privada em projetos de caráter cultural, com leis de incentivo fiscal nos âmbitos federal²¹, foram realizadas: a reforma da Pinacoteca do Estado, a reconversão da Estação Julio Prestes para a sede da OSESP (Sala São Paulo), reforma do antigo DOPS, reforma do Teatro São Pedro e restauro da Estação da Luz (futura sede do Museu da Língua Portuguesa). O projeto que propõe novamente investimentos na região da Luz como pólo cultural não desencadeia as transformações esperadas no entorno

²¹ Entre as políticas federais de incentivo a cultura destacam-se a Lei Rouanet e o Programa Monumenta.

48 **Figura 48.** Estação e Parque da Luz. Fonte: ARTIGAS, 2006.

49 **Figura 49.** Mapa com limite da Operação Urbana Centro. Fonte: Cartilha da Área Central, SP Urbanismo, 2010.

dos novos equipamentos.

Segundo Castilho (2008) na administração de Celso Pitta foram realizados os primeiros contatos com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e propostas para a transferência de secretarias do governo de volta ao centro. Como resultados do ProCentro são criadas a Operação Urbana Centro e a Lei de Fachadas, ambas em vigência desde 1997.

A Operação Urbana Centro, consiste em nova tentativa de parcerias público-privadas com mudanças nas regras de uso e ocupação do solo. Através desta, era possível a transferência de potencial construtivo para outras regiões da cidade sem haver a delimitação de que áreas seriam – apenas em 2002 será regulamentado para quais áreas seria possível transferir esse potencial. Apesar dos incentivos a operação também não suscitou o interesse dos promotores imobiliários (NOBRE, 2009).

A Lei de Fachadas (Lei 12.350) prevê a isenção do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para imóveis tombados localizados na delimitada Área Especial de Intervenção que abrange o chamado Centro Velho e parte do Centro Novo que fossem recuperados e conservados, pelo período de até 10 anos. Segundo Kara Jose (2007) os custos das obras de restauro em contrapartida ao imposto pago por proprietários de grandes imóveis – em grande parte instituições – provocou interesse pela lei, o que não ocorreu com os proprietários de pequenos imóveis.

Ainda na década de 1990 tem destaque a atuação dos movimentos de luta pela moradia, diante da perspectiva de requalificação da área central e da exclusão de setores populares desse processo, estes grupos passam a reivindicar o uso de edifícios vagos ou subutilizados para a conversão em habitações de interesse social. Solicitando a formulação

de políticas habitacionais na área central os movimentos passam a reatizar ocupações de edifícios vazios, “apresentaram ao poder público e à sociedade, a potencialidade de ocupação da região, legitimando as reivindicações da população de baixa renda que luta por habitação na Área Central” (ARAVECCHIA E BONDUKI, 2004 p. 14).

Em 1998 a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), iniciou o Programa de Atuação em Cortiços – PAC, reformando imóveis existentes, criando novas habitações ou comprando imóveis disponíveis por meio de carta de crédito para habitação de baixa renda, mas o programa só passa a produzir unidades em 2002, com o financiamento do BID. Segundo Kara Jose:

Das unidades habitacionais criadas pelo PAC/BID, nenhuma foi realizada no Centro. A partir do Programa Morar no Centro, criado em 2001, este quadro mudaria, e os distritos Sé e República tornaram-se grandes alvos, na medida em que cresceu a importância da reabilitação de edifícios antigos para a produção de novas unidades, financiados, em grande parte, no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial – PAR²².

Na gestão de Marta Suplicy (2001-2004) houve uma mudança de abordagem em relação à área central, os incentivos não estavam apenas no mercado imobiliário através da operação urbana, mas também em políticas públicas com uma visão ampliada e diversificada dos proble-

---

²² PAR - Programa de Arrendamento Residencial - é um programa de arrendamento federal, lançado em 1999, através da Caixa Econômica Federal, destinado a famílias de até 6 salários mínimos de renda.

mas. Em 2001 foi elaborado pela AR-Sé, o Plano Reconstruir o Centro (2001-2002) para os bairros da área central, incorporando enfoques do ProCentro (1993) de forma a atrair investimentos privados, era baseado na diversidade funcional e social – com questões sobre a moradia, emprego, cultura, lazer, educação e representação (NOBRE, 2009).

Em 2003, sob a coordenação da Emurb, o projeto passa a se chamar Programa de Reabilitação da Área Central – Ação Centro, modificando seu perfil a fim de se adequar às exigências do financiamento firmado com o BID. Com a revisão, a área de abrangência do projeto foi restrita aos distritos Sé e República. “Houve uma focalização das ações de forma a obter efeitos de sinergia. As ações vastamente pulverizadas corriam risco de não se potencializar umas às outras e o programa diluir-se por uma área vasta demais” (SILVA, 2004). Desse modo, também se concentrava recursos e enfocava em áreas que impulsionassem novos investimentos privados.

A coordenadoria do ProCentro foi substituída pelo Fórum de Desenvolvimento Social e Econômico do Centro de São Paulo (formado por representantes de diversas entidades, movimentos e técnicos da prefeitura) de caráter representativo e deliberativo e pela Coordenação Executiva Ação Centro (com representantes de secretarias municipais, Emurb e sociedade civil) de caráter operativo. Também foi constituída a Agência de Desenvolvimento do Centro, como “agente facilitador e de fomento tanto das atividades já existentes no Centro como de novas atividades que venham dinamizar a economia local” (SILVA, 2004, p.66). Mas os grupos são extintos nas gestões seguintes.

O Ação Centro contava com cinco linhas de ação: 1) Reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial; 2) Transformação do perfil econômico e social; 3) Recuperação do am-

biente urbano; 4) Transporte e circulação; 5) Fortalecimento institucional do município. Estas eram divididas em subprogramas e intervenções totalizando uma grande diversidade ações, sendo que muitas delas já estavam em curso, definidas com diferentes secretarias e organismos municipais.

Para alcançar esses objetivos de acordo com as linhas de ações estavam previstos entre outros:

- 1) Revisão da legislação da operação urbana e implantação Zona Especial de Interesse Social no Plano Regional da Sé, intervenções urbanísticas e implementação do programa Morar no Centro, bem como a utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade para evitar a vacância imobiliária na área (como a aplicação do IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento de dívida pública);
- 2) Articulação com o empresariado; regulação do comércio informal e atendimento aos grupos vulneráveis;
- 3) Requalificação do espaço público e edifícios públicos, melhoria na zeladoria urbana, controle de inundações e da disposição de resíduos sólidos;
- 4) Revisão do sistema de circulação e dos calçadões, retirada dos terminais de ônibus do centro, construção de garagens subterrâneas e implementação do sistema de corredores de ônibus;
- 5) Criação das subprefeituras, concentração da administração municipal, dividida em diversos prédios pela cidade, na área central.

De modo complementar foi implementada a Lei de Incentivos Seletivos, a fim de atrair novas empresas através de incentivo fiscal (NOBRE, 2009).

No conjunto de ações propostas estavam os projetos de intervenção urbanística do Quadrilátero Piloto e do Corredor Cultural. Esses

projetos estavam no Plano Reconstruir o Centro e são incorporados ao Ação Centro, sendo realizados com recursos da Operação Urbana Centro.

O Quadrilátero Piloto era delimitado pelas Avenidas São João, Ipiranga, e ruas Sete de Abril e Conselheiro Crispiniano. Foram executadas ações de reabilitação em interlocução e parceria com os setores organizados da sociedade civil, em especial os comerciantes, com a reforma do calçamento e o reordenamento de mobiliário urbano, anúncios comerciais e controle do comércio ambulante (SILVA, 2004).

O Corredor Cultural consistia em um eixo de ligação entre o Centro Velho e o Centro Novo, com um percurso que se inicia na Praça Dom José Gaspar, incorporando a Rua Xavier de Toledo, Ladeira da Memória, Teatro Municipal, Viaduto do Chá até a Praça do Patriarca, foi inserido também no projeto do corredor a obra de recuperação da antiga agência do Banco do Brasil transformada em centro cultural. (MONTISUKE, 2008; PINTO; GALVANESE, 2006).

O programa abarcava também o Parque Dom Pedro II e imediações, propondo o resgate do parque urbano e urbanização de seus arredores, assim como, a restauração da Casa das Retordas, do Palácio das Indústrias para abrigar o Museu da Cidade, e do Mercado Municipal.

Segundo Montisuke (2008) as intervenções urbanísticas e ações de melhorias do ambiente urbano representaram a maior parte dos investimentos do recurso previsto para o programa, que contou com reformas de praças, ordenamento de equipamentos e do mobiliário urbano, a melhoria de calçadas, recuperação de edificações históricas, a reorganização e redução de linhas de ônibus, a inibição e retirada do comércio ambulante das ruas e calçadas, e o atendimento aos moradores de rua na rede de proteção social.

Figura 50. Administração Regional da Sé (área de abrangência do Reconstruir o Centro) e distritos República e Sé (área de abrangência do Ação Centro). Fonte: MONTISUKE, 2008.

51 **Figura 51.** Representação do Projeto Corredor Cultural.
Fonte: PINTO; GALVANESE, 2006.

O contrato com o BID foi efetivado somente em 2004, o que retardou obras e ações, estas foram em grande parte implementadas com recursos da prefeitura, e em sua maior parte aceitas como contrapartida do financiamento (CYMBALISTA, et al., 2008). Foram realizadas reformas de edifícios emblemáticos, como o Mercado Municipal e a Galeria Olido; obras de recuperação de espaços públicos através do Corredor Cultural – com reforma nas Praças do Patriarca e Dom José Gaspar; requalificação de ruas comerciais na Rua 25 de Março; construídos conjuntos habitacionais como o da Baronesa de Porto Carrero e Riskalah Jorge através do PAR e transformação da Favela do Gato em conjunto habitacional; programas de assistência à grupos vulneráveis através do Projeto Oficina Boracéia de atendimento a catadores de produtos recicláveis; controle e fiscalização de comércios de rua; e implantação de corredores de ônibus na Avenida Nove de Julho e Rua da Consolação (NOBRE, 2009).

Como fortalecimento institucional do município houve a mudança do gabinete da prefeita para o Edifício Matarazzo no Viaduto do Chá em 2004, a criação das subprefeituras e a concentração da administração municipal na área central – esta se encontrava em diversos edifícios espalhados pela cidade. “Por fim, foram trazidos 1,5 mil funcionários públicos de diversas secretarias e autarquias municipais e estaduais, visto que o município responde por 8,5 mil, ocasionando a recuperação do comércio local, especificamente bares, restaurantes e pequenos serviços” (NOBRE, 2009 p. 227).

Com a gestão José Serra / Gilberto Kassab (2005 – 2008), o programa foi reformulado e novamente nomeado de Programa de Reabilitação da Área Central (PROCENTRO), mas contudo, fica parado por dois anos. A revisão do programa manteve seus eixos de atuação,

modificando ações propostas. Foram concentrados os investimentos a fim de potencializar a valorização e apresentar maiores vantagens para a atração da iniciativa privada. E definidos três vetores de investimento: Luz / Roosevelt (Vetor Oeste), Vale do Anhangabaú (Área Central) e Parque D. Pedro II (Vetor Leste) (CYMBALISTA, et al., 2008). De modo geral foram reduzidas as ações relacionadas à habitação, assistência social e geração de emprego e renda; o projeto de destaque é o Nova Luz, de renovação urbana da área que já vinha recebendo investimentos do governo estadual²³.

A paralisação dos projetos e obras que estavam em andamento e o direcionamento do programa para a região da Luz, sob o pretexto de concentrar recursos, levou à proposta de desapropriação de diversas quadras na denominada “cracolândia”. Promovendo uma renovação urbana através da instalação de “um pólo tecnológico de informática e órgãos públicos”. Foram removidas famílias de prédios ocupados, e utilizado o Programa de Parcelamento Incentivado, perdendo dívidas de IPTU de edifícios vagos (NOBRE, 2009, p 228).

A área da cracolândia é alvo de diversas ações, inclusive policiais, de incentivos fiscais e regulamentações urbanísticas, no combate às drogas e atividades ilegais na região da Santa Ifigênia e Luz, chamadas de “Operação Limpa”. As ações não obtiveram resultados duradouros, apenas momentâneos. O Projeto Nova Luz até o final de 2014 estava em tramitação. Em 2013 foi inaugurada a nova sede do Centro Paula Souza e a Escola Técnica Estadual (Etec) Santa Ifigênia projeto que faz parte das ações de revitalização da Região Luz.

---

²³ Projeto Pólo Luz e Programa Monumenta – BID.

52

53

O PROCENTRO em 2012 teve firmado com o BID um novo quadro de custos, sendo que novas alterações contratuais estão em curso a fim de reincorporar novos projetos. Além dos investimentos em segurança pública foram realizadas obras de reurbanização da Praça da Sé (2007), da Praça da República (2007) e da Praça Roosevelt (2013); recuperação do Mercado Municipal (2004); recuperação da fachada do Teatro Municipal; reforma da Biblioteca Mario de Andrade (2010) e a Recuperação do Solar da Marquesa (2011). Em 2012 foi inaugurada a Praça das Artes no Bulevar São João, complexo cultural que abriga a sede da Escola Municipal de Música, da Escola de Dança de São Paulo e da administração da Fundação Teatro Municipal.

Já na gestão em curso de Fernando Haddad foi lançado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano em conjunto com a SP-Urbanismo, em 2013, o projeto “Centro, Diálogo Aberto”. Este tem como princípio o debate com a sociedade sobre os espaços públicos do centro da cidade, e conta com a consultoria do escritório dinamarquês do arquiteto Jan Gehl.

Figura 52. Representação do perímetro do Projeto Urbanístico Específico da Nova Luz. Fonte: Projeto Urbanístico Específico (PUE), Prefeitura Municipal de São Paulo e Consórcio Nova Luz, 2011.

Figura 53. Vista aérea ilustrativa do Complexo Cultural Luz. Disponível em: < <http://www.piniweb.pini.com.br>>. Acesso 27 jan. 2015.

Composto por workshops, a proposta “visa reunir a população usuária do centro, poder público e projetistas em processo colaborativo e participativo” (PMSP, s.d.). Foram selecionadas áreas de intervenção estratégica tratadas como projetos-piloto: Largo de São Francisco e Praça Ouvidor Pacheco e Silva; Rua 25 de Março e Praça Cantareira; Avenida São João, Largo do Paissandú e Avenida Rio Branco; Pátio do Colégio e Rua Roberto Simonsen e um projeto conceito de reurbanização do Vale do Anhangabaú. Pela metodologia adotada os projetos serão provisoriamente construídos para serem testados pelo uso da população com uma programação constante e atrações pontuais para os espaços.

O projeto também inclui um canal de participação colaborativa via internet, criando ferramentas de participação com a avaliação e comentários sobre as áreas de intervenção e os projetos propostos. Até o final de 2014 haviam sido executadas intervenções provisórias nos Largos de São Francisco e Paissandú.

54 **Figura 54.** Projetos-piloto do Centro, Diálogo Aberto. Disponível em: <<http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

2.3 PRESENTE COMO ESPESSURA QUE REMETE AO FUTURO

Apesar da migração de comércios e serviços voltados para as camadas de maior renda para outras áreas da cidade, o centro concentra setores de grande importância incluindo instituições governamentais e privadas, destacando-se: o setor judiciário, com a Faculdade de Direito da USP, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público do Estado de São Paulo, a Ordem dos Advogados de São Paulo, além de grande concentração de escritórios de advocacia e atividades correlatas; diversas repartições públicas, Secretarias Municipais, a Câmara Municipal de Vereadores e a Sede da Prefeitura; instituições privadas e o setor financeiro, com a Bolsa de Valores (BM&FBOVESPA), empresas ligadas às telecomunicações (KARA JOSE, 2010) e instituições de ensino superior.

Ao longo das últimas décadas do século XX, uma série de intervenções e políticas públicas propiciaram a acessibilidade ao centro através do transporte coletivo em detrimento da acessibilidade através do veículo particular, sendo a área mais acessível a todas as classes sociais.

A ocupação pelas classes mais baixas trouxe a imagem de que o centro está “decadente”, mas do ponto de vista de atração e geração de viagens, empregos, atividades comerciais e de serviços e institucionais, isso não se confirma.

A popularização do centro e seu atual elenco de atividades, formais e informais, são também manifestações de uma nova vitalidade econômica, que mantém em muitas instâncias o papel central da região no âmbito do universo terciário da metrópole. (NAKAN; CAMPOS; ROLNIK, 2004). O centro abriga um grande número de aglomerados comerciais especializados como do setor têxtil nas ruas 25 de Março, José Paulino e Caetano Campos; ferragens e ferramentas na Rua Florêncio de Abreu; serviços voltados ao turismo na Avenida São Luís e Ipiranga; eletrônicos e informática na Rua Santa Ifigênia; artigos fotográficos nas Ruas 24 de Maio e Conselheiro Crispiniano, entre outras atividades (SILVA, 2004, p.64).

Ao se apresentar um panorama de dados atualizados produzidos a respeito dos distritos Sé e República, bem como, o comparativo, quando possível, dos dados das últimas décadas demonstra-se o atual processo de transformação dos distritos centrais. Foram utilizados como fontes os órgãos municipais da Prefeitura de São Paulo, a Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) e os censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

De acordo com o último censo do IBGE (2010) o Município de São Paulo apresentava 11.253.503 habitantes, sendo destes 431.106 habitantes na Subprefeitura da Sé, na qual 56.981 habitantes estão no distrito República e 23.651 no distrito Sé.

58

Figura 58. Taxa geométrica de crescimento anual. Fonte: IBGE, Censos Demográficos. Elaboração Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SMDU/ Departamento de Estatística e Produção de Informação – DIPRO.

Unidades Territoriais	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
MSP	2.151.313	3.667.899	5.924.615	8.493.226	9.646.185	10.434.252	11.253.503

Sé	350.947	432.708	445.175	526.170	458.677	373.914	431.106
Bela Vista	46.340	57.364	64.704	85.416	71.825	63.190	69.460
Bom Retiro	45.880	53.893	45.662	47.588	36.136	26.598	33.892
Cambuci	35.499	39.789	39.727	44.851	37.069	28.717	36.948
Consolação	38.228	52.182	60.600	77.338	66.590	54.522	57.365
Liberdade	55.523	68.210	71.503	82.472	76.245	61.875	69.092
República	35.994	48.346	50.348	60.999	57.797	47.718	56.981
Santa Cecília	63.460	80.581	83.075	94.542	85.829	71.179	83.717
Sé	30.022	32.343	29.555	32.965	27.186	20.115	23.651

Tabela 1. População recenseada. Fonte: IBGE - Censos demográficos 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Observa-se um processo comum aos oito distritos da chamada região centro, apesar da diversidade entre os mesmos em perfil de renda de seus moradores e perfil de ocupação do solo: o crescimento até a década de 1980 e decréscimo a partir de então, com uma retomada de crescimento no último censo em 2010.

Destacando os distritos Sé e República presume-se que os dados são reflexos das políticas de revalorização da área central que se iniciam desde a década de 1970 e tem maior intensidade na década de 1990. Principalmente para o distrito da República que mantém sua vocação também habitacional, enquanto o distrito Sé sustenta sua vocação no comércio, serviços e em equipamentos de usos especiais, coletivos e culturais.

Gráfico 1. Crescimento populacional nos distritos Sé e República. Fonte: IBGE - Censos demográficos 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

59 **Figura 59.** Ampliação do Mapa do Uso do Solo predominante no Município de São Paulo. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/ Departamento de Arrecadação e Cobranças – TCPL 2013.

Nos anos de 2009 e 2011 a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) realizou censos de população em situação de rua no Município de São Paulo. No levantamento de 2009 havia 13.666 pessoas em situação de rua, das quais 1.770 estavam no distrito República (12,95% do total municipal) e 1.334 no distrito Sé (9,76%). No censo de 2011 foram cadastrados 14.478 moradores de rua, sendo 1.207 moradores no distrito República (8,33% do total municipal) e 1.239 no distrito Sé (8,55% do total municipal). Observa-se que a considerável redução dos moradores de rua na República foi acompanhada de um grande crescimento no distrito de Santa Cecília em relação ao censo anterior.

Gráfico 2. População em situação de rua. Fonte: SMADS e SMDU / Deinfo, censos anos 2009 e 2011.

Uso do solo

Através dos dados produzidos pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico para o TPCL (Cadastro Territorial e Predial, de Conservação e Limpeza), têm-se o levantamento dos

usos e ocupação do solo no município. Estes usos foram classificados em 16 tipologias²⁴ pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEM-PLA). Para melhor visualização dos dados foram agrupadas tipologias gerando um gráfico da relação de ocupação do solo dos distritos Sé e República em função da somatória da área ocupada (em projeção) pelos lotes de cada uso, bem como a predominância de área construída em relação a cada uso.

Tanto os distrito da República quanto o da Sé apresentam a predominância do uso de comércio e serviços. Em 2010 este uso representou a ocupação (em projeção) de 50,2% do solo da República, seguidos pelo uso residencial de 18,6% e por usos especiais, coletivo e escolas de 14,4%. Destacamos a considerável porcentagem de uso para garagens não residenciais: 8,10%, uso crescente nas últimas décadas proporcionalmente à diminuição de terrenos vagos.

No distrito da Sé em 2010 o uso de comércio e serviços representa 62,6% da ocupação do solo (em projeção), seguido pelos usos Especiais (Hotel, Hospital, Cartório, etc.), Coletivo (Cinema, Teatro, Clube, Templo, etc.) e escolar com 19,5% e pelo uso residencial com apenas 9,7%. Na Sé, destaca-se a pequena porcentagem ocupada pelo uso residencial e a grande presença de equipamentos ligados a usos

especiais, coletivos e culturais.

Gráfico 3 e 4. Área de Terreno por Tipologia de Uso, Distrito República e Sé. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/ Sempla/Dipro. Dados do TPCL - Cadastro Territorial Predial de Conservação e Limpeza.

²⁴ As tipologias de uso são: Uso Residencial Horizontal Baixo Padrão; Uso Residencial Horizontal Médio Padrão; Uso Residencial Horizontal Alto Padrão; Uso Residencial Vertical Médio Padrão; Uso Residencial Vertical Alto Padrão; Uso Comércio e Serviço Horizontal; Uso Comércio e Serviço Vertical; Uso Industrial; Uso Armazéns e Depósitos; Uso Especial (Hotel, Hospital, Cartório, etc.); Uso Escola; Uso Coletivo (Cinema, Teatro, Clube, Templo, etc.); Terrenos Vagos; Uso Residencial Vertical Baixo Padrão; Uso Garagens não residenciais e Outros usos (Uso e padrão não previsto).

Empregos

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2010 a Subprefeitura da Sé²⁵ continha 16,91% dos empregos da cidade, maior porcentagem de empregos em comparação às demais subprefeituras do município de São Paulo.

Desses, 3,84% estão no distrito República e 2,33% no distrito Sé. É necessário ressaltar que estes dados não incluem os empregos da Administração Pública no Município que correspondem a grande porcentagem dos empregos formais no Centro.

Confrontando os dados do censo de 2010, onde são levantados 56.981 habitantes e 153.349 empregos formais no distrito da República (ainda não considerando empregos do setor público e informais, assim como, a população que se desloca ao centro para usufruir de seus serviços). Fica clara a grande população flutuante que permanece durante o dia utilizando sua infraestrutura e serviços em dias e horários úteis, no caso da República esta população mais que duplica.

Na Sé, em 2010, temos 23.651 habitantes e 93.149 empregos formais, valor quase quadruplicado de população ainda não abrangendo dados de empregos no setor público e setor informal.

²⁵ A Subprefeitura da Sé abrange os distritos administrativos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé. Apresentava uma população de 431.106 habitantes de acordo com o censo 2010.

Gráfico 5 e 6. Empregos Formais em 2010, não incluem os empregos da Administração Pública no Município. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2010.

Viagens atraídas

Segundo a última pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo - METRÔ - em 2007 eram realizadas 38.094.385 viagens diárias na Região Metropolitana. Destas, 160.363 se destinaram ao distrito da República e 177.899 ao distrito da Sé. Sendo por motivo de trabalho na área de serviços a maior porcentagem de atratividade, conforme gráfico.

Esses dados somam as viagens realizadas em transporte coletivo e individual, motorizados e não motorizado. O transporte coletivo tem grande destaque nos deslocamentos da área central, esta oferece grande concentração de estações de metrô e linhas de ônibus, apresentando grande acessibilidade, as viagens através do transporte coletivo ultrapassaram 60% do total de deslocamentos diários aos distritos analisados.

Gráfico 7. Viagens atraídas por motivo, Zona República. Fonte: Pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo – METRÔ- em 2007.

Gráfico 8. Viagens atraídas por motivo, Zona Sé. Fonte: Pesquisa de Origem-Destino da Região Metropolitana de São Paulo realizada pela Companhia Metropolitana de São Paulo – METRÔ- em 2007

Bens tombados, equipamentos culturais e esportivos

A Subprefeitura da Sé, segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura de 2012, congrega 35,87 % dos centros, espaços e casas de cultura, municipais, estaduais, federais e particulares da cidade. Também abriga 30,65 % dos museus, 53,54% dos teatros, 43,33% das salas de shows e concertos e 15,96% dos cinemas. Todas essas porcentagens são as mais altas do município. Nela se encontram também grande porcentagem do número de bens de interesse cultural e de imóveis tombados que estão em políticas de regulação e incentivos fiscais conforme demonstrado anteriormente.

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação em 2010, o distrito da República apresentava apenas 3 equipamentos, todos classificados como Clubes Desportivos particulares. Já o distrito Sé apresentava 1 equipamento classificado como Clube Desportivo particular. Destaca-se o índice zero de equipamentos pertencentes à rede pública destinados a este fim nos distritos.

Apesar do pequeno número de equipamentos de esportes, lazer e recreação, os distritos apresentam considerável área de praças e espaços livres em quantidade significativas, somados aos cerca de 2 Km de vias exclusivas ao tráfego de pedestres. O Centro Tradicional apresenta um sistema de espaços livres de grande potencialidade para a esfera de vida pública.

Somados a estes espaços livres, tem-se principalmente na região da República, nas imediações da Rua Barão de Itapetininga, um grande número de galerias e passagens comerciais. Espaços privados de fruição pública que abrigam funções urbanas diversas, ampliando e conectando o sistema de calçadas de pedestres e vias existentes.

60 **Figura 60.** Bens tombados pelo COMPRESP e CONDEPHAAT em cor alaranjada. Edifícios de interesse histórico e cultural em azul.
 Fonte: Associação Viva o Centro, 2006. Disponível em:
 < <http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

Percebe-se uma latente potencialidade para o aumento da oferta habitacional na área. São notórias as vantagens de uma boa proporção de usos residenciais em centralidades: menores deslocamentos moradia-trabalho, maior aproveitamento de seus diversos equipamentos coletivos e culturais e de seus espaços públicos, inclusive com acesso aos mesmos por população que não o teria em bairros periféricos. O mercado imobiliário residencial já indica novas dinâmicas, com a construção de novos lançamentos e reformas de edifícios para habitação. Essas mudanças, além de resultados de políticas públicas, indicam comportamentos do mercado, como o reconhecimento de oportunidade de localização devido sua acessibilidade, baixo valor de aluguel e infraestrutura.

Outro grande potencial a ser explorado nas relações cotidianas de sua vida pública são seus espaços de uso coletivo, tendo os lugares públicos papel fundamental no desenvolvimento de uma vida pública mais democrática, que acolha o grande número de usuários e sua diversidade. Remete-se a descrição de Frugoli Jr (2000) ao descrever seu trabalho sobre a centralidade em São Paulo:

Há uma enorme diversidade sociocultural nos espaços do Centro, complexa e conflitiva, sendo impossível reconstituí-la em sua totalidade, bastando aqui frisar seu forte caráter interclasses, em que membros das classes médias e altas que trabalham em empresas, escritórios e instituições cruzam cotidianamente com oriundos de classes populares, desde os que também trabalham e moram na região, até os milhares de usuários do transporte coletivo, em meio à ocupação já mencionada de seus espaços públicos para as atividades informais, isso sem tentar abarcar outros inúmeros usos ligados a consumo, entretenimento, lazer, etc. (FRUGOLI JR, 2000, p. 59).

Figura 61. Passagens e galerias comerciais existentes.
 Fonte: Elaboração de Karlos Rupf tendo como base VARGAS (1998) e COSTA (2010).

Legenda:

- 1 - Edifício Copan
- 2 - Edifício Itália
- 3 - Conjunto Zarvos
- 4 - Galeria Ipê
- 5 - Galeria Sete de Abril
- 6 - Galeria das Artes
- 7 - Galeria Metrôpole
- 8 - Edifício Esther
- 9 - Galeria Itapetininga
- 10 - Galeria Califórnia
- 11 - Galeria Lousã
- 12 - Galeria Nova Barão
- 13 - Galeria Itá e R. Monteiro
- 14 - Galeria Guataporá
- 15 - Grandes Galerias
- 16 - Galeria Presidente
- 17 - Galeria Boulevard
- 18 - Galeria Olido
- 19 - Praça das Artes
- 20 - Edifício Eiffel
- 21 - Estação de Metrô Anhangabaú

CAPÍTULO 3

LEITURA URBANA:

LUGARES PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares. Sob esse ponto de vista, as motricidades dos pedestres formam um desses “sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade”, mas “não têm nenhum receptáculo físico”. Elas não se localizam, mas são elas que espacializam.
(CERTEAU, 1998 p. 176)

O trabalho empírico consistiu em uma leitura urbana, meio pelo qual através da observação de campo se pode apreender as mediações - formas de relações do homem com o espaço da cidade através de suas representações - identificando-as e interpretando-as. Uma estratégia de legibilidade da experiência cotidiana.

Lucrécia Ferrara (1993) em sua proposta de leitura do ambiente urbano aponta o recorte seletivo de um fragmento do espaço como metodologia de leitura do lugar. Saindo da macroescala da cidade e aproximando-se da percepção do usuário urbano:

É o recorte desse fragmento urbano, combinado com a interpretação das associações por ele sugeridas, que permite que o macroespaço urbano mostre suas intimidades, suas forças e fraquezas que o transformam em lugar orgânico, dotado de força vital (FERRARA, 1993, p.39).

Para Ferrara (2000, p.124) não é possível ler a cidade no seu conjunto, pois é fenômeno orgânico em constante transformação. Deve-se ler os seus fragmentos, de forma comparativa, a fim de fazer emergir semelhanças e diferenças. A heterogeneidade da urbe pelos seus diversos ritmos, formas e experiências de seus usuários é responsável por essa fragmentação de lugares com suas particularidades “construídos a partir de relações e experiências socialmente produzidos”. Desse modo, a leitura é uma montagem de fragmentos de imagens do presente e de seus sentidos imaginários nutridos e atrelados à sua memória, seu passado. O recurso da fotografia possibilita essa leitura de exploração visual imediata, a captura de descontinuidades relacionadas com o cotidiano, que propiciam a percepção da cidade através da comparação de seus fragmentos espaciais e experienciais.

(...) a imagem dinamizada pelo imaginário encontra, na leitura, uma atividade cognitiva que parte da visualidade icônica para atingir as tramas criadas pelo uso, porém, essa montagem de imagens preenchidas de sentidos imaginários é autorizada logicamente pela dimensão viva e orgânica do cotidiano, responsável pela dimensão fenomenológica da cidade. Assim, a montagem que concretiza a leitura não é arbitrária, mas lógica, embora sem prescrições, códigos, normas ou gramática (FERRARA, 2000, p.126).

3. 1. A FORMA URBANA DO CENTRO DE SÃO PAULO

Dentro do capítulo 2, pôde-se retomar a memória das transformações sobre a forma urbana do centro, compreendendo sua atual configuração como resultado de seu passado e indicadora de seu futuro.

O Centro Histórico possui uma configuração geomorfológica singular sobre a qual se materializaram os ideais de uma cidade que crescia de modo acelerado no século XX. A condição da pequena colina, que abrigou o núcleo fundador da então vila, levou à necessidade de superar barreiras geográficas com seu crescimento populacional, sendo realizadas escolhas locacionais e uma estruturação do território em função de suas camadas de alta renda.

A sobreposição de edificações sobre um mesmo traçado e as consequências da ainda reduzida regulação de uso e ocupação do solo, configuraram um contínuo de construções nos alinhamentos junto às vias, sem recuos, quadras densamente construídas com ocupações quase que totais dos lotes. Com a evolução da legislação e uma maior regulação, estipulando recuos frontais e laterais, taxas máximas de ocupação e permeabilidade do solo, os bairros mais novos adquirem uma forma destacadamente diferente de seu Centro Tradicional.

As grandes obras de intervenção viária, a fim de facilitar a circulação de veículos na área e “modernizar” o seu traçado, também são índices da forma do centro que deixaram marcas principalmente em seus espaços públicos.

Outra característica de sua forma é a presença e diversidade de espaços públicos. Historicamente a preocupação de criação desses espaços, principalmente no final do século XIX e início do século XX, conformou um rico sistema de espaços livres composto por parques, praças,

largos, largas e estreitas vias. Muitos perderam sua qualidade ambiental por uma sucessão de intervenções urbanas (principalmente viárias) no seu entorno imediato ou por falta de gestão e manutenção. Mas é fato que esse sistema está ativo, e é enriquecido por lugares públicos construídos que vão desde edificações culturais e institucionais às galerias comerciais, cafés, bares e restaurantes.

A forma da cidade está em constante alteração e adaptação aos novos usos e demandas. No centro essas mudanças se dão através das poucas novas edificações que estão sendo erguidas e também de outras que são demolidas, mas em sua grande maioria ocorre com a adaptação das edificações existentes. Essas adquirem novas funções, mesmo que a princípio incoerentes com a forma para que foram concebidas, e a sociedade em sua dinâmica confere a essas formas novos valores e significados.

O edifício projetado para sede das indústrias Matarazzo na década de 1930 dá lugar à sede do Banco Banespa, e em 2004 é ocupado pela sede administrativa da Prefeitura Municipal de São Paulo. A dimensão simbólica que esse edifício adquiriu desde então atrai protestos e manifestações, com seu entorno imediato constantemente tomado por discussões de caráter político, com a presença de representantes dos mais diversos grupos sociais na luta por suas causas e direitos.

Já o edifício Alexandre Mackenzie, que foi erguido na virada do século XIX ao custo da demolição do Teatro São José, em 1929, passa a abrigar a sede da São Paulo Tramway Light and Power, e na década de 1990 é adaptado para receber um centro de compras, o Shopping Light.

Antigas edificações do Centro Histórico, que passaram a não ter uso com a transferência de interesses do mercado imobiliário durante a segunda metade do século XX, são reivindicadas para adquirirem novos usos com as ocupações dos movimentos de luta por moradia. Sendo que muitas dessas construções são de valor simbólico na memória do paulistano, como o Othon Palace Hotel, edificações de diferentes períodos históricos construídas para escritórios e sedes de instituições, e até mesmo a edificação do antigo Cine Marrocos, são ocupadas por centenas de famílias que lutam pelo direito de moradia.

3.2. UM PERCURSO

Durante o trabalho de campo diferentes percursos foram realizados a fim de apreender a área, ao percorrer as ruas do centro, pode-se deparar com sobreposições e coexistências urbanas e arquitetônicas, e do mesmo modo, com realidades sociais díspares, com a multidão e as astúcias do cotidiano. Práticas estranhas se misturam em ações triviais e de excepcionalidade.

Relata-se a seguir um dos percursos, trazendo a experiência do caminhar ao atravessar a colina histórica e seu traçado de herança colonial, o Vale do Anhangabaú e o Viaduto do Chá, até sua expansão, ao chamado Centro Novo.

64 **Figura 64.** Ocupação no edifício do antigo Othon Palace.
Foto da autora, 2014.

65 **Figura 65.** Indicação do percurso realizado.
Fonte: Elaboração de Karlos Rupf, 2014.

1

Praça da Sé

O percurso se inicia na Estação Sé do metrô, atual marco zero da cidade de São Paulo, a Praça da Sé foi ao longo dos anos alterada e redesenhada se tornando um grande espaço livre, composto por diversos subespaços: em escadarias, platôs, espelhos d'água, áreas secas e sombreadas.

Onde transeuntes da estação do metrô, que possui o maior tráfego de passageiros, misturam-se aos turistas, que além da própria praça vêm conhecer a catedral situada na mesma, aos fiéis frequentadores das atividades arquidiocesanas ou cotidianas da igreja, aos moradores de rua, usuários de drogas, pedintes, comerciantes informais, policiais, pregadores, trabalhadores, funcionários públicos, engraxates, músicos ou artistas de rua.

Espaço símbolo do caráter de pertencimento público que representa o centro da cidade, a praça acolhe todos os tipos de vivências que como em acordos invisíveis em relação a suas diferenças, coexistem.

A praça foi e é palco de grandes manifestações políticas da cidade, de festividades culturais e religiosas, e de uma variedade de eventos que também já fazem parte de seu cotidiano.

66

67

68

69

70

71

72

2

3

Rua Direita e Largo da Misericórdia

Em direção à Rua Direita, entra-se no tecido urbano decorrente do traçado colonial transformado em calçadas de pedestres, as estreitas vias do chamado triângulo histórico possuem edifícios de influências ecléticas, neoclássicas e modernas, seus térreos abrigam comércios e serviços e seus pavimentos superiores em quase a totalidade são salas comerciais.

A “parede contínua” de edifícios alonga a estreita via conformada por edificações de todo porte, desde sobrados aos grandes edifícios envidraçados, acompanhando o antigo traçado com seus toldos, marquises, esquinas chanfradas ou arredondadas que endossam e conformam o espaço, em um aspecto quase labiríntico de suas longilíneas ruas que ora se abrem em largo.

Chega-se ao Largo da Misericórdia, apesar de sua pequena dimensão o largo se articula como ponto nodal em que o entroncamento viário acumula pessoas em fluxo e, conseqüentemente, concentram mais comércio, vendedores informais, artistas de rua e pregadores.

Em meio à um rico pulular, o largo e um de seus lados dá lugar à Rua Álvares Penteado e de outro à Rua Quintino Bocaiúva. Inúmeros são os transeuntes que apressados passam, ou param a olhar as vitrines de comércio diversificado. Misturados aos vendedores ambulantes, os vendedores das lojas disputam clientes anunciando suas ofertas imperdíveis. A Rua Direita mantém seu posto ao longo da história de ponto de trocas comerciais.

73

74

75

Praça do Patriarca 4

76

77

78

A Rua Direita termina na Praça do Patriarca. Aqui o tecido contínuo de ruas pedestrianizadas do Centro Velho se abre, levando nosso olhar ao grande pórtico que marca a última intervenção na praça, que transformou toda sua área em piso para pedestres.

Sob a grande marquise no centro da praça, espaço de acontecimentos em sua sombra, está o acesso à Galeria Prestes Maia e ao Parque do Anhangabaú. Para além do pórtico se coloca o Viaduto do Chá e o Centro Novo, a superação da colina histórica e do rio Anhangabaú.

No amplo espaço que se abre, destaca-se o Edifício Matarazzo, atual sede da prefeitura, marcando uma monumentalidade rebatida do outro lado do viaduto pelo Teatro Municipal e o edifício do atual Shopping Light, logo atrás, um horizonte de altos edifícios se coloca.

Rua São Bento, Largo do Café e Praça Antônio Prado

A Praça do Patriarca também leva à Rua São Bento, em sua maioria composta por sobrados, a extensa rua comercial liga no horizonte o Convento de São Francisco e em outro extremo o Mosteiro de São Bento. Ao longo de sua extensão, seus térreos são quase que estritamente comerciais, com lojas e lanchonetes.

A rua se abre em largo, aqui o Largo do Café, de clara leitura triangular, tem sua pequena dimensão reforçada pelas paredes de edifícios que o delimitam e acentuam suas arestas, suas faces são tomadas em seus térreos por restaurantes e lanchonetes que utilizam parte de sua área com mesas e toldos.

Logo à frente a rua se torna praça, Praça Antônio Prado, o espaço arborizado de forma retangular abriga o edifício da Bolsa de Valores, e mesas são colocadas por um bar na praça que se torna sua extensão principalmente aos sábados. A praça também é ocupada por conjunto de quiosques com coreto, engraxataria, telefones públicos e banca de revista. Um de seus lados é marcado pelo emblemático edifício Altino Arantes, de outro, ao lado do edifício Martinelli, uma descida leva ao Parque do Anhangabaú e ao eixo da Avenida São João. Após mais uma quadra, chega-se ao Largo de São Bento.

79

80

81

82

83

84

Viaduto do Chá, Shopping Light e Praça Ramos de Azevedo

Voltando à Praça do Patriarca, na travessia do Viaduto do Chá e seu fundo de vale urbanizado, estamos sobre o grande espaço projetado para se tornar a sala de visitas entre a cidade velha e a cidade nova. Destacando seus envidraçados arranha-céus que no nível do parque não propiciam a integração um dia idealizada. Do outro lado do viaduto carros emergem do subsolo em meio a viadutos e grandes vias de fluxo rápido.

Chegando à Praça Ramos de Azevedo, o Teatro Municipal se destaca com suas escadarias como arquibancadas, convidando a observar o grande movimento de transeuntes. O espaço livre remete à Praça do Patriarca do lado oposto do viaduto, a não ser pelas vias que, mesmo com pouco fluxo de veículos, fragmentam o espaço. Em horário comercial a área é tomada por pedestres, músicos divulgando seu trabalho, vendedores ambulantes e moradores de rua sob as marquises dos edifícios.

85

86

87

88

89

90

91

11 12 Rua Barão de Itapetininga e Galeria Nova Barão

Seguindo o percurso chega-se à Rua Barão de Itapetininga, eixo principal do chamado Centro Novo, área marcada pelos calçadões de pedestres e seu intenso fluxo de usuários apressados. O traçado da parte nova da cidade fica claro com vias de largura mais generosa que permitem certa arborização.

Delimitada por construções diversas e edifícios-galeria, ora o meio de uma quadra vira estreita rua comercial, ao se entrar na Galeria Nova Barão, mais à frente uma variedade de edifícios possibilitam “cortar caminho” para as ruas adjacentes descobrindo novas vitrines. Ao final da rua o conjunto verde de grandes árvores anuncia a Praça da República.

92

93

94

95

96

97

Praça da República, Av. Vieira de Carvalho e Largo do Arouche

Ao atravessar a Avenida Ipiranga chega-se à generosa área arborizada da Praça da República, daqui, corta-se caminho para as Avenidas Vieira de Carvalho ou São João. Um grande grande fluxo de pessoas se desloca à estação de metrô República e a praça oferece uma parada para desfrutar de sua área sombreada e observar de suas pequenas pontes as fontes d'água.

Seguindo o eixo através da praça, passa-se pela Escola Municipal de Ensino Infantil, chegando à Avenida Vieira de Carvalho. A via se comporta como agradável bulevar, sob os paus-ferro (*Caesalpineia ferrea leiostachya*), ocorre no térreo dos contínuos edifícios um comércio diverso com cafés, bares, boates e restaurantes. Já os pavimentos superiores em boa parte têm uso residencial, além de alguns hotéis.

Chega-se por fim ao Largo do Arouche. O antigo largo, igualmente arborizado, aparenta um tempo mais lento, de bairro com perfil também residencial. Parte do espaço da praça é ocupado pelo Mercado de Flores, e ao seu redor há mais alguns restaurantes, comércios, sedes de instituições como a da Academia Paulista de Letras, hotéis e edifícios residenciais. No largo, transeuntes passam e realizam pequenas pausas, também há moradores e hóspedes das imediações a observar ou conversar.

98

99

100

101

102

103

3. 3. LEITURAS URBANAS

Dentro da investigação empírica e percursos realizados foram definidos quatro casos considerados representativos para estudos de campo mais aprofundados: o Largo do Café, a Praça Ramos de Azevedo, a Galeria Nova Barão e a Praça da República. A escolha se deve à diversidade espacial desses lugares, propiciada por diferentes escalas de desenho e contexto, tendo como premissa a conectividade dos mesmos dentro de percursos cotidianos no centro e certa potencialidade para o incremento da qualidade de vida pública em seus espaços.

O Largo do Café, de menores dimensões, surge do traçado colonial no chamado triângulo histórico e adquire sua configuração atual com a implantação dos calçadões de pedestres em 1976, nesse momento foi unificada sua pavimentação dentro de uma extensão de ruas pedestrianizadas.

A Praça Ramos de Azevedo nasce com o Teatro Municipal, junto com sua concepção surge a então Esplanada do Teatro, tratada posteriormente como jardim incorporado ao projeto do Parque do Anhangabaú. Após sua implantação as ruas definidas ao seu redor e a esplanada ganham o nome de Praça Ramos de Azevedo em homenagem ao importante arquiteto paulista que participou da construção do teatro.

A Galeria Nova Barão surge na década de 1960, em um momento em que a arquitetura moderna se instalava no Centro Novo. Dentro do conceito de edifício que absorve diversas funções urbanas, difundido em variadas galerias comerciais que surgiram nesta década. Destaca-se por incorporar o conceito de “rua comercial” à céu aberto, que além de comércios e serviços abriga as funções de moradia e escritórios.

Por fim, a Praça da República, de maiores dimensões, recebeu sua atual configuração de inspirações românticas em 1905, e no final da década de 1970 com a implantação da Estação de Metrô República tem incorporado ao seu desenho o edifício Caetano de Campos e a Rua Sete de Abril.

A leitura desses lugares teve como referência procedimentos de método de Alex (2004) empregados em sua análise de praças paulistas. Sun Alex se apoiou em metodologia de avaliação pós-ocupação, com análises que consideravam uma breve contextualização histórica, seguida de aproximações em diferentes escalas dos casos estudados, utilizando o desenho como ferramenta de investigação.

Como base para as leituras foram utilizadas imagens de satélite do Google, capturadas entre os anos 2012 e 2014, o Mapa Digital da Cidade (MDC) em sua última versão (ano 2006) disponibilizada durante o desenvolvimento da pesquisa. Em sua maioria, as bases de desenho dos estudos de caso são desatualizadas ou inexistentes, sendo assim, foram complementadas através de observação e representação em campo, sem o intuito de uma precisa locação de seu desenho e sim de propiciar a análise da forma e apropriação destes espaços.

De modo complementar aos desenhos foram realizados levantamentos fotográficos em períodos do ano, dias da semana e horários diversos, além de registros ocasionais. A fotografia também consiste na principal ferramenta para a sistematização dos usos e apropriações do espaço, possibilitando o registro das ações em seu contexto real para posterior análise. Segundo Ferrara (1993):

(...) assim como se transforma um espaço em lugar, também se transforma uma imagem, uma foto em retrato que evidencia as variantes de uma percepção e a interpretação possível de um ambiente urbano; essa operação de inferências não é simples exercício impressionista, mas é resgatada daqueles retratos que, combinados, revelam aquela força vital, aquele organismo de que falamos. Do espaço ao lugar, o processo bilateral entre a cidade e seu usuário. (FERRARA, 1993, p.39)

Os estudos de William Whyte (1980) também são referências para as observações e sistematizações dos usos e apropriações. Para Whyte o que mais atrai pessoas em um espaço público é a presença de outras pessoas, uma boa diversidade de usuários incluindo diversas faixas etárias, proporção entre homens e mulheres, casais e grupos são indicativos da qualidade de um lugar.

Para a leitura do sistema de ações foram realizados mapeamentos e anotações em campo em dias e horários distintos a fim de capturar diferentes e recorrentes situações. Ocorreram breves conversas com usuários dos lugares e pessoal de manutenção quando se faziam oportunas, mas estas não devem ser consideradas parte da metodologia que se baseia na observação e registro das ações.

Desse modo, para essa leitura foram consideradas:

1) Acessibilidade e atratividade em relação a sua inserção urbana: condições de acesso a um lugar através de transporte público, de seu traçado e suas conectividades, da diversidade de sua estrutura urbana e de seus usos (defendida por Jane Jacobs como essenciais às cidades);

2) Uso e ocupação do solo de seu entorno;

3) Permeabilidades: relações de troca com seu entorno mais imediato e seus principais fluxos;

4) Sistema de objetos e sistema de ações: baseando-se na conceituação de Milton Santos, são o conjunto indissociável que forma o espaço, o suporte físico projetado ou não e as ações humanas, que interagem em constante dinâmica e alteração. Através da leitura urbana desse sistema interescalar busca-se apreender relações do homem com o espaço cotidiano do centro da cidade.

104 **Figura 104.** Mapa com percurso realizado e localização dos estudos de caso.
Escala 1:10.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

- 1 - Praça da Sé
- 2- Largo do Arouche
- 3- Largo São Bento
- 4- Largo de São Francisco
- A- Largo do Café
- B- Praça Ramos de Azevedo
- C - Galeria Nova Barão
- D- Praça da República

LARGO DO CAFÉ

105 **Figura 105.** Pormenor da Planta da Cidade de São Paulo levantada pelo engenheiro militar Rufino José Felizardo da Costa, datada de 1807/1810. Na parte inferior o Vale do Anhangabaú. Reprodução das plantas históricas publicadas durante o IV Centenário.

Sobre ela foram traçados os seguintes percursos:

- em vermelho, o da antiga trilha que ligaria a aldeia de Jeribatiba, ao sul, à Piratininga a noroeste;
- em azul claro, o desvio a ser feito por aqueles que se dirigiam para o norte, depois de aberta a Rua São Bento por volta de 1636;
- em azul escuro, o percurso feito por aqueles que, vindos do litoral, quisessem se dirigir para o norte, passando pela Ponte do Marechal, construída entre 1786-1788, depois substituída pela ponte de mesmo nome projetada em 1809 por Daniel Pedro Müller (que é a representada na planta).

Fonte: CAMPOS, 2009.

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Desde a primeira planta da cidade de São Paulo (1810), pode-se observar nas referências ao antigo traçado colonial do triângulo histórico um pequeno largo conformado pelas então chamadas Rua São Bento, Rua do Comércio (atual Rua Álvares Penteado), Beco do Inferno (atual Rua do Comércio) e Beco da Lapa (atual Rua Miguel Couto). Por ali passava importante rota para saída da cidade.

De acordo com estudos do Arquivo Histórico sobre antigos caminhos paulistanos, a antiga trilha indígena que ligaria Jeribatiba, ao sul, à Piratininga a noroeste percorria o traçado de vias públicas atuais da área central, entre elas a Rua Álvares Penteado (CAMPOS, 2009).

Com a abertura da Rua São Bento, em meados do século XVII, os viajantes que por ali passavam viravam à esquerda atravessando a ponte do Açú sobre o leito do Ribeirão Anhangabaú para a região além Tietê. O então denominado Beco da Lapa, uma picada transversal da Rua São Bento, servia de atalho para o percurso. O trajeto de saída da cidade foi alterado no final dos setecentos, e o Beco da Lapa recuperaria sua notoriedade ao ser erguido em um lote, de esquina com a Rua São Bento, o Grande Hotel.

A então Rua do Comércio levava o nome pelo intenso comércio de utilidades de toda a espécie que abrigava entre os séculos XVIII e XIX. O pequeno largo que se forma pelo encontro das vias era chamado no século XVIII de Canto da Lapa, que junto ao Largo do Carmo era local de venda de peixes. Posteriormente passa a se chamar Largo do Comércio, e finalmente com o ápice da cultura do café passa a ser ponto de compra e venda do produto, em uma espécie de bolsa informal do café ao ar livre, até que em 1914, é instituída a Bolsa Oficial do Café,

em Santos.

Em 1878, foi inaugurado o então mais moderno e luxuoso hotel do país, no estilo dos melhores hotéis europeus. Desde sua inauguração o beco passa a se chamar Travessa do Grande Hotel. Naquele momento a cidade de São Paulo, sobre efeitos da economia do café, ampliava seus horizontes não apenas econômicos mas também físicos, sociais e culturais. Mas, no início do século XX o hotel já não ocupava o posto de mais luxuoso da cidade, e por volta de 1910 usava como filial um edifício projetado em 1907 por Oscar Kleinschmidt no Largo do Café.

O edifício de três pavimentos na Rua Miguel Couto, antiga Travessa Grande Hotel, abrigou o luxuoso Grande Hotel (desde 1897), uma casa de pensão (1900) e posteriormente funções comerciais e financeiras (1920). Foi demolido na década de 1960, e substituído por edifício envidraçado.

Dois dos edifícios do Largo já foram sede do antigo Banco do Comércio e Indústria (COMIND), hoje um deles abriga uma faculdade (UNIESP) e outro desde 1985 é a sede da BOVESPA.

O largo teve sua configuração alterada em 1976, quando foi executado o projeto de pedestrianização de vias pela Emurb (Empresa Municipal de Urbanização), tornando o largo e as ruas que para ele convergiam em passeios de pedestres. Seu espaço hoje é conhecido pelos seus cafés e bares, ponto de encontro após o horário comercial.

106 **Figura 106.** Largo do Café (1843-1928). Fonte: CAMPOS, 2009.

107 **Figura 107.** Vista do Largo do Café, em 1936. Fonte: PMSP, 2012.

108 **Figura 108.** Largo do Café em 1954. Disponível em:
< <http://www.ontemsaopaulo.tumblr.com>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CONTEXTO - ACESSIBILIDADE E ATRATIVIDADE

O pequeno largo com origens na cidade colonial está inserido dentro do triângulo histórico, em uma rede de pequenos e conectados espaços livres testemunhas das mudanças de desenho e ocupação do traçado da cidade.

109

110 **Figura 110.** Contexto geral, Largo do Café. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem do Google Earth, 2014.

Dentro de um traçado irregular, está na convergência de duas importantes vias: a Rua São Bento (Eixo que liga o Mosteiro de São Bento e a Igreja de São Francisco) e a Rua Álvares Penteado. Além das duas citadas, convergem para o largo a Rua do Comércio e a Rua Dr. Miguel Couto, sendo no total 4 vias, todas exclusivas para pedestres.

O largo mantém sua função articuladora dos espaços livres fazendo parte do eixo do Largo de São Bento (movimentada praça de saída do metrô), Praça Antônio Prado (acesso ao Bulevar São João e Anhangabaú), Praça do Patriarca (acesso ao Viaduto do Chá e Praça Ramos de Azevedo), Praça Ouvidor Pacheco e Silva e Largo de São Francisco. A estreita Rua Dr. Miguel Couto dá acesso direto às escadarias que levam ao Parque do Anhangabaú. Bem próximo estão o Pátio do Colégio e a Praça da Sé.

A presença nas imediações da Estação de Metrô São Bento e, mesmo mais adiante, a Estação Praça da Sé movimenta grande fluxo de pedestres na área que se deslocam para o comércio especializado das Ruas Florêncio de Abreu e 25 de Março, para os edifícios institucionais, culturais, comércios e serviços das imediações. O acesso via ônibus e outros veículos motorizados ocorre pela Rua Líbero Badaró, passando pela travessa Rua Dr. Miguel Couto; outra possibilidade também próxima é a Rua Boa Vista.

111 **Figura 111.** Mapa Contexto, Largo do Café. Escala: 1/5.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

1 - BOVESPA	11- Prefeitura Municipal de São Paulo
2 - Edifício BANESPA	12- Acesso Estação de Metrô Anhangabaú
3 - Edifício Martinelli	13 - Shopping Light
4 - Mosteiro de São Bento	14 - Teatro Municipal de São Paulo
5 - Acesso Estação de Metrô São Bento	15 - Praça das Artes e Conservatório
6 - Pátio do Colégio	16- Centro Cultural dos Correios
7 - Centro Cultural Banco do Brasil	17- Igreja Nossa Senhora do Rosário
8 - Acesso Estação de Metrô Sé	18- Galeria Olido
9 - Faculdade de Direito da USP	19- Biblioteca Mário de Andrade
10 - Igreja Santo Antônio	20- Secretaria Estadual de Educação

TECIDO URBANO - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O uso do solo no entorno do largo é quase que exclusivamente comercial, de serviços e institucional. É relevante o número de edifícios que abrigam órgãos públicos e outras instituições. Destaca-se também na Rua Álvares Penteado um complexo universitário da UNIESP que movimenta grande número de estudantes durante o dia e à noite na área.

Até o momento do último levantamento, realizado em janeiro de 2015, havia 3 edifícios com seus térreos comerciais funcionando e pavimentos superiores ocupados por movimentos de luta por moradia. As ocupações de antigos edifícios que não foram programados para uso residencial acabam por gerar novas dinâmicas em seu entorno.

Estas estão presentes em todas as áreas estudadas e possuem um grande número de famílias com crianças, o que traz um perfil pouco presente na maioria desses lugares, em que residem, em sua maioria, jovens sem filhos ou pessoas de mais idade. Sendo que no triângulo histórico o número de moradias é praticamente nulo. Essas mudanças de usos na área são observadas principalmente em fins de semana e feriados, quando há a presença de crianças brincando pelas ruas, ou ocorre uma confraternização do “condomínio” também na rua.

As quadras irregulares são totalmente adensadas, praticamente sem ocorrência de terrenos vagos. A maior parte das edificações possui mais que 5 pavimentos não havendo grande unidade volumétrica no que tange aos gabaritos. Há unidade - continuidade - no nível do chão, dos pedestres, esta acontece por setores em trechos das vias, como a Rua São Bento com edificações mais baixas (em boa parte com edificações em torno de 3 pavimentos) e a Rua Álvares Penteado com edificações mais altas (predominantemente acima de 5 pavimentos). Observa-se que as edificações mais altas estão localizados nas bordas mais externas ao “triângulo”.

PERMEABILIDADES

O largo se conforma pela junção de duas importantes vias (São Bento e Álvares Penteado) e de uma travessa da Rua 15 de Novembro. Espaço de fluxos que se alarga tem traçado típico de pequeno espaço livre colonial, nó de eixos, em que ocorrem trocas comerciais.

A manutenção do antigo e estreito traçado histórico garante uma continuidade espacial em suas fachadas, preservada pela implantação dos calçadões que propiciou a continuidade de seus pisos. Altamente interligado ao traçado, seu espaço livre de “obstáculos” se configura como espaço de passagem, sendo que boa parte de sua área está ocupada quase que permanentemente por mesas e jardineiras (à noite e fins de semana fora do horário de expediente são recolhidas) dos restaurantes que se abrem para o largo.

Os eixos que dão para o largo apresentam algumas obstruções visuais, como a presença de toldos que protegem as áreas de mesas, voltados para a Rua São Bento e Rua do Comércio, assim como, a presença de banca de revistas na chegada da Rua Álvares Penteado. Na Rua do Comércio mesas estrangulam o acesso ao largo.

O maior fluxo de pedestres ocorre no eixo da Rua e Metrô São Bento, seguido pela Rua Álvares Penteado. O fluxo de transeuntes se mantém intenso durante todo o período de atividade comercial, e continua, mesmo que de modo reduzido, até o horário de funcionamento do metrô.

114 **Figura 114.** Diagrama de fluxos, Largo do Café. Escala: 1/1.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

- Fluxo intenso de pedestres
- Fluxo médio de pedestres
- Banca de revistas
- Telefone público
- Barreira/gradil

115

Figura 115. Cortes das Ruas São Bento, do Comércio e Álvares Penteado. Escala 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

SISTEMA DE OBJETOS

Apesar de definido pelo traçado de suas ruas, o que delimita o largo são os edifícios que o cercam. Sua forma irregular, com passeios chegando em ângulos acentuados, cria uma definição precisa de seus limites, dados pelas construções sem afastamento frontal e lateral que criam planos verticais contínuos interrompidos apenas pelas vias.

O largo, com uma única configuração espacial contínua no nível do chão é delimitado por um edifício de 3 pavimentos e outros três edifícios com mais de 8 pavimentos. Essa configuração faz com que na maior parte do dia esteja sombreado pelos próprios edifícios.

Sua área apropriável aos transeuntes se restringe com o uso dos restaurantes, que se abrem para o largo inserindo mesas e jardineiras “delimitadoras” de seus espaços. Outros elementos presentes são um totem de informações turísticas sobre o lugar e conjuntos de telefones públicos.

117 **Figura 117.** Representação esquemática, proporção de altura dos edifícios e largura do largo. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

118 **Figura 118.** Conformação do sistema de objetos, Largo do Café. Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza - Área acessível aos transeuntes

119 **Figura 119.** Cortes longitudinal e transversal do Largo do Café. Escala: 1/200.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

122 Rua São Bento

123 Largo do Café

124 Rua Dr. Miguel Couto

125 Rua Álvares Penteado

126 Largo do Café

127 Rua do Comércio

SISTEMA DE AÇÕES

DIFERENTES HORÁRIOS E PERÍODOS DO ANO

Os bares, restaurantes e lanchonetes no entorno do largo garantem a presença de usuários durante todo o horário comercial. Inclusive no período noturno onde colegas se encontram após o expediente de trabalho ou após as aulas das unidades de ensino superior no entorno. O colocar e recolher de mesas e jardineiras ocorre de domingo a domingo. Aos fins de semana para acompanhar o almoço ocorrem apresentações de chorinho debaixo dos toldos dos restaurantes. Os toldos dão conta de proteger usuários dos estabelecimentos da chuva e das não tão longas horas de sol.

128

129

Figura 129. Conformação do sistema de ações, Largo do Café.
Escala: 1/500. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza claro - Área acessível ao transeunte

x - mulheres em pausa/permanência

o - homens em pausa/permanência

xo - casais em pausa/permanência

PASSAGENS E PERMANÊNCIAS

As ações que ocorrem no largo o configuram como espaço de conexão de fluxos de pedestres que circulam na área e de permanência relacionada ao consumo dos restaurantes e cafés. Já que boa parte de sua área fora do fluxo de passagem é ocupada pelas mesas dos restaurantes, restam poucos espaços que possibilitem uma pausa breve que não seja para consumo do cardápio.

A grande maioria dos frequentadores são pessoas em passagem que realizam breves permanências: para um encontro, observar o car-

dápio ou a vitrine da banca de revistas, uma conversa que se prolonga após o almoço, uma pausa para conversar ao celular, ou para fumar um cigarro. As permanências observadas ocorrem brevemente em torno das jardineiras móveis, ou no espaço abrigado do fluxo de pessoas entre a banca de revistas e área de mesas.

O largo possui boa diversidade de usuários que são transeuntes em pausa para frequentar desde as lanchonetes e carrinhos de lanche da esquina da Rua São Bento, aos restaurantes voltados aos funcionários

130

das instituições do entorno, turistas e estudantes universitários. A ausência de uso habitacional no entorno imediato faz com que fora do horário de funcionamento dos estabelecimentos o uso seja muito reduzido.

Observou-se uma equilibrada proporção entre homens e mulheres, e relevante presença de casais. Mas a apropriação de restaurantes do espaço público do largo cria certo controle privado sobre sua área e acaba por controlar também a diversidade de seus usuários, intimidando a permanência de quem não irá consumir.

131

132

OUTROS USOS

O intenso fluxo e movimento do pequeno largo dificulta a permanência de desocupados ou moradores de rua, estes praticamente não foram observados (exceto quando os estabelecimentos estão fechados e quase não há movimento de transeuntes).

Quanto aos usos informais do espaço, na Rua São Bento são encontrados vendedores ambulantes que com poucos expositores móveis permanecem em meio ao fluxo de pessoas da via. Foi registrada também a presença de engraxate em espaço oportuno no estreito plano de encontro de fachadas do edifício da BOVESPA.

133

EVENTOS

Em períodos de festividades o largo é utilizado como espaço de eventos como shows, projeções de imagens e apresentações de performances artísticas, está sempre incluído no circuito de espaços da Virada Cultural, e foi incluído em outros eventos culturais como o “SP na Rua” em 2014.

134

PRAÇA RAMOS DE AZEVEDO

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Instalada no antigo Morro do Chá, a Praça Ramos de Azevedo nasce com o surgimento do Teatro Municipal. A região até o final do século XIX, conhecida como Morro do Chá, fazia parte da chácara do Barão de Itapetininga e tinha em sua parte escarpada, em direção ao vale do Ribeirão Anhangabaú, casas e cortiços. Com a inauguração do Viaduto do Chá, em 1892, a área é ligada à cidade.

Em 1903, os arquitetos Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Domiziano Rossi e o cenógrafo Claudio Rossi iniciam as obras do Teatro Municipal aproveitando o terreno com frente para a Rua Barão de Itapetininga e lateral para uma esplanada com projeto de ajardinamento. Já havia na área da encosta do Morro do Chá o Teatro São José (até 1925 quando a Companhia Light adquiriu o terreno para a construção de sua nova sede).

O edifício do teatro se inspira na Ópera de Paris, de estilo eclético com ornamentos renascentistas e barrocos, e ocupa 3.609m² do retângulo de 86x42m no quarteirão formado pela Rua do Teatro e a Rua Formosa. Possui 7 pavimentos, sendo 1 subsolo, dividido em 3 corpos. O teatro além de palco de espetáculos musicais recebeu tradicionais bailes de carnaval e manifestações vanguardistas artísticas com a Semana de Arte Moderna de 1922. Em plena ditadura o povo usava suas escadarias para protestar contra o custo de vida, o desemprego e os desmandos da polícia política. (CAMARGOS, 2011)

Duas décadas depois a área conformada pela implantação do teatro se consolida como a mais nobre do centro e é marcada por conjunto arquitetônico de padrões elevados como o Edifício Glória na década de 1920, o Hotel Esplanada (1923) e a sede da Light & Power (1926). Em

136

Figura 136. Representação da área em que é implantado o Teatro Municipal e Praça Ramos de Azevedo: Imagem acima no período de 1892-1910, quando havia apenas o Teatro São José (em azul); imagem abaixo no período de 1911-1937, já com o teatro e sua esplanada. Fonte: ICI, 1994.

1928 o espaço no entorno do Teatro Municipal e seu logradouro passam a se chamar Praça Ramos de Azevedo. Em 1939 é inaugurada na praça a Casa Anglo-Brasileira S. A., antigo Mappin (com perfil modificado, mais popular, da loja para as elites).

Junto ao projeto do teatro foi prevista uma esplanada, ambos inaugurados em 1911. Em 1922 são inseridas uma fonte e o conjunto escultórico composto por 12 peças de autoria de Luigi Brizzolara “Monumento a Carlos Gomes”. A Esplanada do Teatro projetada pelo engenheiro Vitor Silva Freire integrava o plano do conjunto urbanístico do Parque Anhangabaú de Joseph Bouvard, e teve parte de seu projeto alterado com a construção do novo Viaduto do Chá (1938) (CAMARGOS, 2011).

Em 1977, o projeto de reurbanização do centro realizado pela EMURB implanta os calçadões de pedestres, alargando também as calçadas da praça. O projeto elimina fluxos de tráfego de veículos da Rua Conselheiro Crispiniano e o reduz na Praça Ramos de Azevedo, deixando uma via estreita para contorno e tráfego de veículos; desse modo diminuiu a poluição sonora e do ar, protegendo fachadas e ampliando as áreas de pedestres. (PMSP, 1979)

O vão edificado embaixo do Viaduto do Chá com entrada pela lateral dos jardins da Praça Ramos passou a abrigar o Museu do Teatro Municipal (ao final de 2014 encontrava-se fechado) e a Escola Municipal de Bailado, atual Centro de Referência da Dança. Em 1992 a área ajardinada de declive se integrou ao novo tratamento do vale, tornando-se área de circulação e lazer de pedestres.

137

Figura 137. Representação da área em que é implantado o Teatro Municipal e Praça Ramos de Azevedo: Imagem acima anos de 1938-1977, com o novo viaduto e desenho da Esplanada alterado; imagem abaixo anos de 1978-1992, com calçadões de pedestres e último projeto do Vale. Fonte: ICI, 1994.

138

139

140

Figura 138. Teatro Municipal com mesas do café do teatro na lateral do edifício, de frente para sua esplanada, 1920. Fonte : Acervo Instituto Moreira Salles.

Figura 139. Esplanada do Teatro após a implantação do projeto do Parque Anhangabaú de Joseph Bouvard. Destacam-se o Teatro Municipal e o Hotel Esplanada. Fonte : Acervo Instituto Moreira Salles.

Figura 140. Café do Teatro Municipal voltado para o Vale do Anhangabaú, antes da instalação do Monumento a Carlos Gomes. Fonte : CHAMIE, 1981.

CONTEXTO - ACESSIBILIDADE E ATRATIVIDADE

Sem uma delimitação claramente definida, sob a nomenclatura “Praça Ramos de Azevedo” está configurado o espaço livre do entorno imediato ao Teatro Municipal com os logradouros que o circundam e a área ajardinada em declive ao lado do teatro (um dia chamada de sua

141

142 **Figura 142.** Contexto geral, sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.

esplanada). Conformam-se desse modo duas praças: uma “praça alta” (integrada continuamente ao traçado urbano) e uma “praça baixa” (integrada continuamente ao Parque do Anhangabaú). Praça do Teatro, o edifício é elemento dominante em todo seu espaço.

Todo o conjunto forma um amplo espaço livre de caráter simbólico, átrio de entrada para o chamado Centro Novo, abrindo a perspectiva para o Vale do Anhangabaú e Viaduto do Chá sendo a conexão entre a Cidade Velha e Cidade Nova. Dentro de um importante eixo, que liga desde a Praça da Sé ao Largo do Arouche, articula fluxos dos espaços livres do entorno, por ela passa grande número de pedestres em deslocamentos funcionais para o comércio e serviços da área.

Possui importantes atrativos culturais da cidade e diversa oferta de modais de transporte público: estações de metrô e linhas de ônibus para os terminais do entorno (Terminal Bandeira, Terminal na Praça Pedro Lessa, Parque Dom Pedro, Amaral Gurgel, entre outros). A proximidade da Estação de Metrô Anhangabaú é responsável por boa parte do alto e constante fluxo de transeuntes, quase tão próxima está a Estação República.

Convergem para a praça 6 vias, sendo elas: o Viaduto do Chá, Rua Coronel Xavier de Toledo, Rua Conselheiro Crispiniano, Rua Barão de Itapetininga, Rua 24 de Maio e a própria Rua Praça Ramos de Azevedo que liga ao Vale do Anhangabaú.

Além do Parque do Anhangabaú seus percursos dão acesso direto à Praça da República, Largo do Paissandú, Praça do Patriarca e Largo da Memória, entre outros lugares públicos nas imediações.

O objeto dessa leitura é a configuração aqui chamada de “praça alta” que está diretamente integrada ao traçado urbano. Nas escalas de inserção urbana e integração com o entorno, inclui-se a Esplanada

do Teatro pela sua indivisibilidade simbólica e presença como conjunto Praça Ramos de Azevedo. Já nas escalas de análise do sistema de objetos e sistema de ações, os jardins não são incluídos pela sua reduzida participação nos usos do espaço livre do entorno do teatro.

143

Figura 143. Mapa Contexto, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/5.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

1- Teatro Municipal de São Paulo	12 - Centro Cultural Banco do Brasil
2- Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento	13- BOVESPA
3 - Shopping Light	14- Edifício BANESPA
4- Loja Casas Bahia (antigo Ed. Mappin)	15- Edifício Martinelli
5- Secretaria Estadual de Educação	16- Acesso Estação de Metrô São Bento
6- Biblioteca Mário de Andrade	17- Mosteiro de São Bento
7- Acesso Estação de Metrô Anhangabaú	18- Centro Cultural dos Correios
8- Prefeitura Municipal de São Paulo	19 - Praça das Artes e Conservatório
9 - Igreja Santo Antônio	20- Igreja Nossa Senhora do Rosário
10- Faculdade de Direito da USP	21- Galeria Olido
11- Pátio do Colégio	22- Acesso Estação de Metrô República

TECIDO URBANO - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O uso do solo predominante na área é comercial e de serviços, seguido pela presença de sedes de instituições e de usos culturais. Há uma pequena presença de edificações residenciais no entorno imediato, foram mapeadas 3 edificações com uso residencial sendo uma delas uma reprogramação de uso em fase de entrega pelo programa Minha Casa Minha Vida na Rua Conselheiro Crispiniano.

Chama a atenção o número de edifícios, que no momento do último levantamento de campo, em janeiro de 2015, estavam “ocupados” por famílias dos movimentos de luta por moradia. Foram mapeadas 6 edificações que em sua maioria mantêm seus térreos comerciais funcionando e seus pavimentos superiores sem uso. Destaca-se também a presença de unidade de ensino superior no entorno, a unidade da UNIESP Centro Novo.

RESIDENCIAL	INSTITUCIONAL
COMERCIAL/SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES DE ENSINO
USO MISTO	GARAGENS, TERRENOS OU EDIFÍCIOS VAGOS

A área apresenta alto adensamento interrompido pelo extenso espaço livre do Vale do Anhangabaú, em sua maioria as edificações possuem um gabarito maior que 10 pavimentos, com bem poucas edificações abaixo de 5 pavimentos ou terrenos sem edificação. Aqui se destaca a quadra atrás do edifício do teatro que está em processo a implantação da Praça das Artes e Conservatório, com uma grande reprogramação dos lotes e novas edificações que prezam pelo solo livre e de uso público, o complexo foi em parte inaugurado no final de 2012.

SEM EDIFICAÇÃO
1 A 4 PAVIMENTOS
5 A 12 PAVIMENTOS
ACIMA DE 12 PAVIMENTOS

0 25 50 100m

PERMEABILIDADES

Passar pelo amplo espaço livre é quase que obrigatório para os principais deslocamentos entre o Centro Velho e o Centro Novo. A “praça baixa”, Esplanada do Teatro, em suave declive é conformada por grandes canteiros ajardinados com árvores de porte e marcado pelo eixo de palmeiras imperiais que são referencial na paisagem do Vale do Anhangabaú.

A praça ajardinada ao ser conectada ao desenho do Parque do Anhangabaú não teve uma real integração de seus desenhos, de modo que para o fluxo diário dos transeuntes, seus canteiros se tornam empecilhos; é frequente observar pessoas atravessando os mesmos para “cortar” caminho.

Dentro do projeto do Anhangabaú a praça incorporada também se configura como “área verde” com a presença de espécies vegetais de diferentes portes e áreas sombreadas, tornando-se convidativa para a pausa em horários e dias quentes para quem se desloca pelo vale. Sua ligação com a parte alta se dá por um largo caminho rampado ou pelas escadarias junto à fonte. Já na parte alta, o patamar de acesso às escadarias parte do Monumento à Carlos Gomes e se configura como mirante para os jardins e o vale.

A configuração distinta das duas áreas (a praça livre e o jardim) tem sua separação reforçada pela diferença de altura entre as duas, quando se está em uma a conexão com a outra é distante, apenas visual. Estando próximo ao teatro e ao Monumento à Carlos Gomes as expressivas palmeiras marcam que ali está a Esplanada do Teatro, mas dependendo da posição que se está ela inexistente.

Permanecendo no jardim, o edifício do teatro se impõe ao fundo,

146 **Figura 146.** Diagrama de fluxos, Praça Ramos de Azevedo. Escala: 1/1.000. Fonte: Autora, 2014.

Legenda:

- Permanência
- Permanência nas escadarias do teatro
- Artistas de rua
- Ponto de ônibus
- Fluxo intenso de pedestres
- Fluxo médio de pedestres
- Fluxo menor de pedestres
- Ciclovia

deixando clara a relação do monumento e sua fonte com a edificação, mas sua participação se restringe à composição da cena. Não é possível interagir com os acontecimentos da “parte alta”, apenas com a presença da edificação do Municipal.

Já na “praça alta”, apesar de praticamente plana, não há uma continuidade das largas calçadas que circundam o teatro. Durante o processo de implantação dos calçadões em 1977, manteve-se uma estreita via de veículos que interrompe a continuidade espacial deixando o teatro em uma espécie de “ilha viária”.

O fluxo de veículos mais intenso se concentra na lateral voltada para o vale e nos fundos do teatro, por onde passam linhas de ônibus. Consequentemente, quando se está nessa lateral do edifício a ligação entre a parte alta e parte baixa do vale fica prejudicada, tanto fisicamente como visualmente. Já em frente ao teatro e na sua lateral voltada para os edifícios o movimento de veículos é reduzido (serve apenas de retorno), predominando o fluxo de pessoas sobre o de veículos mesmo sem a continuidade das calçadas.

O fluxo de pessoas mais intenso passa pela Rua Barão de Itapetininga (indo e vindo da direção da Estação de Metrô República) em direção ao Viaduto do Chá, seguido pelo fluxo que chega da Rua Coronel Xavier de Toledo pela Estação de Metrô Anhangabaú em direção ao Viaduto e Rua Barão de Itapetininga. Nos horários de grande movimento (almoço, início e fim de expediente) o fluxo de pessoas dos edifícios voltados para o Vale do Anhangabaú é maior na rua lateral ao jardim da Esplanada, ocorrendo também pelo meio do jardim.

Em 2014, foi implantada uma ciclovia que passa em frete ao Teatro Municipal em direção ao Viaduto do Chá, Rua Xavier de Toledo e Largo do Paissandú.

SISTEMA DE OBJETOS

As edificações de grande porte marcam e delimitam a praça ao redor do Municipal, tem especial presença o edifício construído para a Mappin Stores em que hoje funciona a loja Casas Bahia, o edifício envidraçado na esquina da Rua Barão de Itapetininga (no qual funciona a Companhia de Engenharia de Trânsito- CET), o edifício construído para o antigo Hotel Esplanada (hoje abriga a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) e o edifício do Shopping Light (Antiga sede da empresa Light São Paulo). Em um de seus lados a praça se abre para o Viaduto do Chá e Parque do Anhangabaú, os altos edifícios do outro lado do vale, impõem-se visualmente ao final do viaduto fechando o ambiente da praça.

149 **Figura 149.** Representação esquemática dos limites visuais do espaço. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

A implantação do edifício do Teatro Municipal configura quatro subespaços distintos: 1) amplo espaço livre à sua frente, alimentado por intenso fluxo de pessoas; 2) em uma de suas laterais uma via de largas calçadas, com reduzido fluxo de veículos, voltada para edificações comerciais; 3) na lateral seguinte uma via com razoáveis calçadas e constante fluxo de veículos delimitada pela lateral do teatro e jardim esplanada; 4) por fim uma via de estreitas calçadas delimitada pelos fundos do teatro (acessos de serviço), uma edificação comercial com acesso elevado ao nível da rua e o edifício da atual Secretaria Estadual de Agricultura, que também não mantém relações funcionais com a rua.

150 **Figura 150.** Conformação do sistema de objetos, Praça Ramos de Azevedo. Escala: indicada. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza - Área acessível aos transeuntes

As relações dos planos verticais e horizontais fazem com que durante a maior parte do dia haja sombras nesses espaços. Principalmente nos subespaços conforme as representações 2 e 4.

Em dias amenos as escadarias do teatro, principalmente sua escadaria frontal, funcionam como convidativas arquibancadas para uma pausa mais prolongada, à observar o vai e vem da intensa dinâmica dos transeuntes. As amplas calçadas seguem com o padrão de arborização das ruas de pedestres, propiciando refúgios para uma pausa rápida, já que não há suportes para sentar, em horários de forte sol. Outros elementos presentes são telefones públicos e totem de informação turística, bancas de revista e balizadores em torno do edifício do teatro.

A calçada lateral contínua à Rua Conselheiro Crispiniano apresenta agradável renque de árvores que são ocupados diariamente por

151

152

Subespaço 01

153

154

155

Subespaço 02

Subespaço 03

Subespaço 04

barracas de vendedores ambulantes. As escadarias das duas laterais do teatro também servem como arquibancada para sentar, bem como outros elementos decorativos com alturas e formas que se mostram convidativas à permanência.

O fluxo de veículos vindos da Rua Coronel Xavier de Toledo restringe a conectividade do calçadão que chega da Rua Barão de Itapetininga com a calçada em frente ao Shopping Light, que sem muitos elementos, apenas um acesso desativado à passagem subterrânea de pedestres e uma grande banca de revistas, oferece com a sombra do edifício uma área para permanência fora do agitado fluxo de pedestres.

Outro elemento que se destaca é a escultura do Monumento à Carlos Gomes que marca o acesso aos jardins da esplanada e ao Vale do Anhangabaú. Algumas pequenas áreas são gradeadas como os patamares das escadarias laterais do teatro (um deles funciona como área de mesas para o café do teatro), e correntes para evitar que veículos não autorizados estacionem em dois pontos da fachada principal do Municipal.

157 **Figura 157.** Corte subespaço 03, Praça Ramos de Azevedo.
Fonte: Elaboração da autora, 2014

158 **Figura 158.** Corte subespaço 01, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: elaboração da autora, 2014.

SISTEMA DE AÇÕES

DIFERENTES HORÁRIOS E PERÍODOS DO ANO

Em todo o horário comercial foi observado grande número de transeuntes e permanências. A maioria dos usuários que permanecem são homens jovens e de meia idade. Nas escadarias e bordas em frente ao teatro foi observada uma boa proporção de grupos de mulheres e casais nos horários de maior movimento (próximo ao almoço 12 -14hrs e no final do dia 17-19hrs), mas em média a maioria dos usuários continua sendo masculina: sozinhos, em duplas ou três pessoas. Nesses horários também se concentram as apresentações de artistas dos mais variados gêneros musicais (sertanejo, música internacional e bandas de rock, entre outros) que agregam pessoas em pausas breves.

O período da tarde é frequentado por pequenos grupos de jovens skatistas que ocupam as laterais do teatro, principalmente a lateral voltada para os edifícios comerciais.

Durante todo o dia, mas com maior frequência nos finais de semana (principalmente aos sábados) é possível observar turistas conhecendo e tirando fotografias com o edifício do Teatro Municipal. Mesmo usuários em atividades cotidianas pausam para registrar com fotos a passagem pelo lugar símbolo no imaginário da cidade.

À noite, após as 20h, o movimento reduz drasticamente e é mantido por frequentadores dos espetáculos do teatro, do Shopping Light que funciona até as 21hrs, e dos poucos usuários do metrô que funciona até a meia noite.

159 **Figura 159.** Conformação do sistema de ações, Praça Ramos de Azevedo. Escala: indicada. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza claro - Área acessível ao transeunte

x - mulheres em pausa/permanência

o - homens em pausa/permanência

xo - casais em pausa/permanência

c- crianças em pausa/permanência

PASSAGENS E PERMANÊNCIAS

A característica de espaço de junção de intensos fluxos de pedestres atrai diariamente artistas de rua para o local, desde músicos, mágicos, pintores à estátuas humanas performáticas. O lugar também é escolhido como ponto de divulgação de campanhas (políticas, religiosas, culturais entre outras) e ponto de vendedores ambulantes.

A esse conjunto de atrativos, somam-se as vitrines dos comércios, sendo que o ponto mais agregador é a presença de um grande número de pessoas circulando. Desse modo se torna lugar propício para pausas breves (para ver as atrações dos artistas de rua, campanhas ou vitrines) ou pausas prolongadas (nas escadarias e bordas sentáveis do teatro).

160

As permanências prolongadas são reduzidas em horários de forte calor que mesmo insuportável para a maior parte das pessoas, ainda mantém usuários, que se apropriam de cada área minimamente sombreada, já em dias mais frios o sol é amplamente buscado.

As áreas de maior permanência são as bordas sentáveis do teatro, primeiramente de sua fachada principal, seguidas de sua fachada lateral que é voltada para comércios e depois, de sua fachada voltada para os jardins da esplanada. Também são espaços de permanência a fachada principal da loja Casas Bahia e suas esquinas chanfradas, onde se fica protegido pela sua grande marquise. Pausa-se para observar o movimento, encontrar alguém, assistir televisão na vitrine, ou falar ao

161

telefone. Alguns encontram formas de sentar nas bordas das vitrines que possuem elementos decorativos metálicos que acabam não cumprindo a intenção original de intimidar a permanência. As passagens subterrâneas de pedestres desativadas também servem como suporte para a pausa, “banheiro público” ou recanto para os moradores de rua.

Figura 160, 161. Permanências nas escadarias do teatro. Fotos da autora, 2014.

Figura 162, 163. Permanências, artistas de rua. Fotos da autora, 2014.

162

163

164

165

166

167

168

169

170

Praça Ramos
Praça Ramos de Azevedo

Praça Ramos
Praça Ramos de Azevedo
CEP: 01037-010

EU VOTO
SP

MUSEU RAMOS DE AZEVEDO
SÃO PAULO - SP
0507 7777 14

OUTROS USOS

Durante o dia e a noite estão presentes moradores de rua e indigentes, que permanecem em certas áreas recorrentemente. Como em trechos da fachada da Casas Bahia sobre o abrigo de sua marquise, em sua esquina chanfrada de menor movimento e no estreito espaço resguardado entre a fachada e a passagem de pedestres desativada; também nos elementos decorativos nas laterais do teatro.

Vendedores ambulantes com suas bancas têm locais “fixos” no eixo da Rua Conselheiro Crispiniano, tornando-se muitas vezes obstáculos à passagem de pedestres. Nos seus arredores e na calçada do Via-

duto do Chá também ocorrem anúncios de vendas de pequenos objetos. No passeio da Rua Barão de Itapetininga papéis divulgam empregos e pessoas anunciam a compra e venda de ouro e ofertam serviços de advogados trabalhistas.

Conforme já mencionado pequenos grupos de skatistas frequentam a área, principalmente próximo às escadarias laterais do teatro, alguns também utilizam a fonte desativada da Esplanada do Teatro como pista de treino para curtas manobras. Estão também frequentemente presentes viaturas da polícia monitorando a área.

173

174

175

176

177

178

EVENTOS

A praça possui grande valor simbólico, sendo ponto de referência na memória coletiva dos paulistanos. Seu espaço permite a concentração de pessoas e favorece pronunciamentos e apresentações. A visibilidade desse espaço favorece uma de suas ocupações mais tradicionais e frequentes: as manifestações dos mais diversos segmentos sociais. Essas em sua maior parte seguem a Rua Coronel Xavier de Toledo pelo Via-

duto do Chá até a sede da Prefeitura Municipal com suas reivindicações, ou se concentram em frente ao Teatro Municipal utilizando a escadaria como palanque.

A área em frente ao teatro também costuma abrigar feiras gastronômicas em festividades municipais, além da transmissão de shows que ocorrem dentro do teatro durante a Virada Cultural.

179

180

Figura 179, 180. Feira Gastronômica e Virada Cultural na Praça Ramos de Azevedo. Fotos da autora, 2014.

Figura 181. “Peruada”, festa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foto da autora, 2014.

Figura 182. Protesto contra aumento de tarifas do transporte público. Foto Eduardo Enomoto, portal R7, 2013.

181

182

183 **Figura 183.** Folder de lançamento do empreendimento Rua Nova Barão. Disponível em: < <http://www.novabarao.blogspot.com>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

PÁGINA 208 11 SETEMBRO DE 1962 - TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1962

Hoje: lançamento na rua **Nova Barão!**

a nova rua paralela à rua Marconi

RUA CONSELHEIRO CRISPINIANO RUA NOVA BARÃO RUA MARCONI

LOJAS

espetaculares lojas na rua sobrelevada com 4,50 m. de frente e de lado até 6 m., com ou sem mezanino, ampla calçada na frente, estendendo-se ao longo dos dois lados da rua Nova Barão.
Preços a partir de Cr\$ **10.800.000,** 50% financiados depois da construção.

ESCRITÓRIOS

unidades moderníssimas todas de frente para a rua, completas, com instalações sanitárias, rápidos elevadores exclusivos.
Preços a partir de Cr\$ **2.400.000,** 40% financiados depois da construção.

APARTAMENTOS

pequenos apartamentos de alta categoria, todos de frente para a rua, contendo: living, dormitório, banheiro completo, cozinha com terraço de serviço - todas as peças iluminadas diretamente da rua. Elevadores exclusivos.
Preços a partir de Cr\$ **3.360.000,** 40% financiados depois da construção.

PREÇOS FIXOS

VENDAS NO LOCAL: à rua Barão de Itapetininga, entre as ruas Marconi e 7 de Abril, das 9 às 22 horas, inclusive domingos e feriados.
Fones: **34-9594 - 34-6533**

A rua Nova Barão será hoje aberta ao trânsito! No local, uma especial apresentação ao longo de toda a nova artéria, dará uma antevisão deslumbrante do que será a futura rua mais elegante do centro de São Paulo.

uma realização **ALFREDO MATHIAS** vendas **SEGURANÇA IMOBILIÁRIA S. A.** Rua Libero Badurá, 293 - 32.^a (Ed. Cande de Prates)

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Na década de 1950, a cidade de São Paulo tinha o Centro Novo como lugar do modo de vida urbano moderno, voltado à cultura, com suas faculdades, livrarias, cinemas e teatros.

Os novos hábitos repercutiram nos programas da arquitetura moderna que passaram a agregar em uma mesma edificação espaços culturais como cinemas, habitações, escritórios e comércios. Seus térreos se tornavam galerias comerciais permeáveis, que prolongavam e conectavam ruas, tornando-se ponto de encontros com cafés, restaurantes e comércios.

Desde a década de 1940 a Rua Barão de Itapetininga e seus arredores se tornaram referência de comércios voltados à elite paulistana, e o Centro Velho passa abrigar funções bancárias, religiosas e comércio popular. As galerias comerciais se mostravam um grande negócio imobiliário, alternativa rentável para o aproveitamento de lotes na área comercial do Centro Novo. A disposição em corredores internos possibilitou um maior número de vitrines, criando trajetos alternativos aumentando a oferta de comércios e de serviços.

Na década de 1960 atuava com destaque a Construtora Alfredo Mathias S.A., construindo edifícios galerias comerciais. Em parceria com o Escritório de Arquitetura Siffredi & Bardelli e investidores construíram: a Galeria Sete de Abril (1962), Centro Comercial Presidente (1962), As Grandes Galerias (1962) e a Rua Nova Barão (1962).

A Rua Nova Barão foi o último empreendimento da construtora em parceria com o escritório Siffredi & Bardelli, Família Citron e outros investidores. Até então as galerias produzidas pelo grupo eram exclusivamente comerciais, esta se diferenciava das anteriores por unir em um

só projeto blocos de apartamentos, escritórios, galerias comerciais e a prestação de serviços, atendendo à novas demandas do mercado.

Concebida como rua privada totalmente aberta aos transeuntes, conecta com suas vitrines térreas e lojas na rua sobrelevada a Rua Barão de Itapetininga à Rua Sete de Abril. Os folhetos de divulgação do empreendimento anunciavam que a nova rua paralela à Rua Marconi seria aberta ao trânsito de pedestres, seu nome não incluía a palavra galeria, e sim, “Rua Nova Barão”.

O projeto aprovado na prefeitura possuía três subsolos de garagem, oitenta lojas térreas, cinquenta e quatro lojas na via superior, cento e trinta e seis escritórios e mais de cem apartamentos (entre dois quartos, um quarto e quitinetes). Mas seus subsolos não foram executados, ficando o edifício sem vagas de garagem, mesmo assim, suas unidades comerciais foram vendidas em apenas um dia e o edifício foi todo vendido em três dias. As fachadas voltadas para as ruas receberam painéis de Bramante Buffoni, o artista também realizou painéis em outras galerias produzidas pelo escritório Siffredi & Bardelli, princípio incorporado do movimento moderno em que a arte e arquitetura trabalham juntas (ALEIXO, 2005).

Com a transferência do comércio voltado à elite para as Ruas Augusta e Paulista nas décadas seguintes e a popularização do Centro Novo, a galeria se adaptou às novas demandas e aos novos perfis comerciais. Poucas foram as alterações de seu projeto desde que inaugurada, foram acrescentados portões que fecham sua “rua” após o horário comercial e sistema de segurança. Em conversa com a zeladora do conjunto em setembro de 2014 todas as unidades habitacionais estavam ocupadas, os escritórios e lojas vagos eram poucos e a procura era alta.

CONTEXTO - ACESSIBILIDADE E ATRATIVIDADE

Em localização estratégica, dentro do chamado Centro Novo, uma de suas frentes está para a Rua Barão de Itapetininga, importante eixo de passagem de pedestres que se deslocam entre as Estações de Metrô República e Anhangabaú, entre terminais e pontos finais de ôni-

185

186 **Figura 186.** Contexto geral, Nova Barão. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.

bus que conectam a área com todas as zonas municipais e algumas áreas intermunicipais.

O eixo é importante também pela sua relação direta com o Centro Velho através do Viaduto do Chá, ligando desde o Largo do Arouche até a Praça da Sé. Sua outra fachada está para Rua Sete de Abril, também importante comercialmente, por ela passam veículos, uma nova ciclovia e um eixo que conecta a Praça da República ao Largo da Memória, a Estação de Metrô República à Estação de Metrô Anhangabaú.

Seu entorno abriga grande diversidade de comércios e serviços, instituições e usos culturais. Também é marcado pela presença de galerias comerciais que irrigam o traçado do Centro Novo, criando permeabilidades, percursos alternativos às movimentadas ruas de pedestres da área. Somente na Rua Barão de Itapetininga existem 6 galerias comerciais: Galeria Guatapará (1928), Itá (1949), Califórnia (1955), Itapetininga (1957), Lousã (1959) e Nova Barão (1962). Já na Rua Sete de Abril existem 4 galerias: Galeria das Artes, Galeria Ipê, Galeria 7 de Abril e Galeria Nova Barão (1962).

187 **Figura 187.** Mapa Contexto, Nova Barão. Escala: 1/5.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

1- Teatro Municipal de São Paulo	19- Galeria Itá e R. Monteiro
2- Shopping Light	20- Grandes Galerias
3 - Acesso Estação de Metrô Anhangabaú	21- Galeria Presidente
4- Galeria Ipê	22- Galeria Apolo
5- Galeria Sete de Abril	23- Galeria Olido
6- Galeria das Artes	24- Igreja Nossa Senhora do Rosário
7- Biblioteca Mário de Andrade	25 - Praça das Artes e Conservatório
8- Conjunto Zarvos	26- Centro Cultural dos Correios
9- Galeria Metrópole	27- Mosteiro de São Bento
10- Edifício Conde Silvío Penteado	28- Acesso Estação de Metrô São Bento
11- Edifício Copan	29- Edifício BANESPA
12- Edifício Itália	30- Edifício Martinelli
13- Edifício Esther	31- BOVESPA
14- Acesso Estação de Metrô República	32 - Centro Cultural Banco do Brasil
15- Secretaria Estadual de Educação	33- Pátio do Colégio
16- Galeria Califórnia	34- Igreja Santo Antônio
17- Galeria Lousã	35- Prefeitura Municipal de São Paulo
18- Galeria Guatapará	36- Faculdade de Direito da USP

TECIDO URBANO - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O entorno imediato é predominantemente comercial, com significativa presença de instituições públicas e culturais. A galeria se destaca como única com uso misto (residencial e comercial) acompanhada de duas edificações na Rua Conselheiro Crispiniano com usos residenciais. Saindo de seu entorno imediato, mas ainda bem próximo, do outro lado da Praça Dom José Gaspar, a Avenida São Luís e imediações apresentam bom número de edifícios mistos, bem como as imediações da Avenida São João, atrás da Praça Ramos de Azevedo.

No último levantamento de campo, em janeiro 2015, estavam “ocupados” por famílias dos movimentos de luta por moradia 6 edificações que em sua maioria mantêm seus térreos comerciais funcionando e seus pavimentos superiores desativados.

A área é densamente ocupada, com ruas caracterizadas por corredores de altos edifícios de fachadas contínuas, a Nova Barão interrompe esse ritmo do mesmo modo que as ruas do entorno mantendo o gabarito e a continuidade das fachadas. Em sua maioria, as edificações possuem gabarito acima de 10 pavimentos, sendo que a galeria está entre dois espaços livres amplos: a Praça Dom José Gaspar e a Praça Ramos de Azevedo já conectada ao Vale do Anhangabaú.

189 **Figura 189.** Gabaritos, Nova Barão. Escala: 1/2.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

SEM EDIFICAÇÃO
1 A 4 PAVIMENTOS
5 A 12 PAVIMENTOS
ACIMA DE 12 PAVIMENTOS

0 25 50 100m

PERMEABILIDADES

A Nova Barão se configura como percurso alternativo para quem se desloca entre a Rua Sete de Abril e Rua Barão de Itapetininga. As outras duas vias que fazem essa ligação (Rua Marconi e Rua Conselheiro Crispiniano) possuem claramente uma maior conectividade ao tecido urbano do Centro Novo, portanto, recebem grande número de transeuntes.

Além do grande fluxo de pedestres, as ruas do entorno são ocupadas por uma série de bancas de vendedores ambulantes, que de certa forma se tornam obstáculos e congestionam ainda mais seus espaços em horários de grande movimento. Livre de apropriações que bloqueiem a fluidez de seus espaços, a galeria e suas vitrines se torna, para alguns, um percurso mais tranquilo e agradável.

Compondo com o volume de seu entorno as duas edificações em forma de longas e estreitas lâminas abrem o meio do lote como uma rua preenchida de vitrines que permanece aberta durante todo o horário comercial.

O piso de lojas superior cria uma espécie de pórtico nas entradas e anuncia que essa não é uma rua comum, ao se aproximar dos portões abertos placas grandes divulgam: “Cond. Empr. Nova Barão, propriedade particular”. Numa clara intenção de delimitar a entrada em um espaço privado, com suas próprias regras; diferindo da proposta inicial de sua inauguração em que o nome “Rua” era destaque, hoje é substituído por Condomínio Empresarial.

Apesar do aviso a “rua” se mostra convidativa, sua largura e iluminação natural permitem uma permeabilidade visual grande de seu interior. O edifício se integra aos volumes existentes, diferente da

190

Figura 146. Diagrama de fluxos, Nova Barão.
Escala: 1/1.000. Fonte: Autora, 2014.

Legenda:

arquitetura moderna que se destaca no lote, ela se adapta, responde a restrições de legislação, e aproveita da melhor forma o terreno de difíceis proporções.

A continuidade volumétrica e do plano de piso, junto ao constante fluxo de transeuntes entrando e saindo da galeria propiciam uma continuidade com o ambiente urbano. Declaradamente privada e controlada se abre e se insere no espaço da cidade de modo harmônico, e para os mais desatentos essa “privacidade” passa despercebida. Em meio às vitrines se localizam quatro portarias: duas de uso residencial (próximas ao lado da Rua Barão de Itapetininga), e duas de uso comercial (voltadas para o lado da Rua Sete de Abril). Quatro escadas rolantes dão acesso ao piso superior que possui mais lojas e um banheiro coletivo. Entre os comércios do térreo e sobrepiso estão restaurantes, lanchonetes, cafés, farmácia, perfumarias, lojas de utilidades, roupas, joalherias, salões de beleza, lojas de vinhos, copiadora, casa de câmbio e casa lotérica.

191 **Figura 191.** Acesso à Galeria Nova Barão na Rua Barão de Itapetininga. Foto da autora, 2014.

192 **Figura 192.** “Rua” da Galeria Nova Barão. Foto da autora, 2014.

JOIAS
SHOP DAS PRATAS
ACIONAIS E IMPORTADAS
shopdaspratas.com.br

RELOJOARIA
MOURA
ÓPTICA - RELOJOARIA
COMPRADORES DE RELOGIOS

Tek Cent
ASSIST. TECNICA
CELULA
NOTEBOOK
COMPRAS
VENDAS
CELULA

GUARACHUVAS

DROGADERMA
FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO

O.S.V.
JOALHEIROS
CONSERVADORES DE ORO

SISTEMA DE OBJETOS

Em um terreno de aproximadamente 25m de frente e 125m de profundidade, foram implantados dois blocos em forma de finas lâminas que ocupam toda a divisa lateral do terreno, liberando o miolo do lote para a configuração de uma rua a céu aberto. Os dois volumes são interligados por uma laje com grandes recortes para a passagem de luz.

Seu térreo é composto de lojas de aproximadamente 3m de frente (algumas combinadas em mais de um módulo) com mezaninos, e lojas na rua alta, sendo 88 lojas no térreo e 67 no piso superior. Os edifícios são divididos em dois blocos: um residencial, voltado para a fachada da Rua Barão de Itapetininga e um comercial, voltado para a fachada da Rua Sete de Abril, com um total de quatro blocos com 90 apartamentos, 112 escritórios e 35 lojas.²⁶ Os dois volumes edificadas possuem cinco pavimentos acima das lojas, sendo que em um deles, há um desalinhamento na continuidade da fachada, que recua e se torna um volume mais alto - de nove pavimentos – e retorna ao volume de cinco pavimentos.

Todas as ventilações das unidades residenciais e comerciais são voltadas para o vão central, deixando as circulações para os limites do terreno. As fachadas voltadas para as duas vias como empenas cegas foram tratadas pelo artista Bramante Buffoni como grande painel de formas geométricas.

A laje recortada do piso superior ameniza a verticalidade dos edifícios laterais criando uma escala mais próxima do indivíduo que circula, além de pequenas áreas sombreadas. Quando o bloco de apartamentos residenciais termina a rua se abre em pequeno largo, espaço

²⁶ Números de unidades de acordo com conversa com Sônia, zeladora da galeria, em setembro de 2014.

de “estar” onde foram inseridos mobiliários. Nesse ponto a laje do piso superior também se abre e deixa à vista a parte mais alta do edifício de escritórios.

O pavimento superior, chamado de “rua elevada”, já não possui o fluxo de passagem do térreo, a grande proporção de seus rasgos propicia espécies de passarelas que servem de mirante para o térreo, em suas extremidades as áreas de piso se alargam e servem de mirantes para as Ruas Barão de Itapetininga e Sete de Abril.

A rua de piso em pedras portuguesas se desenvolve com suave declividade para o ponto mais baixo que está na Rua Barão de Itapetininga, com uma largura livre entre as vitrines de aproximadamente 7m. Na intenção de recriar o ambiente de uma rua convencional impõe pequenas calçadas de pouco mais de 1m de largura, como não há trânsito de veículos na mesma toda a área é utilizada por pedestres.

Não há uma variedade de subespaços criados pela galeria, apenas a extensa via de passagem e a pequena área conformada para permanência quando sua largura se aproxima de 11m. Esta área de permanência possui uma fonte e cinco bancos dispostos em torno da mesma, uma intervenção posterior ao projeto com linguagem kitsch desconexa com o conjunto arquitetônico. Outros elementos são postes de iluminação de piso que modulam o eixo da via e jardineiras móveis com plantas de pequeno porte que também são dispostas no mesmo eixo e entorno da fonte. Assim como pequenas adaptações para acessibilidade universal, com pequenas rampas improvisadas.

Figura 194.

Conformação do sistema de objetos, Nova Barão.

Escala: 1/500.

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza - Área acessível aos transeuntes

1- Portaria comercial

2- Portaria comercial

3- Portaria residencial

4- Portaria residencial

SISTEMA DE AÇÕES

DIFERENTES HORÁRIOS E PERÍODOS DO ANO

A galeria, como propriedade particular, impõe ao uso público seus horários de funcionamento: de Segunda à Sexta das 8:00h às 20:00h e aos sábados de 10:00h às 18:00h, fora desses horários seus portões permanecem fechados com acesso restrito aos proprietários e inquilinos.

Durante todo o horário comercial há um constante fluxo de pessoas circulando e em pequenas permanências pelo lugar, sendo o horário próximo ao almoço o de maior movimento, principalmente pela presença de restaurantes, lanchonetes e cafés. O horário próximo ao fim do expediente também se configura como de maior movimento.

Foi observada uma boa diversidade de frequentadores no espaço, com um equilíbrio entre homens e mulheres e diferentes faixas etárias, mas em nenhum momento se nota a presença de pessoas que poderiam ser consideradas “indesejadas” em um espaço concebido para ser comercial. Foi notada também a presença de moradores no edifício na área de estar com bancos, como mulheres com crianças e idosos, com maior frequência aos finais de semana.

195 **Figura 195.** Vista da “Rua elevada”, alargamento que conforma espaço de permanência, Nova Barão. Foto da autora, 2014.

196 **Figura 196.** Vista da “Rua elevada”, Nova Barão. Foto da autora, 2014.

197

Figura 197.

Conformação do sistema de ações, Nova Barão.

Escala: 1/500.

Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza - Área acessível aos transeuntes
o - homens em pausa
x - mulheres em pausa
xo - casais em pausa

PASSAGENS E PERMANÊNCIAS

No seu térreo contíguo às duas ruas o espaço se configura predominantemente como de passagem, as pequenas calçadas e o eixo da via (que é ocupado por postes de iluminação e vasos de plantas) se tornam áreas de pausas breves para olhar as vitrines, conversas de grupos depois do almoço ou café, para fumar, e olhar o movimento de transeuntes. A área conformada como de permanência possui uma quantidade pequena de bancos (cinco), e em horários de grande movimento estes ficam imersos em meio aos transeuntes.

A via elevada gera espaços de menor fluxo, por aqui passam os que têm como destino os comércios e serviços do piso superior, ou permanecem lojistas e frequentadores a observar o movimento através dos grandes rasgos que dão para o térreo, ou para a Rua Barão de Itapetininga e Rua Sete de Abril.

198

Figura 198. Permanências, lojas de vinis no pavimento superior. Foto da autora, 2014.

199

200

201

202

OUTROS USOS

O espaço da galeria possui anúncios de regras de usos para a não confusão do caráter de seus espaços, ao caminhar pelo lugar depara-se com placas que indicam as suas restrições como: “proibido o trânsito e estacionamento de bicicletas” e “Propriedade Particular, é proibido aglomerações de pessoas nas áreas comuns deste condomínio, a administração”. Deste modo há um claro controle sobre o espaço e sua diversidade, que tem como princípio a circulação com fins de consumo.

Apesar deste princípio, o grande e diverso fluxo pessoas - usuárias do edifício e simplesmente pedestres em percursos alternativos - geram contextos para apropriações e vivências nos seus espaços. Em muitos momentos a galeria se torna extensão dos calçadões, lugar de encontros, pausas e de observar o movimento de transeuntes. Com frequência observa-se no seu pavimento superior casais de namorados

apoiados sobre os gradis à observar o movimento da Rua Barão de Itapetininga em horário de almoço; grupos de colecionadores de vinis em breves encontros ou mesmo eventos próximo à uma das lojas especializadas; também grupos de imigrantes são frequentadores dos seus espaço para uso da casa de câmbio existente.

EVENTOS

A Nova Barão ficou conhecida pelas decorações que faz em sua “rua” nas épocas de Natal e Copa do Mundo, também já abrigou exposições em seus espaços, durante o período da pesquisa recebeu uma obra do 33º Panorama da Arte Brasileira do Museu de Arte Moderna (MAM).

204 **Figura 204.** Obra do 33º Panorama da Arte Brasileira do Museu de Arte Moderna (MAM), Nova Barão. Foto de Karlos Rupf, 2013.

Q & V
JOALHEIROS
CONSERTOS EM GERAL
FAZEMOS GRAVAÇÕES 57

beba coca cola
babe cola
beba coca
babe cola caco
caco cola
c l o a c a

men
ingerie
SUA INTIMIDADE
3151-3314

Harmen

Tek
Center
ASSISTENCIA
TELEFONICA
CELULAR E
NOTEBOOK
COMPRAMOS E
VENDAMOS
CELULAR E
NOTEBOOK
C 3151-3344
3151-3314

PRAÇA DA REPÚBLICA

205 **Figura 205.** Anúncio das touradas na praça. Fonte: KLIASS (1993).

206 **Figura 206.** Imagem da praça por volta de 1890. Fonte: ICI, 1995.

FORMAÇÃO HISTÓRICA

Desde o início do século XIX, tem-se referência a uma área entre a Chácara do Chá e a Chácara do General Arouche (inspetor geral das milícias). Esta ampla área até então afastada do centro da cidade era utilizada para exercícios militares, sendo batizada como Praça da Legião. Em 1811, por proposição do General Arouche, teve seu nome alterado para Praça dos Milicianos.

Já em 1817 o espaço tem sua função alterada para a recreação pública, com a construção de anfiteatro de madeira para realização de touradas, cavalcadas e circo de cavaleiros. O local passa a ser conhecido como Largo dos Curros.

“Existem em São Paulo várias praças públicas, como por exemplo a do Palácio e da Catedral e a da Câmara, mas são todas pequenas e nenhuma tem um traçado regular. Há porém na periferia da cidade uma praça muito ampla, a do Curro, cujo nome, que significa a arena onde se realizam as touradas, indica claramente a sua finalidade, essa praça é rodeada de muros e à sua volta toda foi plantada uma fileira de cedros, árvore que cresce com extrema rapidez e dá boa sombra. Descortina-se ao longe uma bela vista formada pelas montanhas que limitam o horizonte. Na praça havia também à época de minha viagem uma arquibancada feita de madeira e de bom acabamento cuja construção se devia ao engenheiro Daniel Pedro Muller, autor de ‘O Ensaio Estatístico’. Diga-se de passagem que, pelo fato de existir em São Paulo um local destinado às touradas, não devemos concluir que esse tipo de espetáculo seja co-

mun no Brasil e apreciado de um modo geral pelos seus habitantes. Não tive ocasião de assistir a uma única tourada durante a minha longa permanência no país.” (descrição de Auguste de Saint-Hilaire, em 1819. Apud KLIASS, 1993, p. 92)

Em 1823 são retiradas as instalações de suporte às touradas pelo seu estado de deterioração, “a praça passa a ser o espaço de treinamento de cocheiros e de animais destinados à tração de veículos” (ICI, 1995, p.13). Desde então não ocorrem grandes intervenções, passando por regularizações para soluções de drenagem da área. Em 1885 sua denominação foi novamente alterada para Largo 7 de Abril. Com a Proclamação da República, em 1889, o largo passa a se chamar Praça da República sem alterações em seu espaço.

A Cidade Nova demarcada pelo General Arouche não se desenvolve durante a primeira metade do século XIX, com o arruamento da Chácara do Chá e a abertura do Viaduto do Chá (1892) as residências, comércios e serviços da burguesia vem para a área. Em 1894 é inaugurado o imponente edifício da Escola Normal de São Paulo (futura Escola Normal Caetano de Campos), dois anos depois foi inaugurado como anexo ao edifício da escola o Jardim de Infância.

Um projeto paisagístico é implantado em 1905, e segue com poucas alterações até 2014. Segundo Robba e Macedo (2010), essa configuração da praça foi projetada pela Administração dos Jardins do Município de São Paulo, tendo à sua frente Antônio Etzel, em 1905. O projeto fazia parte das grandes reformas de embelezamento e ajardinamento urbano que promoveu o prefeito Antônio Prado, cumprindo a função de área de recreação do Centro Novo. Seus caminhos orgânicos, lagos ondeantes, pontes e coreto são característicos dos projetos român-

207 **Figura 207.** Praça da República com a remodelação de 1905.
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP.

208 **Figura 208.** Escola Normal Caetano de Campos por volta de 1950.
Fonte: ICI, 1995.

ticos que buscavam através de uma cenarização recriar o ambiente natural.

A praça e seu entorno passam a abrigar funções de recreação, ao seu redor se instalaram uma pista de patinação, posteriormente o Cine República e a Mappin Stores na Praça Ramos de Azevedo. Os jardins da República se tornam ponto de encontros.

No final da década de 1930, a praça teve sua área reduzida para a ampliação da Rua Ipiranga e prolongamento da Rua São Luís, ambas faziam parte do Perímetro de Irradiação de Prestes Maia, para a execução das obras o Jardim de Infância é demolido. A essa época surge o primeiro arranha-céu modernista nas imediações da praça, o Edifício Esther.

Durante a gestão do prefeito Abraão Ribeiro (1945 – 1947), foi inaugurada uma nova escola infantil seguindo o padrão dos parques infantis idealizados por Mário de Andrade. Posteriormente esta passa a se chamar Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Armando de Arruda Pereira”, tendo seu caráter assistencial e recreativo reduzido.

209 **Figura 209.** Praça da República na planta da cidade atribuída a Carlos Rath (1868) e a Jules Martin (1877). Fonte: KLIASS (1993).

Ainda no final da década de 1940 começa na praça um comércio voltado a colecionadores de selos, moedas e medalhas, anos mais tarde pintores e artesões iniciam a venda de seus trabalhos na praça, o comércio até então ilegal é formalizado em 1967, quando se cria uma feira de arte e artesanato aos domingos. Em 1983 é criada uma área de feira com alimentos doces e salgados.

No final da década de 1970 as obras de implantação da linha leste-oeste do metrô propõem a alteração da praça com a construção da Estação República, demolindo o edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, a alternativa não agradou a população. A solução então adotada foi a desapropriação do Hotel Barros e do Palacete Riachuelo a fim de viabilizar as obras do metrô (KLIASS, 1993). O trecho da Rua 7 de Abril que chegava à Rua do Arouche foi incorporado à praça como calçadão de pedestres, o que a liga com o edifício da Escola Caetano de Campos. Apesar das alterações, este último projeto se manteve significativamente preservado.

210 **Figura 210.** Praça da República na planta da cidade SARA Brasil (1930) e VASP (1952-1957). Fonte: KLIASS (1993).

CONTEXTO - ACESSIBILIDADE E ATRATIVIDADE

A praça é conformada como grande quadra urbana de dimensões aproximadas em 145x300m. No chamado Centro Novo, está dentro de uma rede de espaços livres de uso público se destacando pelas suas amplas proporções e área arborizada.

211

212 **Figura 212.** Contexto geral, Praça da República. Sem escala. Fonte: Intervenção da autora sobre imagem Google Earth, 2014.

O tecido urbano em que está inserida é de malha regular com grandes eixos viários, sendo altamente acessível por meio de transporte público. Além de abrigar dentro de seu desenho dois acessos para Estação do Metrô República, convergem para a praça 13 vias, este significativo número indica certa centralidade no tecido urbano. São elas: Avenida Ipiranga (principal acesso viário), Rua Araújo, Rua Marquês de Itú, Rua do Arouche, Avenida Vieira de Carvalho, Rua Joaquim Gustavo, Rua Pedro Américo, Rua Timbiras, Rua 24 de Maio, Rua Barão de Itapetininga, Rua 7 de Abril, Rua Basílio da Gama e Avenida São Luís. Circulam por estas vias ônibus que ligam a praça à outras regiões municipais e intermunicipais.

Localizada no eixo entre a Avenida Vieira de Carvalho e o calçamento de pedestres da Rua Barão de Itapetininga, conecta o Arouche à República, ainda neste eixo se chega à Praça Ramos de Azevedo, ao Viaduto do Chá, à Praça do Patriarca, e mais adiante à Praça da Sé. Os trajetos conectados pela praça levam imediatamente ao Largo da Memória, Praça Dom José Gaspar e Praça Roosevelt. Além dessas, em um raio bem próximo há uma grande variedade de espaços públicos.

Um dos maiores geradores de fluxos na praça é a presença da Estação República, acesso às Linhas Vermelha e Amarela de Metrô. Seu entorno é marcado também pela presença de pontos atrativos culturais, órgãos públicos, comércios e serviços.

213 **Figura 213.** Mapa Contexto, Praça da República. Escala: 1/5.000. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

1 - Igreja da Consolação	10 - Shopping Light
2 - Edifício Copan	11 - Teatro Municipal de São Paulo
3 - Edifício Itália	12 - Praça das Artes e Conservatório
4 - Edifício Louvre	13 - Galeria Olido
5 - Acesso Estação de Metrô República	14 - Igreja Nossa Senhora do Rosário
6 - Secretaria Estadual de Educação	15 - Centro Cultural dos Correios
7 - Edifício Esther	16 - Edifício Martinelli
8 - Biblioteca Mário de Andrade	17 - Igreja Santo Antônio
9 - Acesso Estação de Metrô Anhangabaú	19 - Prefeitura Municipal de São Paulo

TECIDO URBANO - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A predominância no uso do solo dos arredores da praça é de edifícios comerciais e de serviços, com térreos geralmente abrigando lojas ou bancos e nos pavimentos superiores escritórios; há um relevante número de hotéis entre estes. Estão presentes também edifícios de uso misto com comércios e serviços em seus térreos e residências em seus pavimentos superiores, esses se concentram na Avenida São Luís e nas suas imediações.

Também encontram-se usos institucionais, terrenos utilizados como estacionamentos e três novos lançamentos imobiliários residenciais. Até o momento do último levantamento realizado em janeiro de 2015 havia 2 edifícios com seus térreos comerciais funcionando e pavimentos superiores ocupados por movimentos de luta por moradia.

Com entorno adensado, a maior parte dos edifícios da área possui mais que 10 pavimentos. O setor em direção ao Vale do Anhangabaú possui uma maior unidade volumétrica com edifícios de maior altura. Já o setor voltado em direção ao Largo do Arouche apresenta irregularidade volumétrica com construções de menores alturas permeadas por outras de maiores alturas, presença de terrenos utilizados como estacionamento, e terrenos sem edificação em que estão sendo lançados novos empreendimentos.

215 **Figura 215.** Gabaritos, Praça da República. Escala: 1/2.000.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

PERMEABILIDADES

A praça de forma retangular e praticamente plana é limitada por quatro vias. Apesar de delimitada pelo sistema viário possui boas condições de acesso e travessia. Há continuação visual para as ruas de pedestres da Rua Barão de Itapetininga e para o eixo da Rua 7 de Abril e Rua do Arouche.

Os dois edifícios presentes na praça criam barreiras físicas e visuais para quem chega e circula. O edifício Caetano de Campos (atual sede da Secretaria Estadual de Educação), todo gradeado, cria empenas laterais inacessíveis que não dialogam com os pedestres, mantendo ativo apenas o acesso frontal para a praça e o de fundos para a entrada de veículos pela Avenida São Luís. As calçadas se estreitam quando chegam à Avenida São Luís, afinam-se e se interrompem para dar passagem aos carros do estacionamento no subsolo. A Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI), também toda gradeada, cria certa permeabilidade visual pelo fato de suas construções estarem mais recuadas e implantadas dentro do desenho de antigos canteiros que mantiveram sua vegetação.

Já os canteiros, pelas suas grandes dimensões, de certa forma também obstaculizam e definem apenas espaços para passagem, sem contemplar áreas para uma permanência mais prolongada.

Seus caminhos curvos decorrentes do projeto de inspirações românticas acabam por não criar grandes hierarquias, estas são criadas pelos caminhos mais curtos de ligação do fluxo vindo da Avenida São João, Ipiranga e Rua do Arouche em direção aos acessos do metrô ou pelo grande fluxo em frente ao edifício Caetano de Campos vindo da Avenida Ipiranga, São Luís e ruas de pedestres em direção ao Arouche, muitos com destino ao metrô.

Observa-se que o fluxo para e do metrô, decorrente dos calçadas de pedestres, é em boa parte absorvido pelo acesso na calçada da Rua 7 de Abril com a Avenida Ipiranga.

Quando fora de horários de grandes fluxos de pessoas, os caminhos curvilíneos e seus recantos não se mostram convidativos, por se tornarem escuros e vazios. A maior parte das rotas se realiza pelas calçadas mais visíveis a quem passa e melhor iluminadas

216 **Figura 216.** Representação esquemática permeabilidades.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

217 **Figura 217.** Diagrama de fluxos, Praça da República. Escala: 1/1.500.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

- Fluxo intenso de pedestres
- Fluxo médio de pedestres
- Barreira/gradil

218 **Figura 218.** Corte Avenida Ipiranga. Escala: 1/200.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

219 **Figura 219.** Corte Avenida São Luís. Escala: 1/200.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

220 **Figura 220.** Corte Rua Praça da República. Escala: 1/200.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

221 **Figura 221.** Horário de início das aulas, Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI). Foto da autora, 2013.

FEDERAÇÃO
Federação dos Transportes Especiais e Especiais
Comitê de Inspeção dos Contratos A.C. e C. de Inspeção
Comissão de Transporte Especial e Acessível do Estado de São Paulo
Defendemos a manutenção do contrato de transporte escolar

FEILE O
ALAKETU
Joga-se
Búzios
Tarô
Orientação
Espiritual
Afica

SISTEMA DE OBJETOS

Com aproximadamente 40.000m² a praça apresenta duas configurações espaciais bem distintas: a primeira corresponde a cerca de 1/3 da praça, - área projetada pelo metrô na ocasião da implantação da estação - ocupada pelo Edifício Caetano Campos e à sua frente um piso livre de interferências, que um dia foi trecho da Rua 7 de Abril, levando o intenso fluxo de pedestres aos acessos do metrô. O Edifício Caetano de Campos tem participação direta na forma do espaço que é cercado por altos edifícios, alguns se mantêm emblemáticos na paisagem como o Edifício Esther, Louvre, Itália e Copan.

A segunda configuração corresponde aos outros 2/3 ocupados por expressiva presença “verde”, com suas árvores de grande porte, o jardim de influências românticas permanece com seus canteiros curvilíneos e suas fontes d’água (presença cada vez mais rara na cidade) em meio à densa área construída do Centro Tradicional de São Paulo. O volume de vegetação gera um ambiente em que as demais

Primeiro subespaço

Segundo subespaço

construções que circundam a praça têm pouca presença. A generosa área arborizada configura um microclima aquém do intenso fluxo viário da Avenida Ipiranga e do apressado ritmo da multidão de pedestres na contígua Rua Barão de Itapetininga.

No centro da praça, onde se encontram os espelhos de água quase não se percebe os altos edifícios ao redor. Em meio a área arborizada estamos em outro tempo, cercado por vegetações que impressionam pelo seu porte, pela presença da água, peixes e tartarugas, e pontes pelas quais por um instante se pode deixar levar a um lugar distante ou a um momento de pausa ao observar o movimento das fontes d'água.

Aqui, como num achado em meio ao centro da cinza e dura metrópole, crianças se deleitam ao infringir as regras e brincar junto à água. Conforme nos aproximamos das calçadas os edifícios vão parcialmente se revelando numa transição de volta à cidade.

222 **Figura 222.** Fotomontagem e representações dos subespaços da praça. Fonte: Elaboração e fotos da autora, 2014.

SISTEMA DE OBJETOS

A acessibilidade se restringe nas áreas gradeadas e que possuem acesso controlado: Edifício Caetano Campos, EMEI e construções que abrigaram sanitários e hoje funcionam como apoio para a limpeza urbana. Apesar de presentes e acessíveis visualmente – mesmo que por meio de gradis – são ausências na vivência dos usuários comuns, que não são frequentadores dessas edificações.

Na área mais nova da praça, os canteiros elevados foram uma solução para absorver a interferência de grelhas de ventilação e acessos da estação de metrô. A solução propiciou bordas “sentáveis” sob a sombra de árvores e são altamente apropriadas. Já os canteiros que protegem os acessos à estação, pela sua altura e vegetação, não apresentam condições tão propícias, mas em momentos de intenso uso do lugar se tornam também apropriáveis.

Outros elementos presentes na praça são uma banca de revistas, ponto de informações turísticas, abrigo de ônibus, pontos de parada de taxis, pontes sobre os espelhos d’água e suas fontes, o coreto, nove esculturas e cinco bancos compostos em dois conjuntos. No período de observações de campo se verificou uma frequente presença de “carros oficiais” com funcionários da Secretaria de Educação estacionados em frente ao edifício sobre o passeio da praça.

223 **Figura 223.** Representação de bordas de canteiros “sentáveis”. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

224 **Figura 224.** Conformação do sistema de objetos, Praça da República. Escala: 1/1.125. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

Cinza claro - Área acessível ao transeunte
Cinza escuro - Áreas de canteiro, não acessíveis

225

Figura 225. Corte em frente ao Edifício Caetano Campos.
Escala: 1/200. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

226 **Figura 226.** Corte espelho d'água. Escala: 1/200.
Fonte: Elaboração da autora, 2014.

SISTEMA DE OBJETOS

Primeiro subespaço: grande plano livre delimitado por eixo de palmeiras, pela presença do Edifício Caetano de Campos e das edificações do entorno.

227

Segundo subespaço: Praça de influências românticas e importante volume de vegetação de grande porte.

230

228

229

231

232

SISTEMA DE AÇÕES

DIFERENTES HORÁRIOS E PERÍODOS DO ANO

Registrou-se uma boa diversidade de usuários na praça. No horário de almoço ocorre o maior uso de seus espaços, com trabalhadores, frequentadores do centro em momento de pausa, pais levando crianças à escola, moradores das imediações, usuários de transporte público em trânsito, jovens à passeio e desocupados. Depois das primeiras horas da noite, com o fim do horário comercial, a área arborizada tem seu uso bastante reduzido, os caminhos sinuosos sob a luz difusa e o grande teto formado pelas árvores não os tornam convidativos e passam a imagem de insegurança. Já a área próxima ao Edifício Caetano Campos mantém constante frequência, principalmente pelo fluxo gerado pelo metrô República, este assegura transeuntes até o horário de seu funcionamento, à meia-noite. O espaço aberto e bem iluminado é preferido aos pedestres que transitam pela área.

Em dias úteis a grande predominância é masculina de idade jovem, com menor presença de mulheres e casais, principalmente nos 2/3 compostos pela praça ajardinada, a presença é mais diversa em horário de almoço. Na área configurada como amplo piso de pedestres com canteiro-banco a diversidade é maior, sendo também mais variada por volta do meio dia e no final da tarde ao fim do expediente de trabalho. Pela manhã, próximo ao almoço e fim de tarde também é possível ver a presença de crianças com seus res-

ponsáveis indo ou voltando da EMEI. Sempre se observa turistas pela praça.

Aos fins de semana a presença de moradores dos arredores se soma a de turistas e famílias à passeio pela feira de artesanatos e de comidas ou por um passeio no centro histórico. O movimento é maior aos sábados quando ainda há horário comercial e maior movimento de pessoas nos comércios e serviços da área.

Em relação ao clima, descartando os dias chuvosos em que não há permanência, os dias frios, nublados e ensolarados sempre são frequentados. Em dias muito quentes, a presença das árvores frondosas nas duas configurações da praça garantem bom abrigo para uma pausa.

233 **Figura 233.** Conformação do sistema de ações, Praça da República. Escala: 1/1.125. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Legenda:

- x - mulheres em pausa/permanência
- o - homens em pausa/permanência
- xo - casais em pausa/permanência
- c- crianças em pausa/permanência

PASSAGENS E PERMANÊNCIAS

Em registros de campo, pode-se observar que a maioria dos usuários da praça está em deslocamento, devido à sua localização e a presença da estação de metrô que movimentam um grande fluxo de pessoas. Essa condição de espaço para passagem e pausas breves é reforçada pela intervenção oficial que no decorrer do tempo retirou praticamente todo o mobiliário de sentar, restando bordas e elementos “sentáveis”.

O teto verde cria um clima agradável e ameno em dias de forte calor, a vontade da permanência mesmo que por instantes se depara com a inexistência de bancos ou espaços para sentar. Alguns improvisam um assento no gradil dos canteiros mesmo com o desconforto das ondulantes e finas barrinhas de metal presentes em toda parte, a maioria se contenta com uma breve pausa e dá continuidade ao seu percurso.

De modo geral, a maior parte dos usuários escolhe o longo canteiro banco de frente ao Edifício da Secretaria Estadual de Educação, que em grupos ou em meio a anônimos, observam o movimento das pessoas a ir e vir. As conclusões das observações de campo de Willian Whyte (1980) de que o que mais atrai pessoas em um espaço são outras pessoas se afirma em diversos momentos do trabalho de campo. Locais com maior concentração de passagem e pausas de pessoas atraem mais pausas, como as bordas dos canteiros em frente ao edifício Caetano de Campos ou nas pontes sobre os espelhos d’água.

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

OUTROS USOS

Com o passar do tempo e das intervenções sobre o espaço da praça foram utilizadas estratégias de manutenção que impedem o acesso público físico, gradeando as edificações presentes (Secretaria, escola, apoios e metrô). Essas áreas gradeadas sem acesso acabam se tornando áreas menos convidativas e menos utilizadas e, conseqüentemente, pontos que abrigam moradores de rua. Além dessas, os centros dos extensos e sombreados canteiros - já quase sem vegetação de forração - também se tornam pontos recorrentes para abrigos de indigentes. Um caso é o coreto que por um período servia de abrigo e moradia e em 2014 teve a intervenção da prefeitura com grandes placas que fecham suas aberturas à “apropriações indevidas”, se tornando um grande obstáculo visual com a marca da prefeitura.

Os moradores de rua se fazem sempre presentes nos espaços da praça, embora possamos mapear algumas recorrências, o número de pessoas e a área de ocupação estão sempre em movimento pela praça. Outras ocupações informais ocorrem nos espaços como a presença de cartomantes, engraxates, prostitutas e alguns vendedores ambulantes que se localizam preferencialmente no perímetro da praça, próximo às calçadas.

É comum a presença de equipamentos móveis com a oferta de serviços públicos como carros da CAT Móvel (Centro de Apoio ao Trabalho), além de Base Comunitária Móvel de Policiamento. E mesmo equipamentos eventuais como Unidade Móvel com cursos de Panificação e Açougue, e campanhas de prevenção e saúde.

245

246

247

248

249

250

EVENTOS

Aos fins de semana o destaque é a apropriação de seus espaços pelas barracas e expositores da feira de artes e artesanato que tradicionalmente acontece aos sábados e domingos. Instalados em suas bordas e separados por setores, tem-se barracas de comidas, artistas com seus quadros e esculturas, livros, roupas e objetos típicos de feiras de artesanato.

Com certa frequência ocorrem eventos comemorativos como apresentações musicais na praça, na área conformada como grande piso livre. A praça também é palco de atos públicos principalmente voltados à reivindicação de melhorias nas questões relacionadas à educação, mas não se reduzindo a estas. São frequentes manifestações vindas da Avenida Paulista que percorrem a Rua da Consolação até chegar à Praça, ou após essa parada continuam percurso até a Praça Ramos de Azevedo e Prefeitura Municipal.

Tradicionalmente a área da Praça e do Arouche recebe anualmente a Parada Gay, que inicia na Avenida Paulista e termina com shows na Praça da República.

251

252

253

254

255

256

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade, o texto verbal liberta-se da sucessão gráfica dos caracteres e adiciona-se aos índices dispersos em quilômetros de ruas, avenidas, edifícios, multidões em locomoção, ruídos, luzes, cor, volume. Os textos não-verbais acompanham nossas andanças pela cidade, produzem-se, completam-se, alteram-se ao ritmo dos nossos passos e, sobretudo, da nossa capacidade de perceber, de registrar essa informação. (FERRARA, 1993, p.20)

4.1 PASSAGENS, PERMANÊNCIAS E MANIFESTAÇÕES

Ao longo da pesquisa, pôde-se observar que as relações entre a forma urbana e os usos dos lugares públicos no centro, de modo geral, estão nas ações de **passagem, permanência e manifestação**.

As *ações de passagem* estão vinculadas aos percursos cotidianos, ao caminhar e ao ato de atravessar um lugar; referem-se ao movimento e à conexão de espaços. Dentro das discussões propostas já se colocou que o simples ato de se deslocar leva ao exercício da alteridade, ao contato com diferentes, mesmo que involuntariamente.

O sistema de lugares públicos do centro se torna ativo com o caminhar. São as ações que dão significado à forma, e a forma possibilita a ação.

No térreo do Edifício Copan, donos se distraem com a interação dos animais domésticos, outros descem para observar o movimento e ficar ao sol, pequenos grupos se encontram para tomar um café ou um

almoço. Saindo de sua galeria comercial, na rua interna, tem-se a possibilidade de atravessar por baixo do Edifício Conde Silvio Penteado, chegando-se à Avenida São Luís. As largas calçadas arborizadas com canteiros altos servem de apoio para pausas e conversas; logo à frente está a Praça Dom José Gaspar.

A passagem por lugares com boas qualidades físico-ambientais torna o caminhar mais atrativo e confortável, como a presença de amplas calçadas livres de obstáculos. No clima quente de grande parte das cidades brasileiras se torna essencial a presença de áreas sombreadas; estas podem ser propiciadas por uma generosa arborização que também acolha a escala do indivíduo.

Essas qualidades, associadas a um entorno com usos diversos e fachadas “ativas”, possibilitam agradáveis deslocamentos sem que se percebam tão fortemente até mesmo longas distâncias.

258

259

260

261

262

263

As *ações de permanência* nos lugares públicos se referem à pausa, ao descanso, ao ócio e à uma observação mais atenta. Também estão relacionadas ao lazer, ao consumo, aos encontros e a um maior potencial de trocas comunicativas com diferentes pessoas.

Ao decidir permanecer em um lugar por um instante breve ou mesmo prolongado, cria-se uma iminência do agir comunicativo, de trocas mais intensas e diversas que incrementam a qualidade da esfera pública política.

264

As pausas mais prolongadas são oportunizadas por bordas, elementos e mobiliários urbanos que propiciam um suporte, de modo a se ficar resguardado e poder observar o movimento.

Áreas “apoiáveis” e “sentáveis” variadas oferecem “conforto” para todos os perfis de usuários. O clima também influencia a permanência; nos dias de forte calor sombras são elementos essenciais, em dias mais amenos, áreas ensolaradas são bem-vindas.

265

266

267

268

269

270

271

272

No Centro Histórico, tem-se outra relação de uso do espaço singular à sua função de centralidade tradicional: as *ações de manifestação*. Passeatas, atos públicos e protestos tomam conta de suas ruas e praças com grande frequência. Organizadas pelos mais diferentes grupos e entidades, essas manifestações democráticas têm os lugares públicos do centro como referência de visibilidade e locais de pertencimento coletivo. Grandes atos públicos como os que ocorreram pelas eleições diretas em 1980, pelo *impeachment* do então presidente em 1992, e as manifestações de junho de 2013 contra os aumentos na tarifa de transporte público, estão na memória partilhada dos paulistanos.

Milton Santos (2007) anunciava que as numerosas manifestações de desconforto com as ordens vigentes tornam evidentes os limites de aceitação das mesmas pela população. Por diferentes razões e meios dispersos, atos contra ordens hegemônicas são evidentes; um processo de mudança estaria em curso, mas em velocidades diferentes, sendo que

o processo de tomada de consciência não é homogêneo, “nem segundo lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos”.

As manifestações se tornaram cotidianas no centro. São protestos de classes como os vigilantes, motoristas, metroviários e professores por melhores condições de trabalho e aumentos salariais; de movimentos de luta por moradia, de estudantes universitários por melhores políticas para o ensino público, e mesmo atos contra despejos e projetos de lei aprovados.

Essa prática espacial não se configura como passagem nem como permanência, é um híbrido das duas ações, em que grupos se deslocam pelas vias do centro com paradas em espaços públicos simbólicos. Muitas se iniciam na Avenida Paulista e descendo a Rua da Consolação chegam à Praça da República e Praça Ramos de Azevedo ou seguem a Rua Coronel Xavier de Toledo também chegando à Praça Ramos.

273

274

275

Grande parte dos percursos continua atravessando o Viaduto do Chá até a Prefeitura (sede que representa a decisão de muitas reivindicações) e Praça do Patriarca. Passeatas continuam pelas ruas até a Praça da Sé, muitas têm como destino a Câmara de Vereadores. Os percursos frequentemente ocorrem saindo do centro em direção à Avenida Paulista e outros pontos da cidade. Desse modo, observa-se que os lugares públicos do centro se tornam cotidianamente espaços de expressão pública.

Figura 273. Manifestação de professores, Praça da República, 2011. Disponível em: < <http://www.educacao.uol.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2015

Figura 274. Manifestação contra tarifas de transporte público, Viaduto do Chá, 2015. Foto de Avenir Prado - Folhapress, 2015.

Figura 275. Manifestação contra tarifas de transporte público, Praça da Sé, 2013. Foto de Futura Press, 2013.

Figura 276. Manifestação contra despejos de ocupações no Grajaú. Foto da autora, 2014.

Acessibilidade e atratividade

Acredita-se que as três ações: passagem, permanência e manifestações, são condicionadas pela **acessibilidade** e **atratividade** do lugar.

O conceito de lugar público está vinculado à *acessibilidade*, somente com a possibilidade do acesso e do livre agir é que o caráter público de um lugar existe. As acessibilidades física, visual e simbólica estão intimamente relacionadas com a forma física, e com o seu desenho.

O espaço condiciona o acesso físico e visual de um lugar, através da presença de barreiras, da localização de aberturas, desníveis, sombras e profundidade, entre outros elementos inseridos projetualmente ou não.

277

Já a acessibilidade simbólica não é condicionada, mas é potencializada pelo espaço. A forma colabora na inibição do acesso à um lugar, como em grandes edificios institucionais com uma pequena abertura na grade e a presença de seguranças em suas portas.

Essas configurações da forma intimidam quem um dia cogita entrar e conhecer o interior dessas edificações e seus atrativos. Mas não

é somente o espaço que intimida simbolicamente o acesso de todos sem distinções, as atividades que ocorram nele também.

Além de ser acessível, o espaço de uso público necessita de *atratividade*, esta é induzida não apenas pelo lugar em si e seus usos, mas também, e principalmente, pelos usos das edificações do entorno, pelo seu contexto e conjunto. Uma maior densidade habitacional possibilita maiores trocas em diferentes horários, assim como térreos utilizados por atividades que tenham numerosas aberturas e transparências para as ruas.

Há diferentes formas e escalas de abrangência da atratividade em um lugar público. Em um bairro predominantemente residencial, por exemplo, uma praça central bem arborizada e próxima aos comércios de bairro como a padaria e o mercado se torna potencial ponto de atratividade à permanência de pessoas mais idosas, mães com crianças e grupos de jovens do bairro. A ocupação do tecido urbano desse bairro e a forma da pequena praça poderão potencializar ou repelir essas apropriações cotidianas.

Já em bairros predominantemente comerciais, normalmente centralidades, lugares públicos próximos aos maiores fluxos e serviços se tornam mais atrativos; bordas sentáveis e condições ambientais agradáveis são pormenores potencializadores de apropriações e permanências mesmo que não prolongadas.

Ao falar das centralidades elas por si só se configuram como pontos de atratividade, por concentrarem funções urbanas em uma mesma área. Seja uma centralidade de bairro, econômica ou histórica, todas possuem certa atratividade, sejam: culturais (lugar de eventos, equipa-

mentos voltados à cultura e ao lazer), econômicos (agregadoras de comércios, serviços, espaços de alimentação) e sociais (espaços que agregam grande número e fluxo de pessoas pelas mais diversas razões).

Nesses lugares em que a forma física é suporte para as vivências já tão ativas, o desenho se torna potencializador ou inibidor de uma melhor e maior utilização do espaço.

4.2 QUATRO LEITURAS

Dentro das leituras realizadas, em um mesmo contexto urbano - o Centro Histórico - há particularidades em seus usos e ocupação, destacando-se diferenças principalmente nas espacialidades do Centro Velho e Centro Novo.

Os quatro lugares estudados possuem diferentes relações de permeabilidade em relação ao tecido urbano, devido a sua forma e sua escala. Mas se identificam recorrências, como a precariedade do mobiliário urbano quase inexistente.

Constata-se a necessidade de melhorias na iluminação pública; no desenho, especificação e manutenção de pisos, equipamentos e jardins; e na limpeza urbana. Também a importância de uma programação de atividades que ocorram no seu diverso sistema de lugares públicos, incentivando novos usos e apropriações dos mesmos.

Destaca-se a presença em toda a área de moradores de rua, chamando a atenção para o problema social que se espacializa nos lugares públicos do centro. Há necessidade de uma discussão ampla sobre programas sociais efetivamente inclusivos que conduzam essas pessoas a se tornarem participantes ativos da vida pública da cidade.

Outra recorrência, durante o período de pesquisa, foi a presença de edifícios ocupados por movimentos de luta por moradia, levantando a questão da habitação no centro com um melhor uso de sua infraestrutura já existente, que conta com grande número de edifícios quase que inteiramente vagos, seja de propriedade pública ou privada.

Largo do Café

O largo é um caso típico de morfologia urbana da cidade tradicional, que por muitos foi tida como ideal de urbanidade, com edifícios construídos no afastamento frontal e sem afastamento lateral, possibilitando um maior número de aberturas diretamente para a rua e uma boa permeabilidade entre o público e o privado.

Há uma vinculação estrutural do largo com os edifícios, o conjunto construído envolve e gera o espaço, essa sucessão de fachadas voltadas para o largo gera um espaço contínuo e dinâmico. Principalmente pela sua condição de área de domínio de pedestres, as trocas com suas aberturas térreas ocorrem diretamente para e do largo.

A apropriação por cafés, bares e restaurantes que utilizam o lugar para colocar cadeiras e mesas gera atratividade para uma pausa mais prolongada no largo. Em um almoço, ou um *happy hour*, observando o movimento dos transeuntes.

Uma dinâmica que acaba por agregar mais permanências ao seu redor: pausas de grupos para conversas, encontros e despedidas ao redor do movimento dos bares. Ao mesmo tempo, essa apropriação privada acaba por demarcar áreas do espaço público como restritas à permanência ligada ao consumo.

A multiplicidade do Largo do Café ocorre justamente pela presença desses estabelecimentos, que criam um ambiente atrativo à permanência nas suas imediações. Desse modo, acredita-se que este não seria um uso incompatível com o espaço público. Uma medida poderia ser a retirada do uso diário de grandes toldos, estes permanecem aber-

tos durante todos os períodos do dia, mesmo quando não necessários, e acabam por poluir visualmente o espaço, de certo modo prejudicando sua assimilação. Poderiam ser estudados outros tipos de proteção, como sombrinhas ou toldos menores e mais leves na ocupação do espaço ou até a padronização de tamanhos, alturas e cores dos mesmos.

A escala e a implantação do mobiliário urbano também podem gerar barreiras físicas e visuais, como o caso de uma banca de revistas de grandes proporções comparadas à rua em que está inserida. A banca localizada na Rua Álvares Penteado, mesmo sendo obstáculo também funciona como atrativo, para quem depois do almoço realiza uma pausa para olhar as manchetes de jornais e revistas; sua implantação conforma em uma de suas laterais uma espécie de nicho resguardado do fluxo de pedestres apressados, propício à uma pausa para falar ao telefone, esperar por alguém ou observar o movimento.

Algumas das bancas de revistas dos calçadões poderiam ser incorporadas aos térreos das edificações na forma de revistarias, com vitrines igualmente atrativas, liberando espaço para a passagem e possibilitando a inserção de mobiliário que favoreça permanências.

279 **Figura 279.** Representação esquemática, banca de revista incorporada aos edifícios. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

O entorno do largo possui usos diversos e a maior parte dos térreos são ativos, excetuando-se algumas edificações institucionais como o Edifício da Bolsa de Valores que possui altas e extensas empenas com janelas acima do primeiro pavimento. A maior parte dessas edificações compõe o conjunto arquitetônico do Centro Histórico e geram grandes fluxos de pessoas com seus funcionários e estudantes.

Acredita-se que um dos maiores desafios da área seja a inserção do uso misto ou residencial, que praticamente inexiste e deve ser incentivado através de políticas habitacionais, principalmente com a reativação de edifícios atualmente fechados e sem uso em seus pavimentos superiores. Essa é uma reivindicação de ocupações de luta por moradia que estão presentes nas imediações. Moradias de diversos perfis de renda trariam novas dinâmicas e demandas, e incrementariam exponencialmente sua vida pública.

Praça Ramos de Azevedo

A praça retangular também possui vinculação direta com os edifícios do seu entorno, implantados no limite frontal do lote sem afastamentos laterais. Há certa unidade construtiva envolvendo a praça que em um de seus lados se abre para o Vale do Anhangabaú e Viaduto do Chá. Seu espaço é dominado pela presença quase central do teatro e pela presença da paisagem do vale.

O teatro, por sua implantação, cria subespaços que são fragmentados pela presença de via de carros que circulam seus quatro lados. Propõe-se a eliminação das vias da lateral voltada para Rua Barão de Itapetininga e da frente do teatro, estas já possuem um fluxo de veículos reduzido, acredita-se que nestas o piso poderia ser compartilhado, com

a prioridade para os pedestres.

Estes subespaços da praça possuem uma clara vinculação com os edifícios do entorno, suas lojas térreas e diversas aberturas que propiciam trocas diretas com a praça. O nivelamento de piso traria uma maior unidade de suas calçadas já largas, tornando-as mais apropriáveis.

Em ação conjunta, propõe-se o plantio de espécies arbóreas conizantes com as dimensões destes lugares, conformando um eixo arborizado, da Rua Barão de Itapetininga até o acesso ao Viaduto do Chá, condicionado à instalação de mobiliários para permanência. Outro eixo seria a continuação da arborização da Rua Conselheiro Crispiniano até o encontro com o Bulevar da São João, Praça das Artes e Conservatório.

Ressalta-se a possibilidade de reativação das passagens subterrâneas na Rua Xavier de Toledo, assim como, a integração com os baixios do Viaduto do Chá que possuem diversos equipamentos públicos, e o Parque do Anhangabaú. Bem como a possibilidade de ligação do piso do Shopping Light no nível da Rua Formosa, atualmente ocupado por estacionamento, com o Anhangabaú e seus equipamentos.

A pequena via de acesso ao Vale do Anhangabaú também poderia ter seu piso nivelado e acesso compartilhado dos veículos com os pedestres que já são a maioria em boa parte do dia.

A qualidade dos subespaços conformados pelo fundo do teatro e lateral voltada para o vale depende de uma melhor relação com o seu entorno imediato. São necessários estudos acerca da viabilidade da retirada do grande fluxo de veículos que transitam entre o Teatro Municipal e sua esplanada; com a retirada ou a redução do tráfego na área, junto à reabertura da lateral do teatro com seu café, utilizando-se também de sua área externa, o que agregaria qualidade ao espaço aproximando-os fisicamente.

A via dos fundos do Municipal é o espaço de menor atratividade da praça. Além da condição de acesso de serviços e apoio ao teatro, a edificação que hoje abriga a Secretaria Estadual de Agricultura possui todo seu térreo fechado, com boa parte ocupada por inadequado estacionamento de veículos.

Duas edificações de esquina são térreas e se configuram como blocos fechados. Uma está sem uso, outra possui mínimas aberturas e o térreo ocupado por garagens fechadas. Edificações ao lado, também subutilizadas, foram ocupadas por movimentos de moradia, que anunciam potencialidades perdidas. O desafio desse espaço é a reprogramação de térreos e a inserção de usos mistos com moradias de diversos padrões.

280 **Figura 280.** Subespaço dos fundos do Teatro Municipal, reduzidas aberturas para a rua. Foto da autora, 2014.

281 **Figura 281.** Ensaio, Praça Ramos de Azevedo. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Galeria Nova Barão

Considera-se a galeria como um bom exemplo de aproveitamento de difícil e extenso terreno em área adensada. Sua solução agrega qualidade e atratividade ao sistema de lugares públicos do centro, e proporciona a mistura de funções urbanas desejadas: moradia e trabalho. Justificando a alta procura por seus espaços tanto residenciais quanto comerciais.

A qualidade do conjunto arquitetônico está na manutenção da continuidade com as ruas de seu entorno, com grandes e claras entradas que para alguns chegam a se confundir com as próprias ruas públicas. Seu térreo se configura como passagem e lugar para breves pausas; no seu centro, o alargamento do piso induz a permanências um pouco mais prolongadas o que não condiz com o mobiliário posteriormente colocado no local, nada adequado em relação ao conjunto proposto.

A área de acesso aos transeuntes foi duplicada com a “rua” superior. Esse pavimento além de duplicar a área de lojas comerciais se configura como mirante para observação do movimento do térreo e das ruas do entorno. Seu caráter seria potencializado com a inserção de mobiliários para permanência, que poderia gerar também um incremento na possibilidade de consumo de seus serviços.

Sua qualidade também decorre e depende de seu entorno, que possui diversidade funcional, além de ser altamente acessível, mas em relação aos usos mistos o edifício fica isolado com poucas outras edificações residenciais no entorno imediato. O desafio da mistura de usos inserindo o uso habitacional é presente em toda a área central, ao lado da galeria, há um bom número de edifícios subutilizados que sinalizam mudanças positivas com as ocupações.

282

Figura 282. Representação esquemática, Galeria Nova Barão. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

Praça da República

A praça surpreende pela dimensão de seu espaço arborizado em meio a uma área densamente construída, com uma boa presença de usos mistos e atrativos em seu entorno. Sua dupla configuração se mostra como boa solução para seus subespaços propiciando uma diversidade de apropriações.

A área marcada por amplo espaço pavimentado é dominada pela presença do Edifício Caetano de Campos e permite a visualização de outros edifícios símbolo da memória da cidade. O espaço aberto se mostra funcional para os intensos deslocamentos, provocados principalmente pelo metrô; comportando também atos públicos, estruturas de apresentações musicais e outros eventos que ocorrem na praça.

Sua segunda conformação, com desenho de influências românticas, proporciona grande área de canteiros arborizados e densamente sombreados que demandam uma manutenção e limpeza urbana mais efetiva. A área quase não possui suportes para permanências prolongadas, apenas para breves pausas, como o apoio em suas pequenas pontes.

Uma escola de ensino infantil, que em sua concepção inicial teve influências do conceito de escola-parque, está implantada dentro do desenho de dois grandes canteiros da praça, em frente ao eixo da Avenida Vieira de Carvalho. Conformando-se como uma barreira física para quem se desloca pelos seus caminhos e uma barreira visual tanto para os que estão dentro como para quem circula externamente à praça.

283 **Figura 283.** Jardim de Infância anexo ao Edifício Caetano de Campos, 1919. Disponível em: <www.iecc.com.br>. Acesso em: 04 fev. 2015.

284 **Figura 284.** Alunos do Jardim de Infância em frente ao Caetano de Campos, 1958. Disponível em: <<http://www.ieccmemorias.wordpress.com>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

Acredita-se que a escola deveria ser transferida para outra área próxima, ainda condizente com seus princípios iniciais. Uma alternativa seria sua mudança para o primeiro piso do Edifício Caetano de Campos. Desse modo, retoma-se o seu uso histórico, quando havia um jardim de infância anexo às suas instalações.

Na proposta o edifício manteria sua função de Secretaria Estadual de Educação e dois blocos de ensino seriam criados ocupando a parte posterior do edifício, com funcionamento independente, ativando as entradas laterais. O pátio-jardim da edificação, também seria incorporado às atividades da escola que poderia manter todos os programas ao ar livre da instalação anterior; assim como aumentar sua oferta de vagas escolares. O gradil que circunda todo o edifício seria retirado, mantendo-o apenas na parte posterior na Avenida São Luís.

Dessa forma, os canteiros onde a escola se encontra seriam reincorporados à praça, em conjunto à uma revisão de seu projeto paisagístico, com espécies adequadas às condições de sombreamento da praça. O centro dos canteiros mais extensos poderiam ser ocupados por mobiliários móveis dando suporte para a permanência na praça.

285 **Figura 285.** Mobiliário móvel em parque de Viena, Áustria. Disponível em: < <http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

286 **Figura 286.** Praça Ouvidor Pacheco e Silva no centro de São Paulo, implantação de projeto-piloto com mobiliário móvel. Fonte: <www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>.

287 **Figura 287.** Ensaio, Praça da República. Fonte: Elaboração da autora, 2014.

4.3 LUGARES PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

O caráter popular do centro não elimina o contato de diferentes estratos socioeconômicos - desde os altos cargos jurídicos ou do mercado da bolsa de valores, aos funcionários públicos, estudantes, turistas, comerciantes e consumidores dos comércios ambulantes - que convivem e compartilham cotidianamente suas mais variadas situações espaciais.

A complexidade de sua vida pública se dá por sua história social, política e econômica, por seu significado simbólico e funcional para a cidade. Deve-se também à diversidade de espacialidades encontradas em seus lugares públicos, que de tão diversas funções (igrejas, teatros, centros culturais, bibliotecas, instituições, lojas, escritórios, residências, ocupações de luta por moradia, entre tantas outras) propiciam tão diversas apropriações de seus espaços.

Seus lugares se adaptam às mudanças da cidade e de sua esfera de vida pública, abrigando novas práticas que ocorrem não apenas nos espaços de propriedade pública, mas também em espaços complementares, de propriedade privada. A mudança do perfil econômico de suas atividades também trouxe mudanças em sua forma. Muitas são as atividades e subempregos que ocorrem em suas ruas e calçadas.

A forma urbana é resultado de diversos agentes, o que inclui o poder público, agentes privados (promotores de processos imobiliários) e a sociedade civil; questões políticas e econômicas, sociais e culturais. Não há como definir fórmulas ou modelos que sejam aplicados por planejadores e urbanistas no desenho das cidades. A variedade de contextos existentes e a interferência que os mesmos exercem sobre a forma criada, geram situações de não aplicabilidade de modelos pré-existentes ou fórmulas padrão.

O desenho urbano deveria ser resultado de processos efetivamente participativos, dialogando com os agentes que atuam e vivenciam seus espaços, em consonância com demandas e anseios locais.

Sem o objetivo de cessar conflitos e coexistências, mas sim de preservar e potencializar as multiplicidades dos lugares públicos, reconhecendo estas como práticas democráticas. Desse modo, o desenho se prestaria a garantir o suporte às ações diversas que no espaço já ocorram e a propiciar novos modos de apropriação do mesmo.

É na complexidade de atores e ações que reside a qualidade da vida pública. Jacques (2009) coloca que é através da tensão dos conflitos e dissensos urbanos que seria possível a construção de uma cidade mais democrática, em uma oposição às imagens criadas pelo marketing urbano de uma pacificação consensual e segregadora das cidades. “Enquanto a construção de consensos, que busca esconder os conflitos, é uma forma de despolitização, o desentendimento, a explicitação de dissensos, seria uma forma ativa de resistência, de ação política” (JACQUES, 2009, p.4).

Segundo Queiroga (2012, p.227) com a ascensão de uma população de renda médio-baixa no país “é desejável oportunizar lugares públicos capazes de contribuir para que tais classes de renda não sejam apenas novos consumidores, mas protagonizem transformações qualitativas no avanço da cidadania brasileira”.

O centro tradicional de São Paulo com suas ações de passagens, permanências e manifestações, aliados à sua alta acessibilidade e atratividade se mostra como lugar das mudanças, relacionadas às classes populares, por que passam o país. É necessário também incorporar temas de interesse dessa classe na pauta das discussões de suas políticas públicas. Questões que mantenham sua diversidade e a potencializem, como a garantia de moradias populares em edifícios subutilizados.

A área central tem como herança um articulado sistema de lugares públicos, que abrange bulevares, ruas de pedestres, jardins, largos, praças, parques, galerias comerciais e equipamentos culturais. Muitos foram descaracterizados por sucessivas intervenções, falta de gestão e manutenção. Mas mesmo sem a qualidade ambiental desejada apresentam ricas vivências.

Talvez o centro com seus extensos calçadões de pedestres e restrições que o tornam em parte inacessível ao uso do automóvel particular, e alta acessibilidade de transportes públicos, imponha o caminhar. Para deslocar-se no Centro Histórico não restam muitas alternativas, por maiores ou menores distâncias, é necessário utilizar-se do tatear dos passos por seus lugares públicos. Uma caminhada pelo centro (mesmo que imposta pela necessidade) desvela a experiência do urbano, expõe ao contato com desigualdades e conflitos.

Ao percorrer seus lugares, a escala humana é confrontada com as mais diversas espacialidades. Na experiência de se perder por entre as contínuas “paredes” de edificações que delimitam o Centro Velho em uma espécie de labirinto que tem como referência a sua abertura em diferentes largos, cada qual com seus atrativos: uma loja curiosa de instrumentos musicais; o Centro Cultural que leva suas obras para rua e convida à uma visita mesmo que rápida; um café ou bar com mesas

na calçada; uma doceria portuguesa; uma antiga igreja. São diversas as descobertas até a localização de eixos que levem ao Centro Novo ou ao metrô.

No traçado mais regular do Centro Novo surpreende a infinidade de “tribos” e grupos que mantêm atividades e encontros nas galerias comerciais: um andar voltado aos amantes do rock; outro ao hip hop; área dos skatistas; galeria voltada à cultura afro; andar voltado a venda de vinhos raros, vitrolas e demais acessórios; galeria com artigos fotográficos; de brinquedos e raridades das décadas passadas; ao chegar na Avenida São João a vitrine da Galeria Olido exibe aulas de dança de Salão; um pequeno restaurante chinês em meio a uma galeria que ao fim do dia termina com uma grande roda de samba.

As palmeiras imperiais centenárias anunciam os jardins da esplanada do Teatro Municipal, que um dia representaram o orgulho de uma sociedade que se projetava em modelos europeus, sofridos com a falta de manutenção e limpeza pública. Mesmo assim, a generosa área sombreada é abrigo para descansos após o almoço de grupos de funcionários das imediações.

Ao caminhar pelas calçadas da Avenida Ipiranga após o almoço, observa-se grupos de funcionários do Edifício Itália descansarem sob a sombra das árvores em pleno canteiro central, ignorando o fluxo não tão grande de veículos do local, como se ali fosse a extensão natural do passeio público.

Um simples passar quase sempre se transforma em pausa, mesmo que breve. São vitrines, restaurantes, lanchonetes, anúncios, performances, apresentações de rua, campanhas públicas e privadas, manifestações individuais e coletivas que se espacializam em seus lugares públicos.

As centralidades ocorrem em áreas nobres e periféricas da cidade, mas o Centro Histórico é lugar de memória simbólica, é espaço que está no sentido de pertencimento de diferentes classes sociais. Com as devidas proporções, escalas e particularidades, acredita-se que essas relações também ocorram em centralidades de grandes e médias cidades brasileiras. Os lugares públicos centrais, muitas vezes sem a intenção do projeto urbano ou paisagístico, são palco de encontros, de trocas, de convergências, de conflitos e de manifestações políticas.

A vida pública está em constante transformação, em suas práticas espaciais e seus usos. A observação de suas dinâmicas e complexidades deve continuamente buscar compreendê-las a fim de contribuir para a qualificação de seus espaços. De modo a fornecer bases para projetos, planos e políticas públicas, em consonância com suas demandas. Na busca de lugares mais democráticos, acessíveis, flexíveis e reprogramáveis, que favoreçam a inclusão e o encontro público.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sergio L. **Cooperação entre o poder público e a iniciativa privada: uma relação delicada**. 1999. 137 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

AB'SABER, Aziz N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: FAPERG; Folio digital. 2012. p.61-79.

ALEIXO, Cynthia A. P. **Edifícios e galerias comerciais: arquitetura e comércio na cidade de São Paulo, anos 50 e 60**. 2005. 268 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2005.

ALEX, Sun. **Convívio e exclusão no espaço público: questões de projeto da praça**. 2004. 271 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

AMADIO, Decio. **Alguma coisa acontece...Uma investigação sobre o Centro de São Paulo**. 1998. 142p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998.

ARAVECCHIA, Nilce C., BONDUKI Nabil G. O centro e a área central de São Paulo no último quartel do século xx: planos diretores, investimentos públicos e a questão habitacional. Limites e nomes – o centro e a área central de São Paulo. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO - Sessão temática 4 "Políticas Públicas e Instrumentos do Urbanismo", 8, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana** (1958). Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ARTIGAS, Rosa (Org.). Paulo Mendes da Rocha - vol. 1 (projetos de 1957 a 1999). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

ASCHER, François. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: HUET, Bernard et al. **Os Centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 59 – 67.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, **São Paulo Centro**: uma nova abordagem. São Paulo: AVC, 2000.

BARRETO, Jule. Uma ONG para o centro. **Revista URBS**, nº 2, out. 1997. Disponível em: <www.vivaocentro.org.br>. Acessos em: dez. 2014.

BENFATTI, Denio M.; QUEIROGA, Eugenio F.; SILVA, Jonathas M. P. Transformações da metrópole contemporânea: novas dinâmicas espaciais, esfera da vida pública e sistemas de espaços livres. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo. V.12, n.1, p. 29-43, 2010.

BRANDÃO LOPES, Juarez. As Ciências Sociais, a Cidade e o Arquiteto. In Anais do Seminário “O Estudo da História da Formação do Arquiteto”. **Revista Pós**. São Paulo, FAU/USP. (número especial), 1995.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2000.

CAMARGOS, Marcia. **Theatro Municipal de São Paulo 100 anos**: palco e platéia da sociedade paulistana. São Paulo: Dado Macedo Produções Artísticas, 2011.

CAMPOS, Eudes. O antigo Beco da Lapa e o Grande Hotel. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, 4 (24): maio/jul, 2009. Disponível em <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

CARDOSO, Ruth. Identidade e convivências: o centro como ponto de encontro. In: HUET, Bernard et al. **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome, 2001. p. 37-43.

CARNEIRO, Henrique S. Apresentação - Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos e protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012. p. 7-14.

CARR, Stephen et al. **Public Space**. Nova York: Cambridge University Press, 1995.

CASTILHO, Ana Luisa H. **Consensos e dissensos no Centro de São Paulo**. 2008. 244 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer (1980). Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAMIE, Emilie (Org). **70 anos, Teatro Municipal**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1981.

COSTA, Angela M. da; SCHWARCZ, Lília M. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Sabrina S. F. **Relações entre o traçado urbano e os edifícios modernos no Centro de São Paulo**. Arquitetura e Cidade (1938/1960). 2010. 274 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CULEN, Gordon. **Paisagem Urbana** (1961). Lisboa: Edições 70, 2009.

CYMBALISTA, Renato et al. **Controle social de políticas públicas**: o financiamento do BID para a reabilitação do Centro de São Paulo. São Paulo: Instituto Pólis; Care Brasil, 2008.

FELDMAN, Sarah. São Paulo: Qual Centro?. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Denio. (Orgs.). **Urbanismo**: Dossiê São Paulo-Rio. São Paulo: Oculum ensaios, 2004. p. 37- 49.

FERRARA, Lucrécia D. **Leitura sem palavras** (1986). São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Os Significados Urbanos**. São Paulo: Editora EDUSP; FAPESP, 2000.

FRUGOLI JR., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez; EDUSP; FAPESP, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (1962). Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **O discurso filosófico da modernidade** (1985). Tradução de Ana Maria Bernardo et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural (1989). São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY et al. **Occupy**: movimentos e protestos que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta maior, 2012. p. 57-64.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ - ICI. **Praça do Patriarca/ Viaduto do Chá - Praça Ramos/ Viaduto do Chá**. São Paulo: ICI, 1994.

_____. **Praça da República**. São Paulo: ICI, 1995.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades** (1961). Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>

KARA-JOSÉ, Beatriz. **Políticas culturais e negócios urbanos**: a instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo. (1975-2000). São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.

KARA-JOSÉ, Beatriz. **A popularização do cetro de São Paulo**: um estudos de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. 2010, 264 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2010.

KLIASS, Rosa G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993

KOHLER, Martin. Documenting social behavior. Photography and methods. In: BRUNS-BEREBTEL, J. et al. (Orgs). **HafenCity Hamburg**: Neue urbane Begegnungsorte zwischen Metropole und Nachbarschaft. Wien; New York: Springer, 2010.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade** (1989). Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEME, Mônica B.; VENTURA, David V. B. (Coord). **O Calçadão em Questão**: 20 Anos de Experiência do Calçadão Paulistano. São Paulo: Belas Artes, 2000.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade** (1981). Tradução de Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 2007.

_____. **A imagem da cidade** (1960). São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio S. et al. **Os Sistemas de Espaços Livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil**: produção e apropriação - QUAPÁ-SEL II. Projeto temático de pesquisa coordenado pelo laboratório QUAPÁ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Eneida. M. S. **Apropriações do espaço público**: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Volume 7, n.2, Rio de Janeiro, dez. 2007.

MEYER, Regina M. P. O centro da metrópole como projeto. In: MEYER, Regina. P. e GROSTEIN, Marta D. (Coord.) **São Paulo Centro XXI**: entre história e projeto. São Paulo: ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, 1994. p. 6-11.

MONTISUKE, Daniela. **Reabilitação de áreas centrais**: antagonismos e ambiguidades do programa paulistano Ação Centro. 2008. 217 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2008.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido M.; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo. In: Empresa Municipal de Urbanização – EMURB. **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: PMSP; CEBRAP; CEM., 2004.

NETTO, Vinicius M. A urbanidade como devir urbano. In: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: FAPERG; Folio digital. 2012. p.33-59.

NOBRE, Eduardo A. C. Novos instrumentos urbanísticos em São Paulo: limites e possibilidades. In: **II Seminário Internacional da LARES**. São Paulo: LARES, 2004.

_____. **Políticas urbanas para o Centro de São Paulo**: renovação ou reabilitação? Avaliação das propostas da Prefeitura do Município de São Paulo de 1970 a 2004. Revista Pós v. 16 n 2 . São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Carolina F. **Do Tombamento às Reabilitações Urbanas**: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970-2007). 2009. 252 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.

PAES, José P. Memórias da comoção de uma vida. In: **Caderno Veja São Paulo**. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

PINTO, Mauricio F.; GALVANESE, Horacio C. Requalificação do centro de São Paulo – Projeto Corredor Cultural. In: VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. (Orgs.) **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

PONTES, José, A. V. **São Paulo de Piratininga**: de tropas a metrópole. São Paulo: O Estado De São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - PMSP. **Eixo Sé-Arouche - Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central**. São Paulo: PMSP, 1992.

_____. **EIXO SÉ-AROUCHE. Programa Piloto de Ordenação da Paisagem da Área Central**. São Paulo: PMSP, [199-].

_____. EMURB. **Ruas de Pedestres**. São Paulo: EMURB, 1979.

_____. São Paulo Turismo. **Roteiro temático**: o café e a história da cidade. São Paulo: PMSP, 2012.

_____. Secretaria Municipal Da Cultura. **O pano sobe**: exposição retrospectiva da obra da reforma e restauro [do Teatro Municipal]. São Paulo: Departamento de Teatros, 1988.

QUEIROGA, Eugenio F. **A megalópole e a praça**: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. 2001. 203 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. 284 p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REIS, Nestor G. **São Paulo**: vila, cidade, metrópole. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, Set./Dez. 2005.

ROBBA Fabio; MACEDO Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ROLNIK, Raquel. Apresentação - As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Erminia et al. **Cidades rebeldes** [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade** (1966). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Carlos N. F.; VOGUEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção (1996). São Paulo: Hucitec, 2012a.

_____. **Espaço e Método** (1985). São Paulo: EDUSP, 2012b.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal (2000). Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade (1974). Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Luis O. da. Breve história do Centro de São Paulo: sua decadência e reabilitação. In: SCHICCHI, Maria Cristina; BENFATTI, Denio. (Org.). **Urbanismo**: Dossiê São Paulo-Rio. São Paulo: Oculum ensaios, 2004. p. 51-69.

SOLÀ-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos. In: HUET, Bernard et al. **Os Centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Editora Terceiro Nome; Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado, 2001. p.101-107.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997

TOLEDO, Benedito L. de. **Anhangabau**. São Paulo: FIESP, 1989.

_____. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

_____. **São Paulo**: três cidades em um século (1981). São Paulo: Cosac Naify, Duas Cidades, 2007.

TOMINGA, Yasyko. A Gestão dos Espaços Livres Públicos: Relato de uma Experiência. In: KAHTOUNI, Saide; MAGNOLI, Miranda M.; TOMINAGA, Yasuko (Orgs.). **Discutindo a paisagem**. São Carlos: RiMa, 2006.

VARGAS, Heliana C.; CASTILHO, Ana Luisa H. (Orgs.) **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

VARGAS, Heliana C. Galerias do Centro. **Revista URBS**, São Paulo, v.8, 1998.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil** (1998). São Paulo: Studio Nobel; FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WHYTE, William H. **The social life of small urban spaces** (1980). New York: Project for Public Spaces, 2001.

Discurso do prefeito Olavo Setúbal de entrega dos calçadões do Centro Velho, 16/12/1976. Disponível em <<http://www.olavosetubal.org.br/>> acesso em 30 julho 2012

Sites consultados:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP). Acervo cartográfico e iconográfico digitalizado. Disponível em:

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO (ARQUIAMIGOS) Disponível em:

<<http://www.arquiamigos.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. Disponível em:

<<http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: nov. 2013, dez. 2014.

ÁRVORES DE SÃO PAULO. Disponível em:

<<http://www.arvoresdesaopaulo.wordpress.com>>. Acesso em: 09 out. 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL. Acervo cartográfico e iconográfico digitalizado, BNDigital. Disponível em:

<<http://www.bn.br/acervo/bn-digital>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

CASA DA IMAGEM DE SÃO PAULO. Acervo digitalizado. Disponível em: <<http://www.casadaimagem.sp.gov.br>>. Acesso em: out. 2013, nov. 2014.

CBRE. Disponível em: <<http://www.cbre.com.br>>. Acesso em: 31 out. 2012.

IECC MEMÓRIAS. Disponível em:

<<http://www.ieccmemorias.wordpress.com>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CAETANO DE CAMPOS. Disponível em:

<www.iecc.com.br>. Acesso em: 04 fev. 2015.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Acervo digitalizado. Disponível em:

<<http://www.fotografia.ims.com.br>>. Acesso em: nov. 2014.

JORNAL ESTADÃO. Acervo digitalizado do jornal. Disponível em:

<<http://www.acervos.estadao.com.br>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

NOVA BARÃO RECORDAÇÕES. Disponível em:

<<http://www.novabarao.blogspot.com>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Gestão Urbana. Disponível em:

<<http://www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Infocidade. Disponível em: <

<http://www.infocidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: nov. 2013, dez. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. São Paulo Urbanismo. Disponível em:

<<http://www.spurbanismo.sp.gov.br>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

SÃO PAULO DE ONTEM. Disponível em:

<<http://www.ontemsaopaulo.tumblr.com>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SÃO PAULO EM PRETO E BRANCO. Disponível em: <

<http://www.spempretoebranco.blogspot.com.br>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

SÃO PAULO MINHAS MEMÓRIAS. Disponível em:

<<http://www.saopaulominhasmemorias.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SAMPA HISTÓRICA. Disponível em:

<<http://www.sampahistorica.wordpress.com>>. Acesso em: jan. 2015.

UOL. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2015.

UOL. UOL Educação. Disponível em:

<<http://www.educacao.uol.com.br>>. Acesso em 05 fev. 2015.